

O Mundo do Trabalho a Partir de Baixo Retratos e Percursos

Renato Miguel do Carmo
Jorge Caleiras
Isabel Roque
Rodrigo Vieira de Assis



O Mundo do Trabalho a Partir de Baixo
Retratos e Percursos

EmployALL – A crise do emprego e o Estado Social em Portugal: deter a produção de vulnerabilidades sociais e de desigualdades (referência PTDC/SOC-SOC/30543/2017), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de fundos nacionais. Com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através do financiamento da Unidade de I&D UIDB/03126/2020.

Renato Miguel do Carmo, Jorge Caleiras,
Isabel Roque e Rodrigo Vieira de Assis

O Mundo do Trabalho a Partir de Baixo

Retratos e Percursos



LISBOA, 2023

© Renato Miguel do Carmo, Jorge Caleiras, Isabel Roque
e Rodrigo Vieira de Assis

Renato Miguel do Carmo, Jorge Caleiras, Isabel Roque e Rodrigo Vieira de Assis
O Mundo do Trabalho a Partir de Baixo. Retratos e Percursos

Primeira edição: dezembro de 2023

ISBN digital: 978-989-8536-91-4

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Lina Cardoso
Revisão de texto: Ana Valentim

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES-Iscte, Iscte — Instituto Universitário
de Lisboa, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
E-mail: editora.cies@iscte-iul.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Impõe-se que nos libertemos da ideia ilusória de que são os grandes acontecimentos que, no essencial, determinam os homens. Influência mais profunda e duradoura é a que exercem as minúsculas catástrofes de que é feito o dia-a-dia, e o destino deles está predominantemente ligado, sem dúvida, a essa série de acontecimentos-miniaturas.

Siegfried Kracauer (2015 [1930]), *Os Empregados*, Lisboa, Antígona, p. 74.

ÍNDICE

Introdução	1
1 Uma breve leitura de enquadramento	5
Dinâmicas cruzadas de precariedade laboral e desproteção social	5
Abordagem metodológica intensiva, compreensiva e processual	12
2 Retratos sociológicos de trabalhadores vulneráveis em Portugal	19
Relevância dos retratos sociológicos: a pluralidade disposicional	19
Uma aplicação direcionada: o retrato sociológico do trabalhador vulnerável	28
3 O processo de construção dos retratos	37
Procedimentos: da recolha à análise da informação ..	37
A chegada da pandemia e a transição da vida presencial para a virtual.....	49
Apresentação dos retratados: principais características sociográficas	58

4	Jonas 22 anos Motorista de tuk-tuk	61
	Apresentação.....	61
	Trajectoria escolar e profissional	62
	Impactos decorrentes da pandemia	70
	Preocupações, alternativas e projeção de futuro	74
	Síntese	77
5	Nélio 33 anos Estafeta de entregas em plataformas digitais	79
	Apresentação.....	79
	Trajectoria escolar e profissional	80
	Impactos decorrentes da pandemia	88
	Preocupações, alternativas e projeção de futuro	91
	Síntese	93
6	João 33 anos Trabalhador da construção civil	95
	Apresentação.....	95
	Trajectoria escolar e profissional	97
	Vida quotidiana e relacional	102
	Impactos decorrentes da pandemia	103
	Preocupações, alternativas e projeção de futuro	106
	Síntese	109
7	Sónia 48 anos Agente imobiliária	111
	Apresentação.....	111
	Trajectoria escolar e profissional	112
	Impactos decorrentes da pandemia	119
	Preocupações, alternativas e projeção de futuro	122
	Síntese	123
8	Salomé 32 anos Empregada administrativa.....	125
	Apresentação.....	125
	Trajectoria escolar e profissional	126

Impactos decorrentes da pandemia	135
Preocupações, alternativas e projeção de futuro	137
Síntese	139
9 Patrícia 44 anos Advogada.....	141
Apresentação.....	141
Trajetória escolar e profissional	141
Impactos decorrentes da pandemia	150
Preocupações, alternativas e projeção de futuro	152
Síntese	153
10 Ricardo 49 anos Ator e encenador	155
Apresentação.....	155
Trajetória escolar e profissional	156
Impactos decorrentes da pandemia	160
Preocupações, alternativas e projeção de futuro	165
Síntese	167
11 Marta 34 anos Bióloga	169
Apresentação.....	169
Trajetória escolar e profissional	169
Impactos decorrentes da pandemia	178
Preocupações, alternativas e projeção de futuro	180
Síntese	182
12 Reflexões finais. Por uma nivelção para cima	185
Múltiplas vulnerabilidades acumuladas.....	185
A pluralidade estrutural da classe trabalhadora	192
Anexo A: Sínteses dos retratos de Júlio, Rita, Catarina e Igor	197
Caracterização genérica	197
Júlio, 47 anos Motorista TVDE	198

Rita, 47 anos Empregada de limpeza.....	199
Catarina, 47 anos Motorista de <i>tuk-tuks</i>	200
Igor, 36 anos Operário fabril	201
Anexo B: Guiões	203
Referências bibliográficas	217

Introdução

Este livro apresenta e discute retratos sociológicos (Lahire, 2002a), desenvolvidos no âmbito do projeto de investigação *EmployALL*.¹ Trata-se de oito vidas de trabalhadores em situação laboral marcada por formas recorrentes de desproteção social, instabilidade contratual e incertezas relativamente à vivência do quotidiano e à relação com o futuro. Foram abordados e contactados inicialmente 80 trabalhadores, dos quais um total de 53 vieram a ser entrevistados para um estudo qualitativo com objetivos mais amplos. São mulheres e homens com percursos distintos no mercado de trabalho, mais velhos e mais novos, com escolaridade básica ou formação superior, nacionais e imigrantes, com diferentes residências e locais de trabalho, a labutarem em diferentes atividades, que foram entrevistados, antes e durante a pandemia de covid-19, ou seja, entre 2019 e 2020. Neste último contexto, 14 casos foram acompanhados, nas suas constâncias e variações, através de um painel de *follow-up*, que funcionou de forma regular e sistemática entre março e agosto de 2020.

Com base na vasta informação recolhida, foram desenvolvidos 12 retratos sociológicos. Quatro deles (Júlio, Rita, Catarina e

1 *EmployALL* — A crise do emprego e o Estado Social em Portugal: deter a produção de vulnerabilidades sociais e de desigualdades (PTDC/SOC-SOC/30543/2017), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através de fundos nacionais.

Igor) anteriormente publicados em livro (Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021), pelo que aqui se apresentam apenas os respetivos resumos (Cf. Anexo A).² Oito são agora apresentados pela primeira vez. Entendemos que todos os retratos elaborados deveriam ser reunidos numa só publicação pela sua relevância, abarcando, a um só tempo, as singularidades de cada um e as pluralidades transversais. Na realidade, através dos retratos são evidenciados, além do tema nuclear do mundo do trabalho, diversos temas interligados, como a proteção social, a família, a escola, os amigos, a saúde, a habitação, entre outros, que no seu conjunto ajudam a contextualizar a condição social, económica e existencial dos trabalhadores retratados.

Um olhar para cada retrato faz emergir dimensões objetivas e perceções subjetivas, sentidas e transmitidas na primeira pessoa, colocando em relevo o lado mais pessoal e irredutível — um lado frequentemente submergido pela força das estatísticas e das abordagens extensivas usadas para descrever grandes agregados. Por outro lado, em cada retrato é manifesta a presença influente de diversos elementos e o seu conjunto torna evidente as distâncias e as aproximações existentes entre eles. As várias razões para situações concretas, vivências, sentimentos, (re)ações são reveladas e compreendidas de uma forma mais clara. Além disso, é possível “ir fundo” e avançar numa interpretação mais minuciosa dos processos de precarização do mercado de trabalho, das suas características e consequências, aceleradas pelas crises financeira e pandémica.

No seu trabalho experimental, Lahire (2002a) procurava testar a validade de conceitos sociológicos associados à tradição disposicionalista e contextual da ação (disposição, inclinação, competência, transferibilidade). Neste livro, os retratos sociológicos visam sobretudo captar o modo como as duas crises foram experienciadas e impactaram a vida dos trabalhadores,

2 São quatro nomes fictícios, tal como acontece com os oito retratos, atribuídos para garantir o anonimato dos entrevistados.

conduzindo-os a situações, por vezes, dramáticas, perante a incerteza no mercado de trabalho e outros domínios da vida social. O foco é colocado em quatro dimensões principais: (i) percursos profissionais até à pandemia da covid-19; (ii) impactos decorrentes da crise pandémica; (iii) estratégias e enfrentamentos em relação à covid-19; (iv) e perceções do tempo vindouro e alternativas perspectivadas.

Do ponto de vista formal, o livro está organizado da seguinte forma: o capítulo 1 oferece uma visão de enquadramento sobre o contexto que molda o tema, a sua relevância e a abordagem seguida; o capítulo 2 discute os aspetos teóricos que presidiram à elaboração dos retratos; o capítulo 3 trata especificamente das questões metodológicas em torno do processo concreto de construção dos retratos. Em conjunto, estes três capítulos iniciais compreendem o mostruário do processo de construção dos retratos. Nos capítulos seguintes são dispostos os oito retratos inéditos que podem ser sociologicamente interpretados de forma isolada ou integrada, sendo que esta última perceção detém um valor heurístico acrescido. Cada retrato corresponde a um capítulo e segue uma estrutura-padrão pré-estabelecida pelas dimensões principais de análise anteriormente indicadas. Além de um título em discurso direto, a estrutura, ligeiramente ajustada a cada caso, inclui uma breve apresentação do retrato, um corpo principal, mais desenvolvido e detalhado, do qual constam as origens, trajetórias escolar e profissional de cada pessoa, os respetivos impactos decorrentes da pandemia, as suas preocupações, alternativas e projeção perante o futuro, e uma síntese final, na qual procurámos condensar a linha condutora e interpretativa de toda a análise. Isto permitirá ao leitor obter diferentes camadas de leitura, da mais ligeira à mais profunda, mas complementares entre si. Seja como for, isoladamente ou no seu conjunto, os retratos remetem para uma multidimensionalidade e complexidade de problemas vividos no mercado de trabalho, ou seja, para vários aspetos com os quais o emprego, ou a falta dele, está

relacionado. O livro finaliza-se com um conjunto de reflexões a partir dos retratos, em particular sobre as múltiplas vulnerabilidades acumuladas e a pluralidade estrutural da classe trabalhadora.

Capítulo 1

Uma breve leitura de enquadramento

Dinâmicas cruzadas de precariedade laboral e desproteção social

A complexidade do problema

O tema deste livro está ancorado na precarização das relações laborais que atinge diversos segmentos de trabalhadores e na consequente desproteção social a que estes estão sujeitos. Apesar das múltiplas evidências empíricas em diversas geografias, trata-se de um fenómeno complexo, difícil de apreender, quer do ponto de vista concetual, quer estatístico. As dificuldades resultam, em grande medida, da natureza heterogénea do fenómeno. Trata-se de situações em que os trabalhadores enfrentam condições de emprego, a seguir a instáveis intermitentes e desfavoráveis, com pouca ou nenhuma proteção social. Estas podem manifestar-se através das mais variadas formas, isoladamente ou em modo combinado, como no caso dos contratos temporários, contratos não permanentes (a termo) ou a tempo parcial involuntário; profissões pouco qualificadas; trabalho informal; baixos salários; jornadas de trabalho “flexíveis” e intensas; inacessibilidade a proteção legal, sindical e a benefícios sociais, entre outros (Kretsos, 2010; Standing, 2011).

A precariedade laboral está também relacionada com o baixo grau de controlo e fiscalização das condições de trabalho, dificuldades de ação por parte das organizações sindicais e lacunas nos sistemas de segurança social/proteção social em termos de enquadramento, regimes e direitos sociolaborais. Importa considerar que os seus efeitos não se circunscrevem ao mundo do trabalho, contaminando outras esferas da vida: das mais objetivas — como o rendimento, o consumo e as despesas — às mais subjetivas, relacionais e existenciais — como o quotidiano, as rotinas, a sobrevivência imediata ou a incapacidade de projetar o futuro e desenhar projetos individuais e familiares (Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021).

O problema está, assim, relacionado com situações de desinserção de lógicas coletivas (Reis, 2018) e múltiplas experiências subjetivas, desfiliação social (Castel, 2000; Cingolani, 2005), pobreza laboral, desqualificação social (Paugam, 2013), ausência de proteção social ou perda de uma relação de emprego padrão (Hewison, 2016). Os próprios elementos de estruturação da experiência social são afetados na medida em que as consequências extravasam a esfera do trabalho, mergulhando os trabalhadores em realidades totalizantes, sejam elas privações, inseguranças, indefinições, risco permanente de desemprego ou empobrecimento (Caleiras, 2015; Carmo e Matias, 2019; Carmo e d’Avelar, 2020; Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021).

Trabalhadores precários

Quando nos referimos a trabalhadores precários temos como pano de fundo um conjunto de transformações que implicam o esboroar do modelo de pleno emprego. Tal implica a existência de trabalho a tempo inteiro, permanente, seguro e com proteção social associada, bem como novas formas de trabalho e tipos de emprego que alteram profundamente as trajetórias de vida marcadas por desigualdades sociais. Contudo, os trabalhadores precários constituem um segmento alargado, dependente

de especificidades nacionais e do modo como as diversas arquiteturas normativas concebem a distinção entre emprego precário e não precário.

Em Portugal estão identificadas várias modalidades de precarização que apontam para uma diversidade de situações contratuais instáveis: contratos a termo, trabalho temporário em agências, contratos a tempo parcial involuntário, “falsos recibos verdes”, “falsos estagiários”, trabalhadores em regime de período experimental, entre outras situações (Soeiro, 2015). A estas situações soma-se o endurecimento das condições em que o trabalho é exercido, incluindo salários baixos, jornadas “flexíveis” e intensas, contra as quais escasseiam mecanismos institucionais de fiscalização e de defesa dos trabalhadores. Juntam-se ainda dificuldades no acesso a uma proteção cada vez mais limitada contra o despedimento, que salvaguarde mais amplamente a eventualidade de doença ou desemprego, e ainda situações-limite de trabalho informal e desprotegido.

Se as relações laborais precárias fragilizam a estabilidade e segurança no emprego, a progressão profissional e os rendimentos dos trabalhadores, sobretudo dos mais jovens, são igualmente perniciosos para o conjunto e funcionamento do mercado de trabalho, para a emergente questão da “sustentabilidade” da Segurança Social e para a economia em geral, cujo perfil permanece frágil e pouco competitivo, com produtos de baixo valor acrescentado e fraca capacidade para gerar empregos qualificados e decentes.

Macroprocessos e contexto em mudança

Não sendo propriamente nova, a precarização do trabalho tem na sua génese um conjunto de causas interligadas: mais remotas, como a economia global, interpenetração de mercados, desregulamentação, deslocalização de atividades produtivas, agenda neoliberal baseada na ultracompetição; ou mais próximas, como cadeias produtivas longas, expostas pela pandemia,

financeirização da economia, aceleração tecnológica e fragilização do movimento sindical.

Acresce que as políticas macroeconómicas há muito abandonaram a ideia do pleno emprego, substituindo-a por uma conceção liberal de “empregabilidade” que tende a responsabilizar individualmente os trabalhadores pelo seu fracasso ou sucesso (Lefresne, 2005). Neste processo, os trabalhadores ficam mais expostos, vulneráveis e, portanto, particularmente sujeitos a ajustamentos contínuos e “flexibilidades” (Wright, 1997; Sennett, 1998; Standing, 2011). Relatórios internacionais revelam a forma como o modelo de emprego *standard* e com direitos tem vindo a dar lugar ao rápido aumento do trabalho precário, sobretudo no período de pós-crise financeira, especialmente entre os mais jovens (ILO, 2015; OCDE, 2016).

Sendo certo que existem dimensões da precariedade que são tendencialmente globais, não é menos certo que se olharmos para o desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesas ao longo das últimas décadas, será possível observar um conjunto de dinâmicas relativamente específicas que caracterizam o país e ajudam a contextualizar o fenómeno entre nós. Referimo-nos, em concreto, ao envelhecimento e ao despovoamento dos territórios rurais e mais periféricos, à escolarização e qualificação das novas gerações, às privatizações, às sucessivas recomposições do tecido empresarial, às políticas de austeridade, às dinâmicas simultâneas de emigração e imigração, enfim, à designada “turistificação” da economia, entre outras dinâmicas.

Diversos estudos têm sido desenvolvidos sobre estes e outros temas conexos que, de alguma forma, dialogam com a questão da precariedade. Alguns focam-se em aspetos como a estrutura de classes, a juventude e a transição para a vida adulta, as trajetórias escolares e sociais, as expectativas e preocupações acerca do emprego, a articulação entre a vida profissional e pessoal, o desemprego ou as migrações. Outros desenvolvem comparações com resultados obtidos a nível internacional,

contemplando precisamente as particularidades ou semelhanças do caso português em relação aos pares europeus (Benavente *et. al* 1994; Pais, 1998, 1999; Guerreiro e Abrantes, 2007).

O emprego industrial já não é uma fonte de emprego tão significativa como outrora. Os serviços expandiram-se, representando cerca de três quartos da economia e do emprego.¹ Contudo, neste amplo setor escondem-se realidades heterogêneas, incluindo uma parte significativa do trabalho precário e informal. Por outro lado, os rápidos avanços tecnológicos, com enorme potencial de transformação no mercado de trabalho, permitem conectividades facilitadas, contratações fragmentadas e voláteis, trabalho remoto e teletrabalho.² Trata-se de uma realidade bastante distinta de um passado relativamente recente, à qual o sistema de Segurança Social responde de forma insuficiente em termos de cobertura e proteção perante as vulnerabilidades geradas no mercado de trabalho, sobretudo em determinados grupos mais expostos. A esta insuficiência de política social junta-se a fragilização das famílias nas suas capacidades para providenciar segurança e proteção.

Sobreposição de crises

A sobreposição de crises é um elemento acelerador do mal-estar social e económico. Nos últimos anos, o tema das crises tem estado no cerne do pensamento sociológico, económico e político, à medida que se sucedem as crises e se agravam os seus efeitos, cada vez mais visíveis. Da crise financeira à crise da dívida

-
- 1 Apenas cerca de um quarto da população empregada trabalha na indústria, construção, energia e água. Na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca estão empregadas só 134 mil pessoas, um número residual (<https://datalabor.pt/>).
 - 2 O teletrabalho é um regime cada vez mais frequente, especialmente a partir da experiência da pandemia. Segundo o INE, no final de 2022, a proporção da população empregada que trabalhou em casa com recurso a tecnologias de informação e comunicação foi de 17% (cerca de 837 mil trabalhadores) (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=540173843&DESTAQUESmodo=2, página consultada a 1/8/2023).

soberana, da crise económica à crise social, ou da crise pandémica à crise inflacionista, o fenómeno de precarização das relações laborais em Portugal inscreve-se num contexto praticamente normalizado de crise ou de “austeridade permanente”, dificultando a realidade dos trabalhadores (Pierson, 2001).

As crises atingem em pleno o mundo do trabalho enquanto esfera central de reprodução e estruturação da vida e, nesse sentido, aceleram processos de reconfiguração socioeconómica tendencialmente descendentes. Estes processos tornam-se bastante visíveis quando olhados a partir de baixo, ou seja, a partir dos próprios trabalhadores que sentem na pele os seus resultados. Em particular, esse olhar evidencia um mal-estar que, entre outras tendências, assenta na precarização das relações laborais, no desemprego e, em geral, na nivelção por baixo do valor e do direito ao trabalho protegido e justamente remunerado.

Na Europa, a crise no emprego, especialmente entre os jovens, teve uma maior expressão nos países do Sul que passaram por duros ajustamentos financeiros e medidas de austeridade na sequência da Grande Recessão (Gialis e Leontidou, 2016). Em Portugal, as medidas então tomadas consistiram na mobilização de um labirinto de medidas ativas de emprego, sem grande coerência ou articulação, e em medidas com um forte pendor caritativo, como foi o caso das cantinas sociais. Qualquer uma delas não contribuiu para gerar mais emprego ou promover uma maior estabilidade profissional e justiça social. Pelo contrário, fizeram aumentar a insegurança e a incerteza no mercado de trabalho, as desigualdades e a pobreza, sobretudo entre crianças e jovens, aprofundando assimetrias sociais e territoriais (Joaquim, 2015; Rodrigues, Figueiras e Junqueira, 2016; Hespanha e Caleiras, 2017; Caleiras e Carmo, 2022; Ferrão *et al.*, 2023).

Se as fragilidades do sistema socioeconómico já eram anteriormente evidentes, a eclosão da pandemia de covid-19 veio escancará-las. A situação de diversos grupos sociais, entre eles, os trabalhadores precários e informais, que já

partilhavam vulnerabilidades especiais, agravou-se com o confinamento. (Santos, 2020) Desde logo, por se encontrarem desprotegidos no emprego, pois foram aqueles que mais rapidamente foram despedidos ou dispensados. E, além disso, muitos deles acumularam depois outra desvantagem: ficaram também desprotegidos no desemprego.

Após cinco décadas nas quais as políticas neoliberais produziram uma erosão nos direitos dos trabalhadores, desigualdades e segmentação à escala mundial, este grupo tornou-se globalmente dominante no Sul e, em largas franjas, no Norte. Durante a pandemia, foi dos que mais sofreu, além de ter sido determinante na destruição de emprego (ILO, 2021a, 2021b).

A mesma situação aconteceu em Portugal (Caleiras e Carmo, 2020; Tavares, Cândido, Caleiras e Carmo, 2021), em que várias dimensões foram impactadas e merecem ser consideradas. Desde as mais objetivas (contratos e rendimentos) até às mais subjetivas e existenciais/relacionais (alterações no quotidiano), passando pelas estratégias individuais e institucionais acionadas, incluindo o papel das políticas. Interligadas, estas dimensões permitem no seu conjunto compreender percursos caracterizados, em geral, por múltiplas desvantagens acumuladas ao longo do tempo, bem como por perdas significativas nas diversas esferas da vida, e não apenas laborais.

São recorrentes as descontinuidades e as “intermitências” nos percursos de participação no mercado de trabalho, entrelaçadas com períodos de desemprego/inatividade, frequentemente de longa duração e desprotegidos. O que aconteceu na pandemia refletiu, sobretudo, a preexistência destes e de outros problemas cumulativos, em particular a multiplicação, diversificação e complexificação de trajetórias sociolaborais. Muitos dos trabalhadores, já de si vulneráveis, encontravam-se ainda mais expostos e suscetíveis ao choque socioeconómico ocorrido.

Os tempos continuam difíceis com novas crises nas cadeias de abastecimento, a inflação e a guerra na Ucrânia que vêm

somar obstáculos às crises anteriores. Atualmente verifica-se uma enorme incerteza quanto ao que resultará deste cenário. É ainda cedo para descortinar totalmente as consequências desta crise. Seja como for, essa análise encontra-se fora do nosso âmbito temporal.

Abordagem metodológica intensiva, compreensiva e processual

O que está em causa?

O modo como a classe trabalhadora vive as realidades presentes do mundo do trabalho encontra-se no cerne deste livro. Este mundo é abordado através da análise detalhada das trajetórias de trabalhadores concretos, da sua origem social e escolaridade até aos seus percursos no mercado de trabalho, incluindo durante a pandemia. Quando atribuímos centralidade aos efeitos da precariedade laboral nas vidas humanas, não apenas consideramos os contratos (formais ou não) e os rendimentos (em geral baixos), mas também um olhar para a rotatividade entre empregos, sociabilidades, o papel dos sindicatos ou as fragilidades dos mecanismos de proteção.

Isto permite alcançar uma visão mais ampla sobre as transformações, uma compreensão sistémica da forma como o passado influencia o presente e o futuro, e como as mudanças socioeconómicas podem limitar, ou simplesmente eliminar, o acesso a oportunidades e trazer angústias e sofrimento. Estas são realidades difíceis de apreender apenas através das estatísticas. Existem desequilíbrios e injustiças no mercado de trabalho que correm o risco de permanecerem invisíveis. Torna-se, por isso, necessário desocultá-los, trazê-los à tona e dar-lhes visibilidade. Foi nesse intuito que mergulhámos em contextos laborais em que escasseiam ofertas de trabalho digno e protegido e abundam formas precárias de emprego, insegurança de rendimento e

desproteção social. O tema é abordado à escala dos indivíduos, em termos singulares, ou seja, em detalhe, estabelecendo, porém, diversas conexões analíticas com outras questões que estão para lá dos problemas gerados pelo próprio funcionamento do mercado de trabalho, mas que com ele se cruzam, como a família, os percursos escolares, os apoios do Estado, a habitação, entre outras dimensões relacionais, subjetivas e existenciais.

Os casos apresentados não correspondem a uma amostra aleatória, nem procuram representar a totalidade dos percursos laborais; mas apenas espelhar a diversidade dentro da multiplicidade de trajetórias. Perante um conceito reconhecidamente polissémico como é o de precariedade, os critérios que presidiram à seleção de perfis tiveram em conta um entendimento relativamente amplo do fenómeno, tal como, aliás, já foi definido anteriormente. Nessa amplitude, apresentando dois exemplos, cabem os casos de jovens recentemente inseridos no mercado de trabalho, assim como pessoas com um vasto percurso laboral.

Mais do que a dimensão da amostra, ou a sua não representatividade estatística, o que está em causa é a necessidade de ir às raízes e aos efeitos interligados da precariedade, no sentido de captar a profundidade das experiências vividas nas suas múltiplas dimensões: económicas, sociais, políticas, emocionais. Os retratos e percursos apresentados, cada um à sua maneira e no seu conjunto, ajudam a desocultar e, portanto, a vislumbrar de uma forma mais evidente os problemas transversais ao mundo do trabalho e a outras esferas da vida, difíceis de observar de outra forma.

É certo que as metodologias qualitativas, apesar das suas potencialidades, não permitem por si só uma perspetiva da dimensão social do fenómeno observado a nível micro sem um contexto macro mais alargado. Neste aspeto, importa sublinhar que o fenómeno da precariedade adquiriu uma vasta amplitude nos últimos anos, embora com oscilações, e até coexistências contraditórias, pois não são casos residuais, nem confinados a

alguns grupos profissionais minoritários. Algumas fontes e estudos quantitativos, apontam precisamente nesse sentido, ou seja, para a instabilidade dos vínculos, do desemprego, da falta de acesso a mecanismos de proteção social, dos territórios, das migrações ou dos baixos salários (Caldas, Silva e Cantante, 2020; Mamede, Pereira e Simões, 2020; Marques e Guimarães, 2021; Tavares *et al.*, 2022; Ferrão *et al.*, 2023; Cantante e Estevão, 2023).³

Um dispositivo metodológico com potencialidades

Do ponto de vista metodológico é frequente nas ciências sociais, e na sociologia em particular, a aplicação de instrumentos que recolhem informação dos indivíduos num determinado momento. Contudo, no caso deste estudo, isso compreenderia algumas dificuldades perante a volatilidade dos contextos e percursos dos trabalhadores, mas também das suas representações e disposições, antes e durante a pandemia. Para contornar estas dificuldades, o dispositivo metodológico de recolha de informação assentou numa sucessão de contactos, entrevistas e observações com os mesmos trabalhadores ao longo do tempo. As potencialidades deste dispositivo de recolha de informação são patentes.

Ao longo desse período foram construídas relações de confiança, compreensão mútua, cumplicidade e até de afetividade. Daí resulta, em grande medida, o detalhe descritivo e analítico dos retratos apresentados, bem como o seu carácter processual. Parte significativa do trabalho de campo foi desenvolvido no difícil contexto da pandemia, permitindo observar, de forma direta e sistemática, os efeitos imediatos do primeiro confinamento, ocorrido em 2020, o que permitiu incorporar esses dados nos retratos.⁴

3 INE, Observatório das Desigualdades, DATALABOR, Observatório da Emigração, Observatório do Emprego Jovem, entre outras fontes.

Com base na informação abundante, fina, intensivamente recolhida e tratada, percebe-se melhor o modo como opera o complexo mundo do trabalho, sobretudo nas dificuldades dos trabalhadores e das suas famílias, os impactos das novas tecnologias na fragmentação económica e social, as diferentes respostas dos serviços públicos em cada momento, sobretudo no caso da Segurança Social. Compreende-se melhor aquilo que poderemos designar como verdadeiros casos de sobrevivência, em vários graus. Ao contrário de certas narrativas que referem um suposto maior “grau de liberdade” dos indivíduos no mercado de trabalho, o que se observa são situações nas quais escasseiam oportunidades para lá de *gig jobs*, em que predomina a privação de escolhas, em que se multiplicam dificuldades na apropriação do tempo e na definição de rumos de vida (Roque, Carmo, Assis e Caleiras, 2022).

Compreende-se igualmente a forma como se constroem desencantos e afastamentos relativamente ao movimento sindical e aos próprios partidos políticos, que vão perdendo parte substancial do seu significado na perceção destes trabalhadores. Por outro lado, cresce o envolvimento em movimentos sociais e de protesto, mais ou menos espontâneos, que emergem e parecem resistir: solidários de base profissional, comunitários e de bairro, organizados sobretudo através das novas tecnologias e redes sociais (Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021).

4 Em Portugal, o primeiro caso confirmado do coronavírus SARS-CoV-2 registou-se no início de março de 2020. Foram rapidamente adotadas medidas de contenção, tanto pelas autoridades públicas como pela população em geral. A 12 de março, o Governo anunciou medidas extraordinárias de contenção e mitigação (proibição de deslocações não essenciais e de ajuntamentos públicos, encerramento de escolas e de lojas não essenciais, etc.). A 18 de março foi declarado o estado de emergência (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março), renovado várias vezes durante 2020 e 2021, o que, intercalado com o estado de calamidade, menos severo, resultou em restrições e condicionamentos em praticamente todas as dimensões da vida individual e coletiva.

Não há liberdade sem oportunidades

A partir da informação recolhida entendem-se melhor alguns dramas pessoais e o modo como se encontram relacionados com sentimentos de culpa, resultantes de leituras enviesadas que tendem a atribuir as dificuldades exclusivamente aos próprios trabalhadores, tornando-os nos únicos responsáveis pelo suposto sucesso ou insucesso no mundo do trabalho. Para muitos indivíduos, tudo se passa como se a sua condição sociolaboral precária e insegura fosse consequência das suas próprias escolhas e ações: porque não estudou o suficiente, porque não se soube adaptar, porque não se esforçou, porque não empreendeu ou não teve mérito para tal.

Todas estas alegações são atribuídas aos trabalhadores e, no entanto, o que pode observar-se é que estes são “empurrados” para qualquer trabalho, atividade ou tarefa que lhes vai assegurando um rendimento, pressionados pelo custo de vida diário. Ficam enredados numa teia que não lhes permite ir além de “mais do mesmo”, de descolar e encetar trajetórias sociais ascendentes. Nesse processo, praticamente sem escolhas, não existe plena liberdade. Não é a falta de vontade de progredir, de “subir” na vida, que está em questão, mas a escassez de oportunidades no que diz respeito a emprego de qualidade, salário digno e proteção social. Não existe verdadeira liberdade sem reais oportunidades.

Os retratos, ao mostrarem a forma como os trabalhadores sofrem na pele as consequências da erosão dos direitos laborais e sociais, ajudam a entender como os diversos problemas, as dificuldades de sobrevivência, as desigualdades ou as crises individuais e familiares se articulam com transformações estruturais, aceleradas pelas sucessivas crises. Esta realidade, demasiadas vezes esquecida, surge de forma nítida quando se olha o mundo do trabalho a partir de baixo, atravessando de forma dinâmica momentos mais críticos, como a crise financeira, a austeridade e, finalmente, a pandemia. E evidencia o

quão central permanece o trabalho no presente, apesar de desprotegido.

Capítulo 2

Retratos sociológicos de trabalhadores vulneráveis em Portugal

Relevância dos retratos sociológicos: a pluralidade disposicional

Parte do conhecimento acerca da difícil realidade de muitos dos trabalhadores em Portugal provém de abordagens quantitativas/extensivas. Estas encontram-se assentes em indicadores diversificados, mas que, ainda assim, não conseguem, ou não podem, retratar a realidade por inteiro, nomeadamente das experiências vividas. Sem desmerecer a importância em aprofundar estas abordagens quantitativas/extensivas, importa, contudo, ir além da análise das estatísticas e, complementarmente, caminhar pelo terreno das análises qualitativas e intensivas. Desta forma, será possível obter-se outras visões da realidade que contribuem para alcançar uma imagem mais nítida e próxima da realidade dos problemas vividos pelos trabalhadores inseridos num cenário de fundo caracterizado por uma crise concomitante de emprego e proteção social (Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021).

Génese social do indivíduo plural

Os retratos sociológicos situam-se precisamente no âmbito das metodologias qualitativas, mas é importante avançar, desde já,

duas das suas características específicas distintivas, que constituem, quanto a nós, uma mais-valia para a investigação. Seguindo de perto os argumentos de Lahire (2002a), a primeira consiste numa relação crítica e num certo distanciamento em relação às análises macrosociológicas que, por via das abstrações, tendem a “fazer desaparecer” o indivíduo. No entanto, não nos podemos esquecer que são estes que constituem os grandes coletivos analisados estatisticamente. Algum distanciamento crítico das grandes estatísticas é fundamental para a análise sociológica (da vida quotidiana) dos trabalhadores precários e vulneráveis. Por exemplo, a microescala permite uma melhor compreensão das dificuldades, das más práticas em contexto laboral e do sofrimento experienciados por estes indivíduos.

A segunda característica dos retratos sociológicos consiste no seu direcionamento à análise da individualidade, isto é, do estabelecimento das condições de possibilidade metodológica de uma abordagem sociológica dos indivíduos e da sua singularidade, sem perder de vista os contextos sociais nos quais as existências individuais ganham significado. A este respeito, a noção de disposição, enquanto esquema para a ação já antes central em Bourdieu, adquire especificidades e um relevo renovado, ao estabelecer precisamente uma ponte entre o social e o individual. O mesmo indivíduo, conforme a pluralidade de contextos (que servem como “molas” da ação), apresenta diferentes disposições incorporadas, relacionadas com as diversas experiências nos espaços sociais. Neste sentido, as disposições são múltiplas ao nível de cada indivíduo e, portanto, a análise da pluralidade de disposições implica uma espécie de mapeamento das variações intraindividuais, envolvendo quer uma dimensão diacrónica (que remete, particularmente, para os percursos no mercado de trabalho, entre outros), quer uma dimensão sincrónica (que remete para outras esferas da vida quotidiana ou diferentes espaços/contextos de participação social e cívica).

É neste enquadramento que o retrato sociológico, por um lado, emerge enquanto ferramenta apropriada para

identificar e analisar as disposições dos trabalhadores vulneráveis, permitindo evidenciar as configurações heterogêneas de cada património individual de disposições, incluindo oscilações e contradições (Lahire, 2005). Por outro lado, o retrato sociológico permite analisar discursos e práticas individuais, descodificando a experiência do trabalho precário para compreendê-la no conjunto da experiência social de cada indivíduo vulnerável. Contudo, a partir de cada retrato não poderá extrair-se uma visão holística. O processo de produção e realização dos retratos, como aprofundaremos nos pontos seguintes, visou apenas objetivar subjetividades, procurando identificar elementos do social no individual, estabelecendo ligações entre dimensões macrosociológicas e microsociológicas. Essa procura de objetivação das subjetividades manifesta-se em reflexões fundamentadas nos relatos e nas narrativas autobiográficas dos próprios trabalhadores, dos quais sobressai, além de uma tenacidade que nos toca, uma potencialidade que conduz a percepções, mais ou menos consistentes e coerentes, sobre a experiência da difícil realidade vivida.

Como se formam e “encarnam” as disposições dos atores nos diferentes papéis

Com a sociologia à escala individual e, mais especificamente, com recurso à metodologia dos retratos sociológicos inaugurada por Lahire (2002a), perspetivamos os processos de construção social dos trabalhadores vulneráveis, tendo em consideração que estes indivíduos estão inseridos e são o produto de um conjunto de condicionamentos e dinâmicas constitutivas do mundo do trabalho contemporâneo. Um mundo do trabalho que é cada vez mais atravessado por formas variadas de precariedade, que afetam e “flexibilizam” as relações laborais e fragilizam os postos de trabalho, conduzindo os trabalhadores a uma contínua experiência de estar-no-mundo rodeado de múltiplas vulnerabilidades com as quais têm de conviver e de enfrentar.

Os efeitos concretos de uma experiência vivida permanentemente sob condições laborais instáveis e inseguras são difíceis de captar, sobretudo quando se pretende compreender sociologicamente aquilo que se passa à escala individual. Contudo, as teorias da ação oferecem recursos teóricos e metodológicos capazes de iluminar este efeito, abrindo o caminho para uma compreensão mais aprofundada dos sentidos subjacentes às narrativas que os trabalhadores precários elaboram sobre as suas experiências e os seus próprios percursos. É preciso, porém, ter em conta que no seio da sociologia não há apenas uma única teoria da ação, mas um conjunto diverso de perspectivas cujos quadros teóricos, uma vez adotados, podem inibir ou ampliar a capacidade analítica do problema aqui investigado. Nesse sentido, cabe distinguir as duas principais tendências que atravessam essas teorias na sociologia, colocando em evidência a lente teórica com a qual procuraremos compreender a vida dos trabalhadores que protagonizam este livro.

Por um lado, são conhecidos os quadros teóricos que perspetivam a ação sem ter em conta a dimensão do tempo vivido pelos indivíduos que agem, isto é, que tomam os atores como “seres desprovidos de passado”, que se movem no mundo social “obrigados apenas pela lógica da situação presente” (Lahire, 2002b: 46). Nesta vertente localizam-se — não sem diferenças internas — a etnometodologia, o individualismo metodológico, o interacionismo simbólico, a teoria da escolha racional e, mais recentemente, parte do que agora se denomina de pragmatismo francês.¹ O foco destas perspetivas incide mais na interação, nos sistemas de ação e nas organizações do que propriamente nos atores, em indivíduos reais, como referia Marx (2008 [1859]). Por outro lado, são igualmente conhecidos alguns dos modelos teóricos que atribuem demasiado peso às situações vividas no

1 Para uma visão global da emergente sociologia pragmática francesa, ver artigo “Sociologie pragmatique: mode d’emploi” (Barthe *et al.*, 2013). Para uma discussão transversal acerca das diferentes formas de aplicação empírica da tradição sociológica pragmática contemporânea, ver o dossiê Sociologia Pragmática e Pragmatismo (Corrêa e Cantu, 2021).

passado, que recorrem, inclusivamente, ao tempo das experiências que marcam a primeira infância para explicar o tipo de indivíduo que é socialmente construído numa determinada sociedade e as suas lógicas de ação. Em maior ou menor grau, esta tendência está presente nas teorias psicológicas e psicanalíticas da ação, mas também em algumas das teorias das práticas sociais, incorporando igualmente fragmentos da teoria do *habitus* (Bourdieu, 2009).

É por meio de uma tentativa de encontrar um caminho entre estas vertentes que se pretende promover uma sociologia que seja capaz de perceber adequadamente a forma como o passado e o presente se articulam continuamente no mundo do trabalho, num processo de produção social de indivíduos socialmente vulneráveis, repetidamente sujeitos a situações de precariedade. A hipótese teórica é a de que os contextos de precariedade laboral que afetam parte considerável dos trabalhadores no tempo presente operam como instâncias de socialização secundária, no sentido conferido a esta conceção por Berger e Luckmann (1966). Como tal, nos contextos sociais do trabalho precário, os indivíduos passam por experiências significativas nas quais incorporam disposições sociais que podem (re)definir as suas identidades sociais (Dubar, 1997; Bourdieu, 2009). Diferente, porém, das disposições incorporadas, por exemplo, na escola, que podem gerar competências propiciadoras de oportunidades de mobilidade social ascendente, nos contextos de precariedade laboral os trabalhadores adquirem inclinações para agir que contribuem para que se mantenham em posições sociais instáveis e inseguras quer no mercado de trabalho, quer nas restantes esferas sociais. Importa, portanto, identificar os fios que ligam o presente ao passado, os quais se refletem nos indivíduos e se revelam através das suas narrativas, ações e práticas.

O projeto sociológico *lahireano* oferece algumas pistas para o desenvolvimento desta análise. Com Lahire (2002a; 2002b), somos conduzidos a perceber que, nos percursos de vulnerabilidade dos trabalhadores aqui retratados, as modalidades de

socialização são atravessadas por lógicas de fragmentação que reforçam um conjunto de disposições em detrimento de outras, que podem enfraquecer ao longo do tempo por serem pouco requeridas nos contextos de trabalho. Isto não implica atribuir ao passado todo o peso explicativo das ações e práticas sociais efetuadas no presente, nem esmiuçar, como propõe a teoria do ator plural, as múltiplas variações intraindividuais dos atores. Importa, na verdade, perceber como se vai tecendo o património de disposições dos trabalhadores precários, colocando em evidência a forma como as diversas vulnerabilidades originam situações de constrangimento que exigem estratégias e habilidades aos indivíduos para lidar com os imperativos da insegurança e incerteza no mercado de trabalho.

Reflexividade, socialização e naturalização da precariedade

Uma vez inseridos em condições de trabalho precário, os indivíduos passam a experimentar um conjunto diversificado de experiências sociais atravessadas por níveis variáveis de insegurança e instabilidade que podem convergir para a emergência de crises capazes de agravar os graus de vulnerabilidade financeira, social e emocional. As situações de crise associadas à precariedade laboral têm potencial para dar lugar a experiências biográficas duradouras, como, por exemplo, o desemprego de longa duração, mas também podem ser vividas pontualmente, através de pequenas e médias contingências que afetam o carácter rotinizado da vida quotidiana (Giddens, 2004). Perante momentos críticos, muitos trabalhadores têm os seus percursos no mercado de trabalho desestabilizados e são conduzidos a empregos precários que podem suceder-se ao longo do tempo, “multiplicando os pequenos ou grandes sofrimentos, as interrogações e as reflexões sobre sua ação e tornando a existência pesada e opressiva” (Lahire, 2002b: 51).

Neste sentido, a permanente condição de precariedade laboral acentua os riscos e as vulnerabilidades, fragilizando a

estabilidade emocional e a segurança ontológica entre os trabalhadores e o mundo social no qual estão inseridos (Giddens, 2000, 2004). Os momentos decisivos com os quais se defrontam desorganizam o carácter rotinizado da sua vida quotidiana e instituem encruzilhadas nas quais os trabalhadores precisam, apesar da pouca autonomia que possuem, ponderar e decidir que caminho é menos oneroso seguir. O contínuo receio do desemprego, os constrangimentos que obrigam a mudar de atividade profissional, a necessidade de ser pluriativo para obter rendimentos suficientes à sobrevivência e a forçada resiliência perante a exploração laboral e os abusos emocionais são algumas das fontes disruptivas de situações de crise e de pontos de viragem aos quais os indivíduos se encontram sujeitos em contextos de precariedade laboral.

Para Archer (2010), os indivíduos confrontados com momentos decisivos nas suas trajetórias e biografias sentem-se “pressionados” a acionar algumas das suas capacidades reflexivas, tendo em vista definir os rumos mais eficientes para as suas ações. Do ponto de vista teórico, a resposta espontaneamente reflexiva dos atores em relação às situações críticas é algo pertinente. Contudo, a análise empírica exige alguma prudência, já que as disposições incorporadas em contextos de precariedade pelos trabalhadores podem não apenas estimular a reflexividade, mas também produzir um esquema pré-reflexivo que os induz a tomar as condições inseguras e instáveis do mercado de trabalho como parte inerente do mundo social. A experiência vivida duradouramente em condições de trabalho precário, ou seja, num estado permanente de crise, não condiciona os indivíduos a estranharem a desestabilização da vida quotidiana e das rotinas laborais, mas a naturalizarem essa crise permanente como parte de uma vida quotidiana em si própria instável, insegura e vulnerável.

A reflexão sociológica sobre o processo de naturalização das situações e contextos sociais não é novidade no campo da sociologia. Existe um conjunto de conceitos e perspetivas teóricas que permite deslindar como ocorre esse processo e os seus efeitos

naquilo que poderá ser designado como fabricação social dos indivíduos (Lahire, 2015; Martuccelli, 2007; Assis, 2021). Em linhas gerais, a naturalização do mundo social assenta nos efeitos das modalidades e tempos de socialização experimentados ao longo da vida (Lahire, 2015). Ao distinguirem a socialização primária da secundária, Berger e Luckmann (1966) sublinharam que as experiências de socialização são vividas ao longo do tempo em contextos que podem variar segundo as condições sociais em que se alicerçam. Deste modo, não apenas a origem social ajuda a predefinir as estruturas sociais com as quais os indivíduos terão maior afinidade, mas outros contextos de socialização, como a escola e o trabalho, participam da organização dos esquemas mais profundos de percepção, pensamento e ação.

Esta ideia que sustenta o edifício teórico do clássico *A Construção Social da Realidade* foi aproveitada por Pierre Bourdieu (1979; 1990; 2009), que criticamente a incorporou na elaboração da noção de cumplicidade ontológica entre *habitus* e campo. O seu conceito de *habitus* é útil para analisar os esquemas de percepção, pensamento e ação a partir do exame das práticas sociais, as quais são o produto das predisposições incorporadas que conduzem os indivíduos a agir — do modo como agem — no espaço social (Bourdieu, 1996). Sendo esse espaço social desigual, os contextos nos quais os indivíduos adquirem as disposições constitutivas do *habitus* que carregam inscritos nos seus corpos socializados são, eles próprios, contextos de classe (Bourdieu, 2008). Assim, em função da classe social, os indivíduos naturalizam uma certa perspectiva do mundo social — perspectiva essa que tende a tomar o mundo social como um mundo natural, ou seja, como algo dado (Assis, 2020).

Estas interpretações da socialização enquanto processo através do qual o mundo social é naturalizado são importantes para examinar o modo como as experiências de insegurança e instabilidade vividas constantemente pelos trabalhadores precários contribuem para que esses indivíduos tomem os seus

momentos de crise como contingências ou propriedades inerentes à sua condição social de existência. As narrativas a partir das quais foram elaborados os retratos sociológicos aqui discutidos demonstram, por exemplo, que a precariedade e os seus efeitos na vida dos trabalhadores não são compreendidos por estes como momentos críticos que desestabilizam a vida quotidiana, mas como um facto social total, no sentido que Marcel Mauss (2003 [1923-1924]) conferiu a esse conceito, ou seja, como um fenómeno complexo com o qual todos os que vivem numa mesma sociedade, numa mesma época, estão inevitavelmente obrigados a lidar e a conviver (Carmo e Matias, 2019). As leituras, mais ou menos fatalistas, seguem nesse sentido e não derivam de interpretações esvaziadas de experiências empíricas. Ao contrário, resultam da acumulação da precariedade ao longo do tempo, incorporada pelos indivíduos através das diversas experiências de socialização pelas quais passaram no decurso das suas trajetórias profissionais e ocupacionais.

Ao objetivar o social à escala individual, Lahire (2002b) contribui para perceber pormenorizadamente os efeitos das sucessivas socializações nos indivíduos. Para o autor, nos contextos em que os indivíduos são inseridos ou se inserem ao longo da vida, ocorre silenciosamente a introdução, anulação ou reforço de disposições para agir, para crer e para perceber. Nestes termos, os trabalhadores qualificados de um determinado ramo profissional, uma vez excluídos dos setores nos quais a sua formação profissional é necessária, poderão ter de optar por outras profissões nas quais as suas competências não são requeridas da mesma forma, de modo que as suas disposições anteriormente adquiridas poderão ser transformadas e dar lugar a novas disposições, eficientes para o desempenho da profissão atual.

Tal não seria problemático se essa transformação das disposições para a prática não ocorresse em contextos de trabalho precário, nos quais os indivíduos são, eles próprios, submetidos a experiências sociais cujos efeitos mais severos podem implicar a

corrosão das competências e disposições que poderiam, caso fossem preservadas, abrir as portas a melhores oportunidades de emprego no mercado de trabalho. Para compreender como opera essa dinâmica de atualização ou anulação das disposições, é preciso observar em cada caso individual (como é feito nos retratos sociológicos apresentados adiante) precisamente:

os quadros (universo, instâncias, instituições), as modalidades (maneiras, formas, técnicas etc.), os tempos (momento num percurso individual, duração das ações socializadoras, grau de intensidade e ritmo dessas ações) e os efeitos (disposições a acreditar, a sentir, a julgar, a se representar, a agir, mais ou menos duradouras) de socialização. (Lahire, 2015: 1395)

O modo como as instituições, as maneiras e as experiências vividas ao longo dos percursos laborais se associam e se correlacionam a cada trabalhador precário evidencia a forma como estes passam a compreender como algo dado os contextos de precariedade laboral em que estão inseridos. Isto não significa que não sejam capazes de formular críticas a estes contextos, mas que, apesar das críticas, tendem a visualizar a precariedade como o presente e o destino, de modo que as alternativas aos empregos precários soam como expectativas inalcançáveis, já que representam oportunidades que não se integram no campo de possibilidades às quais possam aceder.

Uma aplicação direcionada: o retrato sociológico do trabalhador vulnerável

A noção de retrato sociológico, tal como sugere o próprio Lahire (2002a), remete para a exploração do estudo de caso que acumula uma multiplicidade de informações sobre a mesma “unidade”. A unidade pode ser uma “configuração familiar”, uma pessoa ou indivíduo (Amândio, 2012: 200). No uso que aqui fazemos,

essa unidade é o trabalhador ou trabalhadora vulnerável, no sentido em que se encontra numa situação de fragilidade, por motivos sociais, económicos ou outros, e, por isso mesmo, vulnerável ao risco de exposição à desproteção social (Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021).

Unidade de análise: o trabalhador vulnerável

Ao pretendermos compreender o que faz a singularidade de um trabalhador vulnerável, optámos por olhá-lo, como já se aflorou anteriormente, enquanto produto de combinações, diacrónicas e sincrónicas, de uma série de propriedades sociais, ou seja, como resultado de uma perspetiva multidimensional. Um trabalhador é também plural, no sentido em que é filho ou filha, mãe ou pai, marido ou mulher, companheiro ou companheira, e foi, ou ainda é, aluno ou aluna, consumidor ou consumidora, etc. Isto leva a pensar nas suas práticas não de forma separada, mas interrelacionada. Enquanto dispositivo metodológico, o retrato sociológico dá precisamente resposta a essa pretensão. E, por isso, é utilizado de forma aplicada, subordinando-o a um problema direcionado: a difícil realidade dos trabalhadores em Portugal no contexto das dinâmicas recentes do mercado laboral.

Quando se desenvolve o retrato de um trabalhador vulnerável, este é tudo menos “individualizado”, no sentido em que não está isolado daquilo que é socialmente construído. Daí que uma das nossas tarefas consista, tanto quanto possível, em procurar reconstituir os quadros que as entrevistas e o acompanhamento permitiram captar, e nos quais o trabalhador construiu aquilo que ele é na sua diversidade, e aprendeu a (re)agir, refletir, imaginar... O nosso papel sociológico consiste, assim, em encontrar os fios condutores que ligam, ou ligaram, o trabalhador aos seus quadros e experiências sociais de referência.

Os retratos que são apresentados questionam algumas das narrativas preestabelecidas e, de certa maneira, têm uma

dimensão ilustrativa da pluralidade de perfis de realidades vividas em contextos de precariedade laboral por milhares de outros casos e situações, mais ou menos semelhantes. Cada um à sua maneira, aponta para modos diferenciados como se vão formando e cristalizando “regimes de precariedade”, para novas formas de exploração e, em alguns casos, para situações laborais que nos remetem para temporalidades antigas e nos trazem à memória o trabalho à jorna, isento de acesso a direitos ou enquadramento formal. Estas formas, vindas de trás, ganharam outra expressão com a pandemia e identificam um clima de mal-estar social e económico instalado, mais ou menos silencioso e, por isso mesmo, insidioso que, entre outras tendências, assenta na precarização laboral, no desemprego e na nivelação por baixo do valor e do direito ao trabalho digno. Todavia, e sem qualquer contrassenso, os discursos e as práticas contidos nos retratos também reforçam o papel e a centralidade do trabalho, bem como a importância de o valorizar nas suas múltiplas dimensões (Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021).

Problema e contexto: a difícil realidade dos trabalhadores

O trabalho enquanto atividade humana, individual e coletiva, é uma realidade multidimensional e, por isso mesmo, requer diferentes olhares para a sua compreensão. Como atividade profissional, remunerada, ou não, produtiva ou criativa, possui sempre um carácter social e dinâmico, e as múltiplas conceções resultam de processos históricos, concomitantes à evolução dos modos e das relações de produção e organização da sociedade. É, por isso, uma realidade presente em qualquer época e um fator societal estruturante. Trata-se de um valor fundamental, cujo papel na vida das sociedades e dos indivíduos é insubstituível, não apenas ao nível material e objetivo, mas também ao nível existencial, subjetivo e relacional. As modalidades de trabalho, e a forma como este está repartido, influenciam

fortemente as condições sociais de existência e fundamentam diferentes modos de vida. O trabalho é fonte de rendimento, integração e identidade, mas, também, de pobreza, formas de exploração e desigualdades.

Pelas diferentes dimensões implicadas, o trabalho está no centro dos retratos, ainda que o principal foco recaia sobre um conjunto de problemas que se adensam nos domínios do emprego, das relações laborais e da proteção social, ou falta dela, à escala nacional. A proliferação de diversas modalidades precárias de emprego remete para a ideia, bastante debatida, da crise no emprego enquanto forma particular de trabalho assalariado ligado ao capitalismo industrial moderno, assente em contratos duradouros e com proteção social associada. Esta crise manifesta-se na redução do emprego estável, com proteção social e, concomitantemente, na multiplicação de postos de trabalho que cada vez menos podemos designar de “atípicos”. Neste processo são particularmente relevantes, por um lado, a pressão competitiva da globalização da economia e a inovação tecnológica e, por outro, a aceitação da precariedade e do desemprego enquanto subprodutos “inevitáveis” das políticas macroeconómicas seguidas, como se não houvesse alternativas.

Em certos casos, o trabalho deixou de ser entendido como um direito e tornou-se num mero recurso ao serviço da competitividade da economia. Em nome desta competitividade, assiste-se ao dismantelamento progressivo da proteção institucional e normativa do trabalho. No limite os trabalhadores podem deixar de ser considerados e reconhecidos como sujeitos portadores de direitos laborais, contratuais e sociais e transformam-se num simples custo a reduzir e ajustar.

Como já se referiu, trata-se de situações laborais e vivenciais que remetem, em muitos casos, para temporalidades e práticas antigas. É esse passado, duro e rugoso, que parece ressurgido, embora com novas roupagens e configurações no contexto da economia dos serviços e das plataformas digitais, para referir setores emergentes, mas, também, nos setores mais tradicionais,

como na agricultura, limpezas, logística, hotelaria e restauração e construção civil, entre outras atividades laborais.

Uma tipologia de quatro perfis

Recorrendo a uma abordagem compreensiva de cariz weberiano, desenvolveu-se uma tipologia de perfis no mercado de trabalho, relacionando-se duas dimensões: o grau de rotatividade entre empregos (eixo da rotatividade) e as características das modalidades de contratação (eixo contratual). A primeira distribui os percursos de acordo com a frequência de mudanças de emprego (da menor rotação entre empregos à rotação frequente); a segunda dispõe as modalidades contratuais segundo os níveis de formalização (da formalidade contratual ao nível mais elevado de informalidade).

O cruzamento destas duas dimensões permitiu salientar, desde logo, alguns padrões gerais dentro da multiplicidade de casos. Os 53 percursos recolhidos e analisados evidenciaram uma grande fragmentação e descontinuidade nas atividades desenvolvidas ao longo do tempo. Revelaram uma diversidade de modalidades contratuais que compreendem desde situações formais, contratualmente definidas (contratos por conta de outrem ou de prestação de serviços), como situações informais, com implicações ao nível da desproteção social (a curto prazo, em caso de desemprego, ou a longo prazo, como na formação do direito à pensão de reforma). Este cruzamento permitiu identificar quatro perfis principais: (i) continuidade enquadrada, (ii) rotatividade enquadrada, (iii) continuidade não enquadrada, e (iv) rotatividade não enquadrada. Estes perfis são simultaneamente multidimensionais, atendendo a várias dimensões e à relação entre elas, e longitudinais, no sentido em que captam as dinâmicas temporais. Funcionam como quadros de referência para realidades no mercado de trabalho e não como espelhos fiéis e unidimensionais das experiências vividas.

A tipologia foi já desenvolvida e discutida no contexto de outras publicações (Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021; Caleiras, Carmo, Roque e Assis, 2022; Roque, Carmo, Assis e Caleiras, 2022), pelo que aqui apenas se caracterizam brevemente os quatro perfis de participação no mercado de trabalho mais salientes na amostra, em termos de tipo ideal. No perfil da *continuidade enquadrada* verifica-se uma certa estabilidade, condições contratuais relativamente seguras e com proteção social associada, correspondendo, em geral, a atividades relativamente especializadas, apesar de insuficientemente remuneradas. A integração e a progressão no mercado de trabalho permitem alguma capacidade de planeamento e confiança no futuro. Os trabalhadores conseguem desenvolver projetos de vida e revelam alguma confiança no futuro profissional e pessoal.

A *rotatividade enquadrada* caracteriza-se pela instabilidade contratual, rotação frequente entre empregos, incluindo alterações na condição ou estatuto perante o trabalho, como sejam episódios de desemprego/inatividade ou mudanças no regime em que é exercida a profissão (trabalho dependente, trabalho autónomo). Corresponde, em geral, a empregos de baixa qualidade, trabalhos temporários, ocupações pouco qualificadas e mal remuneradas. A segurança no emprego é temporária, permitindo aceder a direitos sociais durante os períodos contratuais (patamares mínimos no montante e duração). Existem situações de carência material, algumas acentuadas, e as condições para planear o futuro são escassas ou nulas.

A *continuidade não enquadrada* caracteriza-se pela recorrência de trabalho por conta própria ou prestação de serviços, correspondente ao exercício de atividades sem vínculo de trabalho assalariado/subordinado com empregador. É patente a inconsistência entre estatuto profissional e realidade factual vivida nos casos de “falso” trabalho dependente (através de “recibos verdes”), uma vez que muitos desses trabalhadores estão, de

facto, por conta de outrem, mas sem usufruir desse estatuto, o que eleva o risco de “despedimento”, sempre presente, e limita o grau de proteção social a jusante. Em certo sentido, a ideia de continuidade é fictícia, visto que os laços laborais fracos tornam a insegurança permanente, a integração no mercado de trabalho incerta e a falta de alternativas restringe as perspectivas de um futuro melhor. Noutros casos de “verdadeiro” trabalho autônomo, mesmo quando o estatuto profissional é elevado, isso nem sempre garante estabilidade e/ou autonomia financeira, frustrando expectativas.

A *rotatividade não enquadrada* corresponde ao perfil mais vulnerável, caracterizando-se por situações em que a precariedade e a instabilidade se tornam uma constante. A rotatividade acelerada entre atividades, muitas vezes desenvolvidas sem qualquer enquadramento contratual ou vínculo ao regime de segurança social, corresponde, em geral, a trabalhos ocasionais e voláteis, pouco qualificados, mas exigentes do ponto de vista físico. Este tipo de atividades, por necessidade ou estratégia, exercida na informalidade, é frequentemente acumulado e intercalado com períodos de desemprego/inatividade. Sem vínculo laboral, a insegurança é total no emprego, no desemprego e noutras eventualidades (doença, maternidade, reforma). A integração no mercado de trabalho é bastante frágil, inviabiliza expectativas e pode gerar riscos sociais elevados em trabalhadores bastante vulnerabilizados, que juntam sucessivas desvantagens. As possibilidades de melhoria tendem a dissipar-se à medida que as condições precárias persistem e as consequências se tornam mais agudizadas (desqualificação, desfiliação, exclusão, pobreza).

Os quatro perfis e as suas variantes, assinalam as principais fragilidades e desigualdades entre diversos segmentos de trabalhadores, fazendo ressaltar aspetos relevantes. Desde logo, sobressaem ligações entre eles. As fronteiras não são claras e evidentes, emergindo frequentes sobreposições, interseções e interdependências. Os trabalhadores atravessam várias fases

ao longo do seu percurso, pelo que cada um pode ser categorizado em vários perfis.² Por outro lado, a pluriatividade, enquanto prática de diversas atividades remuneradas, desenvolvidas em simultâneo e ligadas a setores económicos, diferentes ou não, é uma realidade transversal.³ Implica trabalhar para vários empregadores numa situação de pluriemprego, obrigando os trabalhadores a serem “multifuncionais” e a “desdobrarem-se” por várias atividades ou empregos para complementar os seus rendimentos. Apesar do plurirrendimento, entendido como acumulação de (baixos) rendimentos provenientes das várias atividades desenvolvidas, a verdade é que as dificuldades financeiras subsistem.

Esta abordagem aos percursos coloca em relevo dinâmicas de instabilidade profissional e fragmentações que se foram cristalizando sobretudo desde a crise financeira iniciada em 2008, e aponta para a chegada da pandemia que compreendeu a multiplicação, diversificação e singularização de percursos de precariedade que tornaram mais complexa não apenas a análise, como a implementação de políticas públicas verdadeiramente reparadoras. As causas são estruturais e bastante visíveis nos três últimos perfis, nos quais, como veremos, se posicionam maioritariamente os oito trabalhadores aqui retratados. Aliás, no perfil da rotatividade não enquadrada, que é o quadro predominante, isso é ainda mais evidente. Neste caso, os retratos sociológicos destacam, particularmente, a multiplicidade de problemas de desregulação do mercado de trabalho e práticas empresariais abusivas, deixando pouca margem aos trabalhadores, que, em alguns casos, nem se reconhecem como sujeitos ativos e autónomos do seu trabalho ou da sua própria existência (Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021; Caleiras, Carmo, Roque e Assis, 2022).

2 O exercício de classificação não é mutuamente exclusivo. Apenas seis trabalhadores são incluídos num único perfil, enquanto 47 se incluem em pelo menos dois perfis.

3 Presente em 37 dos 53 percursos estudados.

Capítulo 3

O processo de construção dos retratos

Questões metodológicas e éticas

A necessidade de compreender melhor os percursos de participação no mercado de trabalho conduziu o estudo para uma dimensão eminentemente qualitativa. Os retratos sociológicos apoiam-se, sobretudo, em entrevistas aprofundadas de natureza semidiretiva. De certa forma, a especificidade dos mesmos assenta no guião, tendo como objetivo primordial tentar perceber a forma como as disposições individuais se formam e encarnam nos diferentes papéis sociais do trabalhador, nos múltiplos “mundos da vida” e na teia de situações e interações no qual este participa e se move (Lahire, 2002a). Os retratos foram construídos a partir do material empírico recolhido e em constante fluxo, incluindo a informação dinâmica obtida a partir das entrevistas e do grupo de contactos de acompanhamento de *follow-up* realizados durante o primeiro confinamento resultante da pandemia. Neste sentido, os retratos adquirem um teor interpretativo, e não meramente descritivo.

Procedimentos: da recolha à análise da informação

Enquanto técnica de recolha de informação, a entrevista afigurou-se como a forma mais adequada para obter conhecimento experiencial aprofundado junto de cada trabalhador. Através

do relato das vivências foi possível captar a subjetividade de cada entrevistado, em particular na esfera do trabalho, das suas experiências, valores, atitudes, percepções e interpretações. Por intermédio de perguntas abertas, coube aos entrevistadores facilitar e promover essa expressão, tornando a informação tão rica e fértil quanto possível, sem, contudo, se afastar dos objetivos da investigação. A entrevista aprofundada permite obter uma narrativa natural através do estabelecimento de uma interação, e que visa suscitar a memória do entrevistado, a fim de que este relate extratos da sua vida, ou seja, segmentos de uma trajetória (Bourdieu, 2009; Bertaux, 2020).

Entrevistas

Entre setembro de 2019 e dezembro de 2020, foram contactados 80 trabalhadores, dos quais 53 acabaram por ser selecionados para o estudo. Todas as entrevistas realizadas tinham um carácter semidiretivo e aprofundado, seguindo um guião de perguntas previamente estabelecidas. O guião inicial das entrevistas contemplou as seguintes dimensões: 1) atividade profissional; 2) rendimento; 3) vida quotidiana e relacional; 4) posicionamento em relação à covid-19; 5) enfrentamento e resposta; 6) proteção social; 7) representação das instituições, participação social e ação coletiva; 8) percepção do passado, presente e projeção do futuro (Cf. Anexo B). O foco incidiu sobre os aspetos sensíveis dos discursos e narrativas dos indivíduos acerca dos seus percursos de participação no mercado de trabalho. Contudo, a aplicação do guião não foi completamente rígida, sendo adaptável ao rumo da conversa com cada entrevistado. A estrutura do guião contemplou ainda a recolha de um conjunto de elementos de caracterização sociográfica.

Num primeiro momento, a comunicação entre os investigadores e entrevistados ocorreu através do contacto presencial direto, o que permitiu estabelecer um processo de cumplicidade e sinergia, durante o qual cada indivíduo se exprimiu

livremente, relatando de forma detalhada as suas próprias vivências, únicas e singulares. No entanto, o trabalho de campo foi atravessado pelo eclodir imprevisto da pandemia de covid-19, o que obrigou a uma alteração em termos metodológicos e processuais de recolha de informação, resultando em dois momentos temporais distintos: antes e durante a pandemia. No segundo momento, o cenário alterou-se radicalmente devido aos impactos imediatos decorrentes da covid-19 ao nível das restrições na mobilidade e nos contactos sociais. As entrevistas passaram a ser realizadas *online*, recorrendo às redes sociais, aplicações informáticas e plataformas digitais, como o Zoom, WhatsApp, Skype, Facebook, e por via telefónica.

Nos casos em que a entrevista foi realizada no contexto da pandemia, elaborou-se um guião reformulado com base nas perguntas iniciais, contemplando os impactos acumulados da mesma. Aos entrevistados contactados no período pré-pandémico foi aplicado um miniguião complementar, contendo os impactos diretos da pandemia, designadamente: 1) na atividade profissional; 2) no rendimento; 3) na vida relacional e quotidiana (rede familiar, de amigos, de vizinhança); 4) as estratégias de enfrentamento e o acionamento (ou não) de medidas de política; 5) o posicionamento perante o problema causado pela covid-19; 6) e as percepções do passado, presente e do futuro (Cf. Anexo B).

Entre março e agosto de 2020 foi constituído um grupo de acompanhamento de *follow-up* composto por 14 entrevistados que foram contactados, de forma individual e sistemática, em intervalos de tempo sucessivos e regulares. Este acompanhamento resultou na obtenção de informação mais detalhada e dinâmica bastante relevante para a elaboração dos retratos sociológicos.

Análise de conteúdo

As entrevistas, gravadas e transcritas, foram objeto de uma codificação sistemática, efetuada *a posteriori*, para viabilizar uma

análise de conteúdo recorrendo ao uso do MAXQDA. Através deste *software* específico utilizado para a análise qualitativa de dados, toda a informação empiricamente recolhida ao longo de 16 meses de trabalho de terreno foi objetivada. A análise de conteúdo possibilitou a sistematização das narrativas relatadas pelos trabalhadores entrevistados, quando instigados a refletir sobre as suas experiências passadas, presentes e expectativas futuras, sem nunca perder de vista a sua condição vulnerável no mercado de trabalho.

A análise qualitativa das entrevistas, com recurso ao *software* MAXQDA, teve como ponto de partida os blocos temáticos de perguntas existentes no guião das entrevistas.¹ Ao invés de organizar as respostas dos indivíduos em relação aos conjuntos de perguntas que lhes foram aplicadas, optou-se por estabelecer interpretativamente uma lista de dimensões.² Essas dimensões foram objeto de uma análise de conteúdo capaz de sistematizar o volumoso material empírico obtido. Deste modo, o guião de entrevistas funcionou como um fio condutor inicial para a identificação dos principais aspetos privilegiados na análise de conteúdo.

Isto possibilitou analisar as narrativas dos percursos de participação no mercado de trabalho, organizando-as segundo dimensões temáticas objetivadas em virtude do seu carácter transversal aos relatos. Através deste exercício foi possível estabelecer uma grelha de categorias com a qual foi conduzida a codificação sistemática das entrevistas, de modo que fosse proporcionada uma análise quer da singularidade do percurso de cada um dos trabalhadores, quer das relações — afinidades, contrastes, oposições — entre os diferentes casos estudados.

-
- 1 Trata-se, sinteticamente, de um *software* para análise de dados qualitativos e métodos mistos de investigação.
 - 2 Origem social, experiências educacionais, entrada no mercado de trabalho, trabalho e experiências laborais, experiências económicas, proteção social, trabalho e identidade, vida quotidiana e bem-estar, redes de apoio e autonomia, tempo social e projetos, rendimento, consumo e despesas, perceções e classificações sociais, afetações da covid-19.

Amostra

A população-alvo incidiu sobre 53 trabalhadores em situação precária, nas suas múltiplas e complexas modalidades. Os critérios que presidiram à seleção da amostra compreenderam os vínculos contratuais frágeis, as baixas remunerações e os fracos níveis de proteção social, tendo a mesma sido construída de acordo com os objetivos do estudo. Os entrevistados foram repartidos por diversos setores de atividade, segundo variáveis como o território, a idade, o género, o nível de escolaridade, a nacionalidade, o estado civil ou o contexto de origem. Sem pressões de representatividade ou exaustividade, a amostra foi, contudo, intencionalmente contrastada e o perfil dos trabalhadores diversificado, contemplando a pluralidade de situações.

Sucintamente, e no que diz respeito às principais características, o leque de entrevistados é compreendido por 28 mulheres e 25 homens, sendo que 29 destes residem na Área Metropolitana de Lisboa e 24 noutras regiões de Portugal Continental. Em termos de faixa etária, 14 destes indivíduos têm idades até aos 29 anos, tratando-se de trabalhadores mais jovens e em fase inicial de ingresso no mercado de trabalho; 24 situam-se na faixa etária compreendida entre os 30 e 45 anos, tratando-se de trabalhadores adultos com um percurso assinalável; e 15 destes indivíduos têm idade superior a 45 anos, ou seja, são trabalhadores mais velhos, sendo que para alguns a idade legal da reforma não se encontra muito distante. Tendo em conta as habilitações literárias, oito destes indivíduos frequentaram o ensino básico, 18 concluíram o ensino secundário, e 27 possuem um curso superior. Quanto à nacionalidade, 45 dos entrevistados são cidadãos nacionais e oito são imigrantes e, em termos do estado civil, 24 são solteiros, nove são casados, 12 vivem em união de facto e oito são divorciados.

Contactos com os entrevistados no terreno

Numa primeira fase, e com o objetivo de identificar trabalhadores que fossem ao encontro dos critérios inicialmente definidos, estabeleceram-se contactos diretos com alguns dos potenciais entrevistados, cuja maioria se revelou disponível e interessada em participar. Através de abordagens diretas de rua com trabalhadores que se encontravam em pleno exercício da sua atividade profissional, sobretudo estafetas de plataformas digitais de entrega de comida, motoristas de *tuk-tuks*, artistas de rua e empregados de restaurantes e cafés, procurámos encontrar indivíduos que se encontrassem num momento de pausa, a fim de tentar não interferir no seu trabalho. O local para o efeito consistiu, sobretudo, na zona da baixa lisboeta, tratando-se de um dos pontos mais frequentados por turistas e jovens, os principais clientes destes serviços. A equipa deslocava-se sempre em grupo de dois ou três investigadores, abordando cada pessoa e apresentando o cartão da instituição para uma maior credibilidade. De forma sucinta, era explicado o objetivo do estudo e, simultaneamente, pretendeu-se estimular em cada indivíduo a relevância do seu testemunho na primeira pessoa e do seu contributo, através das suas perceções e do seu relato de participação no mercado de trabalho.

Em parte, este trabalho de campo teve também uma vertente de observação direta dos comportamentos dos trabalhadores e do desempenho dos seus ofícios, das dinâmicas urbanas, das interações entre os cidadãos e os diferentes tipos de comércio, assim como das conversas informais que os investigadores levaram a cabo com todos estes indivíduos. Ao final de cada dia, todas estas informações eram registadas num gravador e em papel. Além da zona da baixa de Lisboa, a equipa visitou e analisou outros locais que poderiam vir a revelar-se como estratégicos, sendo exemplo disso as zonas de Entrecampos, Marquês do Pombal e Mouraria. Todavia, o turismo tem o seu epicentro na zona da baixa lisboeta.

Nem sempre aquilo que fora planeado correu da melhor forma, e nem todos os trabalhadores contactados revelaram a abertura necessária para criar uma relação de empatia e/ou cumplicidade para a obtenção de disponibilidade para posterior contacto. No entanto, na maioria dos casos, rapidamente a abordagem inicial evoluiu para conversas informais, sobretudo com estafetas de plataformas digitais de entrega de comida, motoristas de *tuk-tuks* e artistas de rua que, enquanto desempenhavam o seu ofício ou aguardavam uma tarefa, partilhavam connosco alguns dos desafios experienciados no seu dia-a-dia.

Uma dessas situações surgiu no caso de um estafeta que, enquanto falava connosco, foi obrigado a sair repentinamente, pois um dos seus informantes, um sem-abrigo, tinha avistado a polícia que se dirigia na sua direção a fim de multá-lo, visto que estes trabalhadores, tal como os motoristas de *tuk-tuks*, não possuem locais para estacionar enquanto aguardam os seus clientes na rua ou que lhes seja atribuída uma tarefa de entrega no seu telemóvel. Noutros casos, em que conseguimos obter os contactos de algumas pessoas que abordámos, tendo inclusivamente estabelecido conversas informais e ricas em conteúdo, não conseguimos obter disponibilidade posterior por parte das mesmas. Num dos exemplos, encontrámos um trabalhador, com cerca de 50 anos de idade, que se encontrava numa carrinha itinerante a vender material discográfico na zona do Chiado. Ao som de Amália Rodrigues, efetuámos uma abordagem que obteve uma resposta e abertura acolhedoras, dando lugar a uma conversa bastante profícua quer em termos de análise do mercado de trabalho, quer em termos de crítica social, sobretudo no que refere à fragilidade do mercado musical, assim como à vulnerabilidade da profissão de vendedor ambulante.

Outro dos casos consistiu na abordagem a um dos vários homens-estátua que trabalhava arduamente, de sol a sol, na rua Augusta, em Lisboa. Aguardámos vários minutos a fim de que o mesmo tivesse um momento de pausa, pois estes trabalhadores conseguem permanecer imóveis durante largos períodos

seguidos, conseguindo superar qualquer distração, usando para tal técnicas de meditação. Depois de o tentarmos abordar, foi criada uma sinergia momentânea em que conseguimos dialogar, por alguns momentos, sobre as dificuldades encontradas no percurso no mercado de trabalho. Tratava-se de um homem de meia-idade, com cerca de 50 anos, licenciado que se viu obrigado a encarnar a figura de artista de rua para conseguir sobreviver, reinventando-se perante as adversidades e incertezas que a vida lhe trouxera. Mais tarde, voltámos, mas sem sucesso, pois manifestou receio em querer relatar, de forma mais aprofundada e formal, a sua trajetória ocupacional.

Abordámos igualmente um jovem de 19 anos que aparentava ter problemas do foro psicológico devido ao seu discurso, por vezes desconexo da realidade. Tratava-se de um motorista de *tuk-tuk* que, enquanto aguardava um cliente, relatou o seu percurso de vida atribulado, sobretudo na relação problemática com os pais, mas que em nada o impedia de almejar a sua independência económica, trabalhando neste serviço. Após várias tentativas de agendamento, este trabalhador acabou por não ser entrevistado.

Outra situação ocorreu com uma artista de rua que animava as ruas da baixa lisboeta com os seus malabares e abordagens divertidas aos transeuntes que apressadamente caminhavam pela rua. Na abordagem divertida que teve connosco criou-se um momento de empatia, oportuno para uma eventual aproximação, a fim de se conhecer um pouco mais sobre quem estaria por detrás daquela face pintada a transbordar de alegria. Era uma jovem italiana com cerca de 20 anos de idade. Mal sabendo lidar com a língua portuguesa, ainda assim revelou o modo como conseguia sobreviver. Realizava artes de rua para custear, entre outras necessidades, o quarto que partilhava com uma amiga. Segundo a mesma, a maioria destes trabalhadores, sobretudo jovens que pretendem aventurar-se pela Europa para obter uma experiência de vida mais rica, desenvolve trabalho informal. Desta simples observação, resulta que o exercício

destas atividades é bastante condicionado pelas condições climáticas, pois nos dias chuvosos não eram avistados nas ruas.

Quando, no seguimento das conversas informais, existia disponibilidade imediata para uma entrevista formal, a mesma efetuava-se. Por isso, em várias ocasiões, as entrevistas ocorreram logo, em espaço público próximo do local da abordagem inicial. Por exemplo, em bancos de jardim, cafés ou esplanadas, ou mesmo em pé, tal como sucedeu com alguns motoristas de *tuk-tuks* e estafetas, ou seja, em espaços escolhidos pelo menor transtorno e maior tranquilidade que propiciavam ao desenrolar da entrevista. Por outro lado, a questão da língua também não envolveu qualquer constrangimento para a equipa em termos de abordagem ou na realização das próprias entrevistas. Um desses exemplos foi a entrevista realizada com um jovem estafeta de plataformas digitais oriundo do Paquistão que apenas dominava a língua inglesa. O guião, a caneta, o bloco de notas e o gravador acompanhavam sempre a equipa de investigadores neste trabalho de cariz sociológico, que em certo sentido incorporou também uma componente etnossociológica (Bertaux, 2020). Todos os relatos obtidos foram cruciais para a realização da investigação.

Além dos trabalhadores, foram também abordados sindicatos, partidos políticos, movimentos mais ou menos organizados de protesto social e ainda algumas associações com o objetivo de obter contactos diretos, não só com os seus órgãos dirigentes, como igualmente eventuais entrevistas com os associados. Esta situação ocorreu com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Hotelaria, Restauração e Turismo e Similares do Sul ou com o Sindicato dos Trabalhadores de Call Center, entre outros casos, aos quais os investigadores se dirigiram e obtiveram abertura. A equipa foi sempre bem recebida e bem-sucedida nos objetivos pretendidos quer nas várias conversas informais, quer nas entrevistas levadas a cabo com dirigentes destes dois setores, no sentido de indagar em profundidade como se processava o dia-a-dia dos seus associados, assim como o seu *modus operandi*

em relação aos problemas enfrentados no mercado de trabalho. Vários sindicatos e associações foram também contactados e visitados, tendo a equipa desenvolvido presencialmente múltiplas conversas informais com dirigentes nas respetivas sedes. Ainda que os diálogos não tivessem sido gravados através da registo sonoro, a interação permitiu criar aproximações, quebrando-se qualquer receio em falar abertamente de questões mais delicadas. Desta forma, estabeleceram-se diálogos ricos e frutuosos, por vezes de várias horas, que permitiram obter um quadro mais amplo, preciso e atual do sindicalismo e do mercado de trabalho em Portugal nos diversos setores económicos. Como anteriormente mencionado, os dados eram registados em papel pelos investigadores após as conversas informais.

Para lá de todo o trabalho de campo nas ruas de Lisboa, procedeu-se a abordagens indiretas através de contactos telefónicos, envio de *emails* e da interação através de redes sociais com a visualização e integração em alguns grupos de redes de profissionais nas áreas relevantes para o presente estudo. É de salientar ainda que se recorreu à recomendação de informantes privilegiados (*word of mouth*) e à amostragem em bola de neve (*snowball*). No final de cada entrevista, era solicitada a colaboração do entrevistado no sentido de indicar eventuais contactos de trabalhadores com perfil adequado aos objetivos do estudo, numa lógica de referências em cadeia. Estes trabalhadores eram posteriormente contactados e, com aqueles que expressavam interesse em participar no estudo, era então agendada a realização da entrevista. Importa referir que os contactos obtidos a partir dos próprios entrevistados foram utilizados para a obtenção de determinados perfis profissionais que se revelaram mais difíceis em termos de disponibilidade e aproximação. Esta via acabou, aliás, por revelar-se como a mais frutífera e fidedigna para a angariação de pessoas com perfil, disponibilidade, experiência ou sentimento de confiança para o estudo.

A empatia e a confiança estabelecidas entre o entrevistado e entrevistador são fatores cruciais e determinantes para que as

experiências na primeira pessoa sejam relatadas com detalhe, pormenores ínfimos e (quase) sem restrições. Um dos aspetos mais interessantes que sobressaiu das entrevistas foi o facto de que aquelas que foram realizadas através de meios digitais ou telefónicos permitiram que os indivíduos se libertassem, por momentos, das suas angústias e receios e entrassem num processo de autorreflexão, não apenas relativamente à sua vida profissional, mas também pessoal. Em várias situações foram mesmo endereçadas palavras de agradecimento por parte destes relativamente a este exercício reflexivo, o que em alguns casos ajudou a criar laços de maior proximidade e permitiu acompanhar os mesmos num registo de *follow-up* durante os primeiros seis meses de pandemia.

Questões éticas

A investigação foi realizada respeitando os princípios éticos de participação voluntária, consentimento informado e esclarecido, assim como a confidencialidade no acesso aos dados. Desde logo, foi obtido o consentimento informado, na forma oral gravada em áudio, no momento imediatamente anterior ao início de cada entrevista. Os investigadores começavam por proceder a uma breve apresentação do projeto e informavam cada trabalhador de que todas as informações recolhidas seriam estritamente confidenciais, sendo apenas utilizadas no âmbito da finalidade do estudo. A confidencialidade foi garantida através da atribuição de uma chave numérica a cada entrevistado, bem como de nomes fictícios. Esta atribuição foi efetuada seguindo uma lógica de semelhança com os nomes reais. Além disso, omitiram-se os dados que, direta ou indiretamente, poderiam ser identificativos, no sentido de proteger o total anonimato, sobretudo nomes de familiares, empresas e localidades com e nos quais a pessoa teria contactado durante a sua trajetória. Todas as informações recolhidas encontram-se seguras em sistemas informáticos e fonográficos restritos, apenas acessíveis aos investigadores.

No início de cada entrevista, houve sempre a preocupação de criar um ambiente informal, questionando se o entrevistado se encontrava bem, informando do assunto da entrevista, do seu cariz anónimo, e se concordava com a gravação sonora do seu testemunho. Era também referido que em qualquer altura a entrevista poderia ser interrompida e, caso existisse alguma questão com a qual o entrevistado não se sentisse confortável, o mesmo poderia recusar-se a responder. Na própria gravação eram depois descritos, de forma sucinta, os objetivos do estudo, a garantia do anonimato e a confidencialidade de cada relato, sendo igualmente solicitada a permissão para a gravação do registo sonoro realizado apenas para fins da análise qualitativa posterior. Ainda que algumas pessoas se revelassem indisponíveis, por receio ou falta de tempo, a maioria dos contactados aceitou ser entrevistada.

Os investigadores revelaram sempre disponibilidade total, quer em termos físicos como temporais, para ir ao encontro de cada pessoa entrevistada. Isso implicou, por vezes, a realização de duas ou três entrevistas no mesmo dia, em qualquer dia da semana, hora e local, desde que fossem convenientes ao entrevistado, ou seja, onde este se sentisse mais confortável e confiante. Tal obrigou à deslocação frequente entre locais e, como já se aflorou, as entrevistas foram realizadas maioritariamente em cafés, esplanadas ou num dos centros de investigação associados ao projeto. Contudo, foram também realizadas entrevistas em sedes de partidos, sindicatos ou mesmo na própria via pública.

A cumplicidade estabelecida com cada entrevistado foi crucial e, em alguns casos, teve de se ajustar a temporalidade da entrevista à disponibilidade horária que cada indivíduo oferecia, de forma que nenhuma pessoa fosse prejudicada na sua vida pessoal ou profissional. Daí que, em algumas situações, as entrevistas fossem também realizadas por telefone, devido a dificuldades de deslocação e de disponibilidade de tempo. Estas ocorreram, sobretudo, nos casos em que os indivíduos tinham

sido recomendados por outros previamente entrevistados. Por isso, apesar de esta forma de entrevistar não incluir a vertente do contacto visual, questões como eventual desconfiança ou receio quanto à finalidade do estudo acabaram por não se colocar.

Durante as entrevistas presenciais, a empatia entre o entrevistador e o entrevistado era assegurada através de um olhar atento e fixo ou por palavras de apoio nos momentos mais difíceis de cada relato. Mesmo nos contactos telefónicos e virtuais, o sorriso na voz e o saber escutar e respeitar os silêncios reforçaram a cumplicidade entre entrevistador e entrevistado. É de salientar que o relato de trajetórias de vida reaviva memórias que, por vezes, demoram a ser rebuscadas e, por outro lado, poderão envolver situações mais constrangedoras em termos de traumas, vergonha e dor e que, de certa forma, em alguns casos, já se encontravam esquecidas no passado.

A chegada da pandemia e a transição da vida presencial para a virtual

A pandemia de covid-19 teve efeitos significativos em todas as esferas da vida: trabalho, viagens, lazer, educação, comércio internacional, entre muitas outras. A investigação e o trabalho de campo que decorriam não ficaram imunes, pois foram, também, muito afetados. O aumento do número de casos de pessoas infetadas com o vírus, a imposição dos confinamentos e das medidas profiláticas, como o distanciamento social, condicionaram a realização presencial das entrevistas e do trabalho de investigação. À medida que a covid-19 se propagava pelo mundo, atingindo tudo e todos, as instituições académicas e científicas fechavam ou suspendiam as suas atividades. O trabalho de campo e os investigadores ficaram num limbo e num estado de interregno na maioria dos casos.

Reconfigurações metodológicas

Todo este cenário novo implicou uma reconfiguração na estratégia metodológica inicialmente desenhada, nomeadamente no processo de aplicação das entrevistas, trabalho de campo e obtenção de contactos para as entrevistas. A situação de confinamento levou à transição para o regime de teletrabalho e a novos modos de vida e de trabalho. Apesar de todos os constrangimentos físicos, a equipa de investigação conseguiu manter-se coesa, ativa e produtiva, sobretudo devido à comunicação virtual mantida, ou seja, conseguiu reinventar-se e superar os enormes desafios que, inclusivamente, levaram à estagnação de vários projetos. A continuidade da realização de entrevistas implicou um processo de mudança e adaptação metodológica. Os espaços de copresença pública e semipública, onde ocorreram as primeiras abordagens e entrevistas, converteram-se em espaços virtuais. Os instrumentos digitais, como *smartphones* e *tablets*, que, aliás, já antes estavam presentes e eram ocasionalmente utilizados nos contactos diários, passaram a ser a regra nos contactos com familiares, amigos, colegas de trabalho e, claro, também nos contactos com os potenciais entrevistados.

Para abarcar não apenas o contexto de rescaldo da crise financeira de 2008, mas também a vivência de um momento histórico excecional, com enormes consequências socioeconómicas no que respeita à vida pessoal e laboral de cada indivíduo, houve a necessidade de reformular a metodologia inicial do projeto. Neste sentido, o contexto da pandemia de covid-19 e os seus impactos imediatos na vida de cada trabalhador foram adicionados como um período de análise, o que conduziu a uma reelaboração do guião de entrevistas. Definiu-se que a realização de entrevistas deveria transitar para o regime digital e telefónico e, tendo em conta a empatia e disponibilidade estabelecidas com a maioria dos entrevistados, optou-se igualmente por constituir um grupo de acompanhamento de *follow-up*. Pretendia-se obter um contacto frequente, sistemático e regular

com estes indivíduos durante os primeiros seis meses da pandemia (entre março e agosto de 2020), no sentido de captar a dinâmica das suas experiências, impactos e significados, e o modo como estes variavam. Apenas faria sentido avançar se os entrevistados se envolvessem e colaborassem através da utilização de meios digitais e se, além disso, revelassem disponibilidade, num período tão crítico, para a partilha das suas experiências, a partir dos seus espaços particulares, privados e até íntimos.

Considerando esta nova situação, bem como os obstáculos e limitações subjacentes, a observação direta dos comportamentos dos trabalhadores passou a ser efetuada virtualmente em grupos digitais do Facebook e de blogues para contactos posteriores. A frieza da distância física amenizou-se pela partilha de quadros de interação separados no espaço e ligados no tempo, em que os indivíduos foram respondendo às perguntas do guião e refletindo sobre os seus percursos e as suas condições sociais, tendo como cenário os bastidores das suas próprias casas. Nem todas as entrevistas foram realizadas através de redes sociais ou plataformas digitais, visto que algumas ocorreram via telefone. De qualquer forma, nos casos em que a entrevista envolvia uma componente visual, isso implicou uma certa intromissão no espaço pessoal de cada indivíduo. Muitas vezes, as entrevistas decorreram no quarto, na varanda, na sala, na cozinha do entrevistado, sendo, ocasionalmente, interrompidas pela presença dos seus filhos, companheiros, cônjuges, e outros familiares ou animais de estimação. Todavia, este sentimento de confiança, de “à vontade” e de exposição de um espaço que se pretende privado e não público, contribuiu para o estabelecimento de uma cumplicidade que, em muitos casos, colmatou a falta de contacto visual e interação direta que a entrevista presencial permitiria. As entrevistas tiveram uma duração média de aproximadamente duas horas e meia. Na maioria dos casos, foi perceptível o sentimento de confiança e, por vezes, de manifesta vulnerabilidade através de expressões de choro ou revolta. Num quadro geral, a dimensão do tempo assume uma

preponderância incontornável e representativa da precariedade vivida, sendo percecionado como algo fugaz e sobre o qual se tem cada vez menos controlo, como se o mesmo não pertencesse minimamente aos sujeitos. Na verdade, o tempo é experienciado enquanto entidade externa, produzida e determinada por um sistema (político, económico e social) que não permite viver a vida que se almeja e se deseja (Carmo e d' Avelar, 2020). Uma parte significativa das trajetórias de vida e dos percursos laborais está marcada por diferentes formas de vulnerabilidade social, acumuladas ao longo dos anos, e que se agravaram pelas incertezas trazidas pela pandemia.

As perguntas eram, por norma, colocadas pela ordem estabelecida no guião. Contudo, sempre que a conversa o exigia, o rumo da mesma poderia sofrer ligeiras alterações, seguindo o relato de cada pessoa, ou seja, a entrevista era estabelecida sem qualquer ordem rígida, pois o objetivo seria seguir a linha que cada trajetória desenhava, mas que, no final, chegaria à mesma meta. Em alguns casos foram colocadas perguntas adicionais, consoante o setor ou serviço em que a pessoa trabalhava, e que ajudaram a complementar os objetivos. Tal sucedeu no caso dos líderes de movimentos sociais, associações e sindicatos, que relataram não apenas o seu percurso profissional, pessoal, mas também associativo. De facto, cada história era singular e, por vezes, não foi fácil manter uma certa neutralidade axiológica que cada sociólogo deve seguir. Eram relatos na primeira pessoa que expunham situações não apenas referentes à sua trajetória profissional, mas também pessoal, incluindo episódios bastante difíceis de situações de sofrimento (contínuo), superação de dificuldades materiais ou mesmo de situações de assédio.

Deste modo, o processo da investigação adaptou-se às circunstâncias que mudaram radicalmente e reorientaram os procedimentos e instrumentos metodológicos. Esta transmutação permitiu não apenas continuar com a aplicação das entrevistas, como facilitou um acompanhamento mais

próximo do quotidiano e da experiência do primeiro confinamento, designadamente das consequências socioeconómicas mais imediatas decorrentes da pandemia. Com o confinamento, muitas das realidades reveladas pelos testemunhos tornaram-se (ainda) mais invisíveis do que anteriormente no espaço público e na sociedade em geral. Porém, a possibilidade do contacto virtual assegurou a ligação com realidades bem concretas e vividas no momento, conseguindo-se assim identificar, até certo ponto, as atividades que se suspendiam, os empregos mais ou menos instáveis que se iam perdendo, os rendimentos que se reduziam, as angústias e os desesperos que cresciam. As entrevistas à distância, realizadas durante o momento de paragem que o confinamento representou, permitiram gerar espaços de confiança e de partilha em que os indivíduos puderam aprofundar as reflexões sobre as suas próprias vidas e o modo como os percursos, de maior ou menor precariedade laboral, têm afetado diversas dimensões sociais e pessoais. O longe tornou-se perto, e a casa virtual tornou-se num espaço que, por vezes, parecia real devido ao conforto e segurança que o entrevistado sentia ao relatar as suas experiências de vida no seu refúgio seguro. Claramente ilustrativo foi o caso de uma entrevistada que, através da videochamada, apresentou os recantos da sua casa e exprimiu as suas inseguranças relativamente ao tempo presente e futuro, como se o entrevistador se tratasse de alguém próximo ou que já conhecesse há algum tempo. De facto, esse vínculo de proximidade foi, de certa forma, estabelecido com a maioria dos entrevistados, o que, aliás, ajudou (e muito) a estabelecer posteriores contactos para a elaboração dos registos de *follow-up*.

Impactos nas relações de trabalho e interpessoais da equipa

A pandemia causou um vasto leque de mudanças na vida individual e coletiva, moldadas pela tentativa de o governo limitar a

interação física e reduzir o contágio. Por um lado, o conhecimento e a investigação nas áreas médica, epidemiológica, virológica ou matemática, por exemplo, ocuparam um palco central, quer na informação dos *media*, quer na determinação e configuração das políticas; por outro, pouca ênfase foi conferida ao conhecimento resultante dos impactos sociais e económicos que estavam a ser gerados. No entanto, era necessário explorar e conhecer melhor o problema nas áreas social e económica, especialmente na frente da investigação qualitativa. De facto, tratou-se de um período crítico, de necessidade social extrema, mas que, por isso mesmo, requeria a produção de boa ciência social, capaz de se metamorfosear virtuosamente perante as adversidades. Pretendia-se levar a cabo uma abordagem que oferecesse uma visão de aspetos relacionados com as realidades vividas, muitas vezes encobertas e, portanto, esquecidas, assim como comportamentos reativos e perceções, mais ainda neste novo e surpreendente contexto.

Durante a pandemia, a investigação qualitativa poderia gerar informação diferenciada e trazer dados inovadores, complementares de outros, através de um olhar sobre as experiências das pessoas relativamente à sua vivência do fenómeno, às suas diversas consequências (e não apenas em matéria de saúde), aos cuidados e esforços, e às políticas de resposta, entre outras dimensões empíricas. Na verdade, entendemos que a exacerbação das desigualdades sociais, sanitárias e económicas não poderia deixar de ser analisada com recurso a metodologias intensivas. Evidentemente que o conhecimento da equipa relativamente a estas metodologias nunca tinha envolvido uma situação tão disruptiva quanto esta. Todavia, a experiência passada sugeria que era possível implementar uma investigação qualitativa rigorosa, em tempo real, e apresentar resultados num contexto totalmente diferente.

Em meados de março de 2020 a execução do projeto *EmployALL* foi afetada, não diretamente pelo vírus, mas pela obrigatoriedade do confinamento, decretado pelo Presidente

da República.³ A saúde humana era a prioridade e era necessário cuidar primeiro das pessoas. Todavia, a vida continuava, ainda que de forma estranha. A paragem forçada levou à incerteza quanto ao futuro e a alguns problemas “logísticos”. Inevitavelmente, isso teria impactos na habitual relação de trabalho conjunto da equipa, além de provocar atrasos na dinâmica do projeto. Como seria doravante e como iria a equipa reagir perante esta crise, que acreditávamos ser temporária? Considerando o calendário inicialmente previsto, a data de conclusão do projeto e o respetivo financiamento caminhavam a passos largos para o seu fim.

Como consequência do período de confinamento, a equipa de investigação viu-se inserida, como vimos, num novo cenário de isolamento e de adoção de uma vida laboral virtual. As reuniões de projeto passaram a ser efetuadas através de plataformas digitais, telefone e *email*, utilizando em particular as ferramentas Zoom e Slack como meios de contacto virtual.⁴ Por estas vias, sentimos que, apesar de distantes, estávamos juntos neste desafio, numa confirmação de camaradagem entre colegas de trabalho que se reforçou em tempos humanamente difíceis de superar. De facto, o trabalho de campo presencial, que permitiu antes da pandemia um contacto direto com a realidade laboral dos serviços e setores nos quais se encontravam a trabalhar alguns dos entrevistados, foi crucial para a obtenção de uma dinâmica e de uma ligação de camaradagem entre colegas, o que veio a revelar-se determinante na superação da maioria dos entraves colocados pelas restrições durante a pandemia.

Esta transição aconteceu também relativamente a reuniões mais amplas com a comunidade científica, incluindo com colegas do projeto de investigação ART 63, com quem foram

3 A 18 de março de 2020 foi decretado, pelo Presidente da República, o Estado de Emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020).

4 Slack é uma plataforma de comunicação em que pessoas e grupos podem comunicar e partilhar tarefas e arquivos.

partilhadas e discutidas apresentações, resultados provisórios e finais em seminários, conferências, congressos, *workshops*, etc.⁵ Todas estas reuniões de trabalho continuaram através de ligações à distância, mediadas por múltiplos ecrãs e aplicações digitais. Da copresença física, em espaço público comum, transitou-se para o espaço *online* em espaços virtuais privados. Extraordinariamente, esta mudança repentina e drástica tornou-se possível e, de certa maneira, normalizou-se, a tal ponto que, mesmo após a tormenta da pandemia, mantiveram-se as reuniões virtuais, nacionais e internacionais, a par de reuniões presenciais.

A estranha realidade com que todos foram confrontados permitiu que fossem exploradas ferramentas *online* preexistentes para a realização de entrevistas, reuniões de trabalho, seminários, conferências, *workshops* e outras colaborações, inclusivamente transnacionais. Estas ferramentas são úteis, inclusivamente por razões ambientais, podendo contribuir para a redução da pegada de carbono. Todavia, nunca é de mais dizer que o ser humano é social, ou seja, necessita de socializar, de experiências presenciais, de trabalho ou outras, enfim, de estabelecer convívio face a face com os colegas e amigos. Por isso, entendemos que alguns aspetos do distanciamento físico não poderão tornar-se num “novo normal” nas rotinas de trabalho ou, numa escala mais ampla, na própria interação social científica.

Por outro lado, a continuidade da pesquisa de terreno durante a pandemia (em moldes diferentes, é certo) permitiu obter uma melhor compreensão do valor da investigação e das responsabilidades enquanto investigadores, sobretudo para com os participantes que partilharam as suas trajetórias de vida. Os “instantâneos”, captados em tempo real, permitiram observar

5 Projeto Art 63 — O direito à segurança social e a crise. O retrocesso social como normalização do estado de exceção financeira (PTDC/DIR-OUT/32096/2017), financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

impactos tangíveis da pandemia, ora mais imediatos, ora mais mediatos, sobre várias dimensões da vida destas pessoas. Não será arriscado constatar que, em muitos casos (talvez a maioria), estes impactos subsistem para lá do fim das observações do grupo de acompanhamento de *follow-up*. Assim sendo, perguntas relacionadas, direta ou indiretamente, com a pandemia continuarão a produzir efeitos tangíveis a médio e a longo prazo, porventura até agravados, os quais importa travar.

Por fim, esta situação remete para outra dimensão relevante do estudo de acompanhamento efetuado pela equipa durante a pandemia. Trata-se de uma dimensão que podemos designar como instrumental, no sentido em que se procurou produzir resultados que de algum modo pudessem ser utilizados para mudanças nas políticas e nas práticas. Ou seja, através de uma abordagem em tempo real das experiências e preocupações dos trabalhadores, procurou-se analisar, de forma pragmática, testemunhos da realidade “em bruto”, para alcançar conclusões pertinentes que permitam ser bases relevantes para a conceção e elaboração de políticas públicas. Foram necessários praticamente dois anos para que fosse possível regressar a uma atividade presencial significativa, e em condições seguras, mesmo coexistindo com atividades *online*. Talvez seja o momento para que repensemos algumas das formas como realizamos investigação, nomeadamente no terreno.

Em jeito de conclusão desta secção, espera-se que os relatos apresentados, incluindo o caso desta equipa de investigação, possam constituir-se como verdadeiros contributos a dois níveis: para o público académico, avançando na conceptualização e ajudando na investigação conduzida por outras equipas, mas também para a formulação de políticas públicas mais certeiras e eficazes no enfrentamento de problemas no mundo do trabalho e da proteção social que, não sendo propriamente novos, foram expostos, agravados e reconfigurados.

Apresentação dos retratados: principais características sociográficas

Antes de entrarmos nos retratos individuais, apresenta-se no quadro 3.1 uma breve caracterização sociográfica dos trabalhadores retratados, segundo a idade, escolaridade, nacionalidade, localidade, situação laboral pré e durante a pandemia.

Quadro 3.1. Caracterização genérica dos retratados

Retrato	Nome fictício	Idade	Escolaridade	Nacionalidade	Localidade	Situação laboral antes da pandemia	Situação laboral durante a pandemia
1	Jonas	22	12.º ano	Portuguesa	Lisboa	Motorista de <i>tuk-tuk</i>	Desempregado
2	Nélio	33	Licenciado	Brasileira	Lisboa	Estafeta da Uber Eats	Continuou a exercer
3	João	33	Ensino secundário	Brasileira	Lisboa	Trabalhador da construção civil	Continuou a exercer
4	Sónia	48	10.º ano	Portuguesa	Lisboa	Agente imobiliária	Continuou a exercer, com forte redução de atividade
5	Salomé	32	12.º ano	Portuguesa	Lisboa	Empregada bancária	Funcionária de uma organização política. Em teletrabalho
6	Patrícia	44	Licenciada	Portuguesa	Porto	Advogada	Continuou a exercer, com forte redução de atividade
7	Ricardo	49	Licenciado	Portuguesa	Porto	Ator e encenador	Atividade suspensa
8	Marta	34	Licenciada	Portuguesa	Caldas da Rainha	Bióloga, investigadora e doula*	Doula

* Termo de origem grega que significa "mulher que serve". Trata-se de assistente de parto, sem necessariamente formação em ciências da saúde, que acompanha a gestante durante o período da gestação até os primeiros meses após o parto, com foco no bem-estar de pessoas gestantes.

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Trata-se de oito trabalhadores, entre milhares de outros, aos quais são atribuídos nomes fictícios e que ilustram a pluralidade de perfis e realidades vividas. Apesar de unidos por situações de vulnerabilidade, quais as condições e características que os distinguem e separam uns dos outros?

Cada indivíduo provém de um contexto sociocultural determinado e determinante que certamente condiciona, de forma diversa, a sua experiência laboral. Também os recursos de que cada um dispõe para responder às consequências da crise pandémica são distintos. Há quem apresente recursos mais “fortes” e tenha condições para acionar estratégias de mitigação dos impactos e há quem apresente recursos mais “frágeis” e não tenha condições para adotar tais estratégias. Em função das condições contratuais e/ou carreiras contributivas, uns recebem apoio público, outros não. Alguns dispõem de recursos, alternativos ou complementares, enquanto outros, pelo contrário, não dispõem ou não conseguem lançar mão a esses recursos.

Capítulo 4

Jonas | 22 anos | Motorista de *tuk-tuk*

“Tenho uma conta bancária que neste momento está a zeros”

Apresentação

Jonas é um jovem de 22 anos, natural da Área Metropolitana de Lisboa, onde reside com os pais e o irmão mais novo, num apartamento arrendado tipo T3. Teve uma infância “tranquila” e fez todo o seu percurso escolar até ao 12.^o ano, que concluiu na área artística. Decidiu ficar por aí, mas tem feito múltiplas formações de curta duração.

Eu não fui feito para um ensino com um currículo programado. Preciso de aprender as coisas ao meu ritmo e de uma maneira muito empírica. Sempre procuro estudar, mas [sou] muito mais autodidata.

Jonas trabalha desde os seus 18 anos. Em 2016, entrou no mercado de trabalho numa fase em que sociedade e a economia portuguesa recuperavam dos brutais impactos gerados pela crise resultante da Grande Recessão e do programa de “ajustamento estrutural” decorrente, determinado pela *troika*. Já desenvolveu várias atividades pontuais e temporárias no território nacional e internacional. À época da realização da entrevista inicial era motorista de *tuk-tuk* em Lisboa. A entrevista foi realizada presencialmente em 18 de dezembro de 2019. Em 27 de março de 2020 reencontrámo-lo e acompanhámos o seu percurso durante

a crise pandémica. Mais tarde, em pleno contexto pandémico, voltámos a estabelecer contacto telefónico e virtual com Jonas (em 27 de março de 2020, 9 de abril de 2020, 18 de abril 2020 e 15 de maio de 2020) com a aplicação de um miniguão de *follow-up*. A atividade na qual trabalhava, bastante dependente do setor do turismo, foi das mais atingidas pela pandemia, Jonas sentiu-o na pele de forma direta, pois ficou imediatamente desempregado e sem qualquer apoio institucional.

Trajetória escolar e profissional

No mercado de trabalho desde 2016, Jonas tem já uma trajetória marcada pela diversidade de atividades desenvolvidas em diferentes geografias.

Trajetória curta, pluriativa e dispersa

Quando concluiu o ensino secundário em 2016, Jonas começou por trabalhar informalmente numa cadeia de *fast-food* em Lisboa, durante sete meses. Era caixa, mas também servia refeições. Ainda nesse ano, emigrou para França, mais concretamente para Bordéus, onde realizou atividades de animação de rua e malabares, durante oito meses. Em 2017, continuou em França, adotando um regime pluriativo: manteve a animação de rua, mas fez também a campanha das vindimas quer em Bordéus, quer depois na região de Champagne. Nesta atividade firmou vários contratos de trabalho sazonais, sempre de curta duração, mas incluindo contribuições para a Segurança Social francesa. No final do ano viajou para a Alemanha, onde esteve um mês e participou na feira de Natal como cozinheiro. A convite de amigos, “fazia batatas assadas alemãs”.

No início de 2018, regressou a Portugal e foi trabalhar numa quinta agrícola na zona de Lisboa, onde realizou um curso de *design* em permacultura em troca de trabalho na quinta

durante quatro meses.¹ Mais tarde, em setembro, voltou a França para trabalhar novamente nas vindimas, onde esteve cerca de cinco meses, uma vez mais com contratos de trabalho de curta duração, mas sempre com proteção social associada. Vindimava, pisava as uvas e também fazia limpezas e triagem de materiais. No final do ano, após as vindimas e durante alguns dias, foi fazer outra campanha, a colheita do kiwi, no País Basco francês.

No início de 2019, regressou a Portugal. Voltou à quinta agrícola onde já estivera e por lá trabalhou durante cerca de meio ano como cofacilitador no curso de *design* em permacultura, o mesmo que, aliás, havia feito no ano anterior. O vínculo era informal, “verbal”, nos seus próprios termos. Como contrapartida, tomava as refeições e pernoitava gratuitamente no local. Acumulava esta tarefa com a plantação de árvores numa herdade no distrito de Setúbal, onde se deslocava frequentemente. Também aqui tomava as refeições e pernoitava gratuitamente, além de receber um “pagamento em mãos” pelo seu trabalho. Em meados de novembro desse ano ainda participou no Festival do Míscao, trabalhando como vendedor numa banca. Regressaria depois a Lisboa para desenvolver outras atividades.

Jonas, motorista de tuk-tuks

Jonas iniciou esta atividade no final de novembro de 2019, não sem antes ter “feito mais umas viagens e uns malabares para ganhar a vida”. Quando o entrevistámos pela primeira vez, em 18

1 Permacultura significa cultura permanente e trata-se, em sentido amplo, de um sistema de princípios agrícolas e sociais cujo planeamento está centrado nas características e padrões observados nos ecossistemas naturais. Procura dar resposta à crescente consciencialização da degradação ambiental global. A própria designação permanente é concebida como a antítese dos modernos sistemas agroindustriais que, através da sua dependência de combustíveis fósseis e produtos químicos, revelam-se instáveis, não resilientes, poluentes e, portanto, insustentáveis. Em síntese, trata-se de uma forma sistémica de pensar e conceber princípios ecológicos usados para projetar, criar e gerir a produção agropecuária no sentido de um futuro sustentável.

de dezembro de 2019, era um recém-chegado à atividade. Fora lá parar através de “um anúncio numa empresa global de comércio eletrónico que publica classificados na *internet*” e “de contactos entre amigos que já trabalhavam no serviço”. A escolha foi fácil, sobretudo pelo cariz atrativo e sedutor da atividade, que parecia desenhada à medida de Jonas, das suas “vontades e circunstâncias” de vida na altura.

Eu queria um trabalho em que não estivesse fechado. Falo línguas, francês, espanhol, inglês. Não tenho horário fixo e isso dá-me a oportunidade de continuar a fazer outros trabalhos como a animação de rua.

No entanto, Jonas não esconde o outro lado desta atividade laboral: um lado mais complicado, que o submerge num ciclo de insegurança, incerteza e risco. Ele conhece bem este ciclo negativo que vem de trás, das atividades que exerceu anteriormente. Apesar de tudo, tinha convivido “relativamente bem” com todas as situações de insegurança, incerteza e risco. Pelo menos, até à pandemia.

Não tenho contrato [de trabalho], não estou coletado [nas finanças], não faço descontos [para a Segurança Social], o pagamento é por debaixo da mesa, não tenho seguro (...). Recebo 40% do que cobro aos clientes. Isto por agora, porque estou à experiência. Depois será 50/50. Mas não há limite de tempo para estar à experiência, é irmos falando (...). Nesta altura do ano [inverno] faço 50 euros brutos por dia. Fico com 20 euros. No verão faria o dobro, 100 euros.

Trabalho e rendimentos

Conduzir um *tuk-tuk* com satisfação e ser ainda remunerado por isso tem uma centralidade na vida de Jonas que é difícil de negar. Estamos, no entanto, perante uma centralidade cuja dimensão é mais instrumental do que propriamente de realização pessoal e

profissional. Esta realização encontrou-a numa outra atividade que cumulativamente desenvolve: a animação de rua e os malabares. Na verdade, trabalhar como motorista de *tuk-tuk* foi o modo que encontrou para melhor ganhar a vida.

Não é algo que eu tencione prosseguir para além do facto de me estar a trazer dinheiro. É uma questão do rendimento, puro e simples.

Jonas recebe o seu pagamento diário em “dinheiro vivo”, ou seja, entregue em mãos, podendo atingir “500 a 750 euros por mês” de trabalho.

Tenho estado a receber mais ou menos 20 a 30 euros por dia de trabalho. Eu recebo diariamente o dinheiro, não recebo um cheque ao final do mês.

É com este rendimento que gere o seu quotidiano, as suas despesas e poupanças, numa relação quase pré-moderna que mantém com o dinheiro.

Tenho uma conta bancária que neste momento está a zeros. Como eu recebo em dinheiro, 10% do que eu ganho vai para o envelope. Não deposito no banco. Está num envelope em minha casa [casa dos pais, com quem reside]. Não depositar é uma opção. (...) Tenho um cinto que tem um fecho por baixo. Tenho os meus truques.

Antes da pandemia, a sua situação financeira era “tranquila”. Tinha o necessário, não tinha dívidas contraídas, habitava com os seus pais que assumiam as despesas quotidianas correntes.

Consigno juntar dinheiro para o que preciso. Não preciso de pedir créditos, não tenho dívidas para além das que tenho aos meus pais, que estou a pagar. Vivo com eles. As minhas necessidades básicas estão todas cumpridas (...). A minha situação financeira é

tranquila. Não sou rico nem pobre, tenho o que preciso, nunca passei fome. A minha cadela também nunca passou fome.

Quando questionado diretamente sobre a sua condição econômica, Jonas começou por estranhar a pergunta e respondeu impulsivamente que não se via a ele próprio como pobre. Depois, com alguma dificuldade, assumiu a sua pobreza monetária.

Pobre, eu?! Ao nível de dinheiro sim, se calhar, considero-me pobre. O meu rendimento anual é muito mais baixo do que a média. Mas também gasto muito menos do que a média. Por isso, é muito ambíguo, é difícil para mim entrar numa classificação. Vivo muitas vezes sem recorrer a dinheiro.

Rejeita ser considerado como um “trabalhador precário” ou um “trabalhador pobre”, concebendo-se simplesmente como “trabalhador”, ainda que “instável”.

Trabalhador precário? Não. É um trabalho instável, sim, mas não é um trabalho precário. Trabalho precário seria se não satisfizesse as condições que eu tenho de ter. Trabalhador pobre? Também não. Neste momento, [sou] apenas trabalhador. Tenho um salário bastante normal e podia fazer mais se quisesse.

Vida quotidiana e relacional

Jonas já viveu com a namorada, mas devido a “dificuldades”, decidiu residir com os pais, desde finais de 2019. As relações da família com a vizinhança são “pontuais” e, em geral, “ótimas”, quer com nacionais, quer com “estrangeiros que também vivem lá”. Os pais são o seu porto seguro, pois constituem o seu “abrigo”, a quem recorre em caso de necessidade.

Gostaria de ter conseguido não estar a viver com eles [pais], mas é uma situação que eu já aceitei. Passei o último ano a viver com a minha namorada (...). Quando tenho dificuldades, volto para casa dos meus pais (...). Teria possibilidade apenas [de viver numa casa partilhada] com dois ou três quartos, com dois ou três amigos.

Na sua rotina diária, Jonas acorda todos os dias por volta das sete horas da manhã. Passeia a cadela e depois desloca-se para o trabalho de transporte público. Na ida, vai de autocarro, mas regressa normalmente de comboio. Em geral, apresenta uma opinião positiva dos transportes, enfatizando “os novos passes, espetaculares e com preços imbatíveis”. Salienta, porém, que deveriam ter horários mais frequentes e alargados, incluindo à noite, aos fins de semana e no verão, à semelhança do que “se vê noutras cidades lá fora”. A opinião positiva é alargada a outros serviços públicos, nomeadamente na área da saúde, embora raramente faça uso “dos centros de saúde e dos hospitais”, visto que se considera uma pessoa “muito saudável, felizmente”.

Não toma o pequeno-almoço, normalmente. De casa leva sempre chá, muito chá, além de comida para ir “petiscando” ao longo do dia. Chegado a Lisboa, vai à garagem buscar o *tuk-tuk*. Não tem horário fixo, embora trabalhe habitualmente entre as “dez horas da manhã e as sete da tarde”, altura em que regressa a casa para jantar com a família. Costuma deitar-se entre a meia-noite e a uma da manhã.

Além de gostar bastante de viajar, Jonas prefere a “rua” e o “ar livre” a espaços fechados e confinados. Adora o campo e é para lá que “foge” sempre que pode. Aí “se refugia” da cidade.

Eu tento sair da cidade, quando posso. Se eu tiver três dias de folga, de certeza que eu vou para a Arrábida ou para Sintra ou para qualquer coisa. Vou para uma montanha qualquer.

Num quadro geral, Jonas considera-se “feliz” relativamente às atividades que tem desempenhado, pois estas têm-lhe permitido evoluir como pessoa.

Acho que progressivamente, com altos e baixos, todos os anos tenho evoluído bastante. Especialmente em relação àquilo que eu quero fazer. E eu acho que a minha perspetiva e a maneira como eu vejo o mundo tem estado a transfigurar-se imenso, o que para mim é super positivo. Claro que com os seus altos e baixos. Mas eu sou feliz.

No seu caso, consegue gerir a instabilidade laboral de uma forma ambivalente e curiosa. Procura encontrar algum “desconforto” na vida para a partir daí poder superar-se e “continuar a evoluir”.

Ao nível relacional, [a instabilidade] traz complicações. Se quero estar sempre a mexer, só posso ter uma relação com alguém que tenha o mesmo objetivo. Por outro lado, também tem um impacto positivo. Eu conheço dezenas de pessoas todos os dias! Tenho a filosofia de que prospero no desconforto. Busco sempre um determinado nível de desconforto para continuar a evoluir. É de propósito para me puxar a mim próprio.

Refletindo a partir do seu próprio caso, Jonas não deixa, porém, de se posicionar no lugar do outro: o outro que é diferente de si, que se conhece, mas que vive experiências diversas e em circunstâncias distintas das suas. Nesse sentido, compreende bem outras situações, outros casos, outros jovens com experiências divergentes da sua.

Conheço e compreendo que há situações que não são como a minha! Alguém da minha idade que esteja a viver com outra pessoa, que vá ter um filho, que tenha outras dependências, que queira ter a sua própria casa, que queira pagar a universidade, o que quer

que seja, mas que tenha outras responsabilidades, nomeadamente financeiras, compreendo que tenha dificuldades! Eu isso compreendo.

Nos *tuk-tuks* tem vários colegas de trabalho imigrantes, o que vê com “naturalidade”, apesar de reconhecer diferenças culturais e pessoais. A experiência não é nova, uma vez que já esteve em contextos laborais semelhantes, “cá dentro e lá fora”. Por exemplo, aquando do seu primeiro emprego em Portugal numa cadeia de *fast-food* ou quando foi emigrante em França.

Tive das melhores experiências da minha vida a trabalhar com um rapaz que estava ilegal em França. Foi no ano passado. Ele era tunisino, tinha acabado de chegar e foi uma experiência incrível, uma pessoa que ainda agora está no meu coração e mantenho contacto com ele. Nos *tuk-tuks* também tenho colegas estrangeiros. Aliás, já antes, no primeiro emprego, tinha. Metade do pessoal que lá estava era nepalês. Havia uma grande diferença cultural em muitas coisas.

Apesar de reivindicativo, Jonas não é um “ativista militante”. Costuma votar, “mesmo que vote em branco”. Nunca foi sindicalizado, mas tem uma opinião favorável à organização sindical, incluindo no caso dos *tuk-tuks*. A eventual criação de uma organização formal de representação dos trabalhadores desta atividade é um assunto do qual nunca ouviu falar. Está há pouco tempo “no meio”, mas veria isso com bons olhos. Faz questão de realçar que chegou a ser “militante da Juventude Comunista Portuguesa quando era mais novo”. E explica.

Os meus pais são comunistas, por isso eu cresci com muita atividade política. Agora não. Eu gosto de dizer que não sou ativista, sou um inativista. Em vez de procurar o que posso fazer, procuro o que posso deixar de fazer. Se quiser trabalhar sem pagar impostos, que apesar de servirem para pagar estradas também pagam

soldados, eu deixo de o fazer. Se não quiser contribuir para problemas ambientais, decido não ter carro.

Impactos decorrentes da pandemia

Jonas é um exemplo ilustrativo dos milhares de “desempregados imediatos”. Trata-se de um jovem trabalhador vulnerável, cujo crescimento económico pós-*troika* absorveu numa atividade de do setor do turismo. Com condições laborais débeis, instáveis, sem contrato formal, “pago à jorna” e desprovido de proteção social, foi dos primeiros que o mercado de trabalho descartou na pandemia. Esta experiência será mais uma desvantagem, mais uma vulnerabilidade que irá acumular no seu ainda curto percurso profissional, mas já bastante marcado pela fragmentação e precariedade.

Na atividade profissional e rendimento

Jonas foi, de facto, uma das primeiras vítimas da crise provocada pela covid-19. Quando voltámos a contactá-lo em 27 de março de 2020 para constituirmos o painel de acompanhamento (*follow-up*) de trabalhadores anteriormente entrevistados, referiu que “já não [estava] nos *tuk-tuks*. A empresa parou e [estava] desempregado”. Este foi o primeiro grande impacto.

O segundo impacto incidiu sobre os rendimentos. A crise surgiu na pior altura, visto que “tinha começado a atividade há pouco tempo” e, além disso, “a partir da Páscoa seria o melhor período para o negócio. Agora [estava] parado”. Deixou de ter rendimentos próprios gerados pelo trabalho, quer nos *tuk-tuks*, quer nas atividades de animação de rua e malabares que desenvolvia cumulativamente. A perda foi total, como o próprio referiu enfaticamente: “tive uma quebra total nos rendimentos de 100%!”. A sua situação financeira já era difícil, apesar de, como vimos, ser gerida de forma “tranquila”. Com a pandemia, a

situação agravou-se abruptamente e Jonas deixou de ter o seu rendimento do trabalho que nos *tuk-tuks* oscilava entre os 20 e os 30 euros por dia. “Agora nem isso. Muito complicado mesmo”. Ainda assim, perante as dificuldades agravadas, conseguiu manter uma posição de “tranquilidade” em relação ao problema.

O facto de residir em casa dos pais, que assumem as suas despesas correntes quotidianas, ajudou-o a amortecer as dificuldades e os impactos mais negativos decorrentes da total falta de rendimentos próprios. Contudo, como o próprio referiu, “coisas mais recreativas deix[ou] de comprar” e também deixou “de ter saldo no telemóvel”.

Na vida quotidiana e relacional

Jonas tinha um estilo de vida muito pouco sedentário, pelo que sentiu de uma forma bastante marcada os impactos do confinamento. “O pior é não poder sair e ir para uma floresta dois ou três dias”. Viu-se privado da rotina de trabalho, da deslocação diária para o centro de Lisboa, o que implicou uma certa desestruturação do tempo e do espaço. O local de trabalho, ou até a deslocação para o mesmo, estava associado a um conjunto de referências temporais e espaciais que estruturavam parte do seu quotidiano. De repente, “a coisa desestruturou-se” e Jonas ficou privado desses tempos e desses lugares de participação social. Deixou de tê-los como referência e passou a centrar-se mais na família, no espaço doméstico a “tocar guitarra e a jogar no computador. Antes não tinha tempo”. Apesar do confinamento, e de um certo isolamento, isso não inibiu a manutenção de contactos exteriores.

Mantenho alguns contactos com amigos e com colegas de trabalho através de grupos de *WhatsApp*. E redescobri contactos antigos.

As relações de vizinhança, que eram “pontuais” e “ótimas”, “continuam na mesma”. As sociabilidades não colapsaram, embora os interlocutores estejam “mais distantes”. Em geral, mantiveram-se, embora por outras vias. As antigas redes de amigos persistem e até “surtem novas amizade através da *internet*”. A este propósito, Jonas deu o exemplo da namorada.

Está em Espanha. Era suposto vir em final de março [de 2020], mas não veio. Não podia. Mas estou em permanente contacto *online* com ela. Existe até uma maior aproximação à distância do que costumávamos ter. Mas prefiro sempre o cara a cara.

De resto, manteve parte do seu ritmo diário, bem como algumas das suas rotinas, todavia adaptadas às novas circunstâncias.

Continuo a acordar por volta das sete horas da manhã e vou dar um passeio com a minha cadela. Depois volto para casa. Já não vou para Lisboa [para o trabalho]. Deito-me, como antes, por volta meia-noite, meia-noite e meia, mas já não de forma tão disciplinada.

Enfrentamentos perante a crise

Jonas não é um “consumidor regular de notícias, fazem-[lhe] mal”, mas tem opinião relativamente aos problemas causados pela covid-19. E posiciona-se perante eles e as medidas tomadas para enfrentá-los de forma bastante reflexiva.

Estão a agir bem, globalmente sim. Mas, na minha opinião, as medidas de agora vão deixar de resultar à medida que o tempo passa. A economia é que baixou bastante. Foi mundial. Mas a economia é feita para as pessoas e não o contrário. Há necessidade de maior solidariedade. Porquê continuarmos agarrados a uma crise, a sofrer, quando podemos recriar a economia?

Jonas não beneficiou de qualquer medida de apoio que o governo acionou como resposta imediata à crise. Não usufruiu dos apoios extraordinários a situações de desproteção social, do apoio anunciado para os trabalhadores independentes ou de qualquer outro apoio eventual de emergência. Também não recorreu ao Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego, ou Rendimento Social de Inserção (RSI). Não requereu qualquer um deles, ou sequer equacionou essa situação, apresentando as suas “boas razões” para isso.

A última coisa que devo queixar-me é que o Estado não me ajuda. Acho que o Estado tem feito o melhor que pode, mas não uso.

De igual modo, também não recebeu, nem pensou vir a solicitar, qualquer apoio institucional por parte do setor privado ou social (instituições particulares de solidariedade social, organizações não governamentais, igreja, etc.). Contudo, tal não significa que estivesse paralisado, amorfo ou sem qualquer estratégia pessoal de mitigação dos problemas que a crise lhe causou.

A primeira estratégia pessoal acionada foi a de reduzir as despesas ao mínimo essencial. Jonas cortou, por exemplo, nas “coisas recreativas”, mas acabou por não sentir muito as privações, porque não é, nem nunca foi, um “grande consumidor, um consumidor compulsivo”. Além disso, os seus pais assumem as despesas domésticas, além de constituírem a sua rede de apoio sempre que necessita. As pouquíssimas poupanças que tem são canalizadas para o cuidado da sua cadela. Por outro lado, Jonas, que gosta de “aprender permanente ao longo da vida”, sempre que tem conhecimento de cursos não hesita em inscrever-se.

Soube de uns cursos que a junta de freguesia vai organizar na *internet* para jovens que não trabalham, nem estão inscritos no IEFEP [Instituto do Emprego e Formação Profissional]. Penso inscrever-me, até porque serão remunerados. Noutros casos, para

enriquecimento pessoal, tenho feito cursos *online* gratuitos. Entretanto, tenho dado umas aulas de inglês *online*, de forma gratuita, porque tenho um certificado para isso.

Quanto aos *tuk-tuks*, não prevê retomar a atividade até porque “tão cedo não vai haver clientes”. No entanto, durante o contato estabelecido em 15 de maio de 2020, Jonas revelou que a situação poderia alterar-se, pelo menos parcialmente.

Soube pela patroa que está prevista a abertura da atividade dos *tuk-tuks* a partir de 18 de maio. E combinei com ela, a partir do final de maio, fazer um ou dois dias a ver no que dá. Mas, mesmo que haja clientes, continuo a pensar em não retomar a atividade como antes, ou seja, quase a tempo inteiro.

Por essa razão, continua a procurar alternativas. O ideal para ele seria a “autoprodução”, ou seja, ter um “terreno” seu para “cultivar e ensinar”. Para já, esta hipótese é colocada “em modo de espera” porque não tem dinheiro para investir. Antes, terá de ganhar o mesmo por outros meios.

Trabalhar *online*, cenas de telemarketing, etc. Tenho enviado o currículo para *call centers*, por exemplo. Logo após a Páscoa [de 2020], concorri a uma vaga de emprego numa empresa de jogos de computador. Fiz a entrevista *online*, mas não fiquei. Coloco também a hipótese de ir trabalhar na distribuição de refeições. Talvez na *Glovo*, algo que anteriormente não queria, nem pretendia, nem pensava.

Preocupações, alternativas e projeção de futuro

No geral, e apesar de tudo, Jonas lidou relativamente bem com a crise. O seu “perfil” e a sua “personalidade desprendida” ajudaram a que o mesmo acontecesse. Contudo, não impediram

o surgimento de preocupações relativamente ao seu próprio futuro, bem como o adiamento inevitável de projetos de vida.

Prioridades, preocupações e projetos adiados

Jonas tem uma dívida para com os seus pais que pretende saldar. Trata-se de uma prioridade antiga que ficou comprometida pela pandemia. Não conseguir amortizá-la, tal como fazia antes com parte do dinheiro que então ganhava, preocupa-o bastante. Outra prioridade transformada noutra das suas grandes preocupações está relacionada com a sua cadela.

Tenho de ter sempre aqueles 200 eurinhos para ir ao veterinário com a cadela, caso haja alguma situação.

Além disso, antes da crise Jonas pretendia investir em “equipamento pessoal” como “comprar uma nova mochila e uma tenda”. Mas existem outros projetos, mais importantes, que também aguardam melhores dias.

[Tenho] vários projetos adiados. Era suposto ter angariado algum dinheiro para viajar com a minha namorada em maio [de 2020]. Não vamos. Queria ir viver com a namorada para os Açores, e é impossível por agora. Queria trabalhar na natureza, para já está adiado. Viajar pelo mundo, a mesma coisa. Também não penso em ter filhos para já. Sinceramente, não penso nisso. É deixar fluir. E o que acontecer vai acontecendo. Claro que se quiser ter um filho, vou tê-lo e vou descobrir uma maneira de o sustentar.

(In)seguranças e (des)preocupações

Jonas vive o presente, relativizando eventualidades futuras, imediatas ou mais distantes, como o apoio no desemprego e na doença ou a própria reforma, que parecem não preocupá-lo muito.

O futuro, a reforma, é relevante e não é. Eu não tenho vontade de descontar para uma reforma, mas também não estou a contar com ela. Nem penso em quanto receberia de reforma. Não tenho Segurança Social, não tenho seguro de saúde, não tenho esses apoios. Mas não estou interessado nisso! Espero, quando chegar a altura, ter o mínimo de dinheiro. Eu nunca estou doente, nunca vou ao hospital. As coisas públicas de que usufruo são as de que todos usufruímos, quer descontemos ou não, quer trabalhemos ou não. [Os serviços públicos de emprego] nunca me ajudaram a arranjar trabalho. Também nunca usufruí de subsídio de desemprego, nada.

No entanto, posteriormente, acaba por repensar a sua opinião inicial.

Mas não é bem assim que o sistema funciona. Na verdade, eu agora estaria a pagar a reforma da minha avó, se estivesse a descontar. Por isso, se é importante estar a descontar para a minha avó ter dinheiro para os medicamentos e para o lar, isso é.

Emigração: alternativa (in)viável?

A emigração como válvula de escape deixou de funcionar temporariamente para ele e para muitos outros. Devido ao encerramento de fronteiras, tornou-se numa alternativa inviável e Jonas tem consciência disso. Mas as dificuldades no presente não o impedem de conceber a emigração como uma eventual “saída para o futuro”. Não sendo algo de fácil acionamento, a possibilidade de emigrar não é colocada totalmente de parte. É uma espécie de “último recurso” que não descarta e que tem em linha de conta para funcionar numa situação-limite, ou seja, se internamente não vislumbrar, no médio prazo, outras opções.

Percepção do tempo (passado, presente e futuro)

Jonas assume que a sua condição piorou bastante durante a pandemia, quando comparada com a situação que tinha no passado recente. Diz, com graça, que aceita o comentário frequente da avó, “De ano para ano, pareces cada vez mais pobre”. Porém, rejeita a ideia de que a sua trajetória de vida seja inclinada ou descendente. Reconhece que na “linha do tempo” o passado recente já foi melhor, mas vê o presente conturbado e o futuro próximo como “desafios e não necessariamente como descida ou queda”.

À semelhança do que revelou noutras ocasiões passadas, sente-se colocado numa posição de desconforto para depois poder evoluir no futuro. Num tempo provisório e de transição, é ainda cedo para apurar qual a reação mais maturada que o prolongamento da crise pandémica gerará em Jonas. Entretanto, vai aproveitando para pensar e repensar nos seus objetivos profissionais e na sua vida em geral.

Síntese

Jonas é um jovem de 22 anos de idade com traços autotélicos e hedonistas. Determinado nas suas ações e na busca dos seus prazeres, é bastante reflexivo e crítico da sociedade atual, do sistema capitalista e da degradação ambiental. Segundo a sua filosofia de vida, não aceita ser classificado como precário, pois trata-se de uma opção pessoal, ajustada à sua maneira de viver e de olhar o mundo, não sentindo, por isso, grande mal-estar. Os seus pais, com quem vive, são o seu porto de abrigo que, sempre presentes, servem de “almofada” quando necessário. O seu (ainda) curto percurso no mundo do trabalho, composto pelo exercício de múltiplas atividades, sucessivas ou cumulativas, mas sempre fugazes, é um exemplo claro da fragmentação e da transitoriedade laboral.

Concluído o 12.^o ano de escolaridade, optou por não continuar os estudos para o ensino superior. Entrou no mercado de trabalho e, desde então, o transitório e o informal são experiências duradouras, por opção, como o próprio afirma. Acontece que as imprevisibilidades da pandemia levaram-no a reconsiderar, em parte, essas opções. O precário equilíbrio financeiro no qual vivia, qual malabarista no fio do arame (ainda que com rede de apoio familiar por baixo), foi colocado à prova. Jonas foi das primeiras vítimas da crise pandémica, tendo ficado sem rendimentos do trabalho e desprovido de proteção social. Foram os pais que lhe valeram... como noutros momentos críticos.

Capítulo 5

Nélio | 33 anos | Estafeta de entregas em plataformas digitais

“Decidi ficar aqui e vou lutar, vou lutar nessa terra, porque querendo ou não essa pandemia está no mundo todo”

Apresentação

Nélio tem 33 anos de idade, é brasileiro e vive em Portugal desde 2018. Assim que chegou ao país foi residir para um quarto arrendado em Lisboa. Escolheu esta cidade porque “é onde tem mais trabalho”. A sua irmã, cunhado e sobrinhos vivem em Portugal há mais tempo. Entretanto adquiriram um apartamento T5 na margem sul do Tejo e Nélio optou por ir residir com eles. Não paga renda, mas contribui para o orçamento dos gastos. Como o próprio refere, “se trabalho, ajudo sempre com o que posso”. Desde que chegou ao país, Nélio tem trabalhado em atividades de baixa remuneração. Quando o abordámos pela primeira vez em 5 de março de 2020, estava sentado na sua mota estacionada num local estratégico do centro de Lisboa, onde vários estafetas das plataformas digitais de serviços de entrega aguardam os pedidos. Como os restantes, carregava consigo uma grande mochila verde nas costas, esperando por “serviços” e, assim, fazer valer o seu dia de trabalho nas ruas.

Na entrevista indicou-nos, por um lado, que tinha a expectativa de viver permanentemente em Portugal e, por outro, que procurava um rendimento superior noutra atividade laboral. Neste sentido, frequentou uma formação para motorista de *tuk-tuks*, atividade esta que planeava acumular com a de

estafeta. A pluriatividade ajudaria a melhorar o seu rendimento. Durante o confinamento entrevistámo-lo novamente para perceber como estava a ser afetado pela crise pandémica. Depois de uma troca de mensagens e contactos telefónicos, no dia 26 de abril de 2020 realizámos a segunda entrevista com a aplicação do guião de acompanhamento (*follow-up*). Este relato trouxe novas informações que ajudaram a compreender o modo como diferentes domínios da sua vida foram impactados, implicando o adiamento de projetos socioprofissionais e familiares por tempo indeterminado.

Trajetória escolar e profissional

A trajetória de Nélio é marcada por experiências laborais diversificadas, vividas em diferentes países: Brasil, Estados Unidos da América (EUA) e, mais recentemente, Portugal. Durante a maior parte da sua vida residiu no Brasil, onde estudou até aos 17 anos. Nessa altura, decidiu emigrar e durante quatro anos viveu com quatro irmãos que já estavam “tentando a sua sorte” nos EUA. Sem autorização de residência, passou por um período de “muito trabalho”, sem qualquer tipo de proteção social ou contrato, sobrevivendo através de pequenos biscates. Todavia, Nélio não pretendia residir nos EUA, mas apenas permanecer o tempo suficiente para “juntar dinheiro, trabalhando em qualquer coisa” e, em seguida, regressar ao Brasil com uma boa quantia financeira acumulada para recomeçar a sua vida. Ao regressar à terra natal, frequentou vários cursos profissionais e concluiu a licenciatura em Humanidades — Estudos Ingleses.

Imigração e precariedade laboral nos EUA

Depois de cruzar a fronteira do México e chegar aos EUA, Nélio reencontrou os seus irmãos mais velhos que lá residiam. Todavia,

todos eles se encontravam em situação irregular, sem autorização de residência ou registo de entrada no país. Apenas tinham o respetivo passaporte brasileiro. Como imigrantes ilegais, as oportunidades de trabalho que conseguiam eram tarefas e atividades árduas que implicavam um grande esforço físico. Eram essas as oportunidades laborais que também se vislumbravam para Nélio, então já com 18 anos.

Bom, na América é assim, você lá faz de tudo. Então, o que eu mais trabalhei foi na área de oficina de carros e trabalhei também na construção civil como *plumber*, que é bombeiro hidráulico. Isso tudo ocorreu entre 2005 e 2010. Trabalhei com pintura também. E cheguei a trabalhar também uns dois ou três meses em restaurante, fazendo *pizza* e churrasco.

Nélio vivia em permanente sobressalto, com receio de ser apanhado antes de conseguir amealhar o suficiente que justificasse esta experiência de emigração ilegal. Seria necessário obter mais dinheiro do que aquele que a família tinha investido na sua ida para junto dos irmãos. Perante o risco constante de deportação, decidiu apresentar-se voluntariamente perante o órgão de fiscalização de imigração norte-americana, o que lhe assegurou o direito de permanência no país pelos meses que fossem necessários até à tramitação do seu caso. No entanto, o seu objetivo não era regressar rapidamente ao Brasil, pois pretendia amealhar o montante que tinha em mente. Todavia, isso não aconteceu e acabou por ser coercivamente forçado a regressar ao seu país antes de conseguir obter o rendimento pretendido. Além disso, entre 2010 e 2020, ficou impedido de regressar ao território norte-americano. Desta forma, voltar a emigrar para os EUA deixou de ser uma hipótese.

Voltar ao Brasil, emigrar para Portugal

Regressado ao Brasil com um pé-de-meia ainda assim razoável, Nélio decidiu passar dois anos afastado do mercado de trabalho. Tinham sido quatro anos intensos nos EUA, com longas e duras jornadas de trabalho. Assim, entre os 21 e os 23 anos, não procurou trabalho, pois “vivia cansado”, “queria divertir-[se] e namorar bastante”. A determinada altura, depois de refletir sobre o seu futuro, canalizou os recursos financeiros de que ainda dispunha para a frequência de cursos profissionais para voltar a procurar e a concorrer a vagas no mercado de trabalho formal, ainda que em funções socialmente pouco valorizadas e de baixos salários.

Meu pai ensinou a gente a se virar sozinho. Então, ao sair de casa, a gente sempre arruma [trabalho]. Se precisar ele ajuda, mas a gente sempre procurou os nossos recursos com as nossas próprias mãos. [...] Depois de [dois anos sem trabalhar] fiz cursos de segurança privada, vigilante, de [combate a] incêndio, essas coisas todas. Fiz também um curso de cabeleireiro. Alguns cursos eram para ver qual a área que mais [ia gostar de trabalhar]. E segurança armada também me interessa[va]. Eu fiz esses cursos todos. Fiquei pouco tempo [como] cabeleireiro, não me adaptei. Na segurança privada, trabalhei num banco, [mas] na segurança armada, fiquei uns seis meses só porque houve um pequeno problema lá. Tentaram roubar o edifício, e isso não me deixou muito bem. Me preocupei mais com a minha segurança. [...] Houve um arrombamento que feriu um colega. O turno seguinte era o meu e eu fiquei assim, poxa, às vezes, você ganha tão pouco para correr risco de vida, não é?! Então eu vi que aquilo ali não era a minha área, porque você está [...] correndo risco de morte por uma empresa que não te dava muito. Eles [a empresa] já estavam em falha [com] pagamentos atrasados.

Desanimado, Nélio mudou-se para outra cidade no Brasil e matriculou-se num curso superior. Os custos eram assegurados

através do trabalho que, simultaneamente, realizava num negócio do qual era sócio.

Quando estava a fazer a faculdade eu trabalhava com o *food truck*. [Também] vendi carro, vendi moto, porque a faculdade hoje em dia, você tem de [se] desfazer de alguns pertences para você [pagar]. [No *food truck*] tinha churrascos, não tinha bebida alcoólica nenhuma (...). A gente trabalhava das cinco da tarde até mais ou menos à meia-noite. Fins de semana a gente abria um pouco mais cedo. Eu já estava fazendo planos para o final do curso, mas a crise no Brasil já estava um pouco mais elevada e aí eu pensei que não ia valer muito a pena, não é?

O cenário de crise no Brasil ocorreu logo após a polémica destituição, em 2016, da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2017, com as políticas de austeridade implementadas pela agenda neoliberal que assumiu o poder executivo, o desemprego atingiu os 13,7%, o equivalente a 14,2 milhões de pessoas desempregadas, segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad Contínua, IBGE, 2018).¹ Neste período, Nélio concluiu o curso superior, mas o contexto era difícil e desanimador devido às enormes dificuldades na procura de emprego.

Por exemplo, abria uma vaga de professor [numa faculdade] e tinha lá pessoas com mestrado e doutorado. Estava muito concorrido. Foi aí que eu decidi: “Não, eu vou sair fora do país novamente e vou tentar fazer um curso lá fora”, porque os cursos de fora valem mais no Brasil e os de lá não valem muito fora, não é? Então eu pensei em fazer aqui [em Portugal] um doutorado, alguma pós[-graduação], alguma coisa do tipo.

1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

Sem conseguir um trabalho adequado à sua formação superior, veio para Portugal movido pela crença de que conseguiria concorrer a oportunidades de emprego como professor, sobretudo após a frequência de uma pós-graduação. Contudo, ao chegar deparou com uma realidade bastante distinta daquela que tinha imaginado. A frequência da universidade implicava o pagamento de propinas, o que Nélio desconhecia, bem como os valores destas que eram incomportáveis ante os recursos financeiros que trouxera. O desconhecimento dos mecanismos de acesso ao ensino superior, em particular à pós-graduação que desejava, e ainda os custos associados levaram-no a desistir de imediato deste projeto. Contando com o apoio da irmã, residente em Portugal há 12 anos, estabeleceu-se em Lisboa e começou a trabalhar em atividades de baixa remuneração, semelhantes àquelas que tinha desempenhado nos EUA, prosseguindo assim a sua trajetória de precariedade laboral.

Nélio em Portugal: o trabalho precário como única alternativa

A escolha de Portugal como destino não foi ocasional. Além da presença da irmã, a anterior experiência nos EUA fez com que Nélio considerasse outros fatores: as dificuldades que iria enfrentar no exterior, como o custo de vida, as oportunidades de emprego e a obtenção de documentação necessária para poder trabalhar.

Quando estava no Brasil comecei a estudar os países com melhor possibilidade. Analisei toda a coisa e o que deu melhor foi Portugal. E estou gostando. Amando mesmo! Em Portugal há muito emprego. Portugal pode ser um país tão minúsculo, mas há muitas hipóteses de emprego. [...] A diferença entre a América e Portugal é que na América você consegue ganhar mais dinheiro, mas a documentação é super difícil. Em Portugal você consegue contrato, mas lá não. E lá também a fiscalização é bem menos [rígida] do que aqui. Você trabalha ilegal lá, fica ilegal com tudo! [...] Me

interessei muito por Portugal, pelos documentos, porque também ia abrir portas para outros lados.

As primeiras semanas em Portugal fizeram-no perceber que a sua inserção na sociedade portuguesa não seria fácil e espontânea. Era preciso “correr atrás” e lidar com os obstáculos que surgissem.

Quando cheguei a Portugal, foi um pouco mais complicado porque em todos os lugares que ia falavam que precisava no mínimo de Segurança Social, do NISS... era o mínimo, não é? E não tinha. Fui correndo atrás e levei uns quatro meses para conseguir a Segurança Social.

Após a regularização da documentação, que lhe permitia aceder a um contrato de trabalho, procurou oportunidades de emprego que lhe garantissem um rendimento. Rapidamente foi contratado por uma empresa do ramo da construção civil. Entretanto, como consequência do trabalho árduo e intenso, surgiram problemas de saúde que afetaram o seu desempenho profissional. A fragilidade e inconsistência do seu vínculo contratual abriram caminho a um sentimento de vulnerabilidade social.

Trabalhei na construção civil. É uma coisa que conheço bastante. Aí eu tive um problema de saúde, de coluna, e tive de largar. [...] Trabalhava com pedras... [foram] uns sete meses [na construção civil]. Era no Algarve. Tive esse problema de saúde, passei no médico e tive um probleminha porque eu ainda não tinha residência. Para ser tratado sem documentos é um pouco complicado. Aí eu fiz um seguro de saúde, e comecei o tratamento. O patrão sabia dos sintomas que eu estava tendo. Falei que precisava de um tempo de repouso. Eu não estava conseguindo andar. Ainda tenho problemas para andar, dores no pé. E fui ficando em casa. Fui melhorando, mas fiz os papéis [para a dispensa] e [saí] definitivamente. Estava

com artrite. Não aguentava ficar muito tempo de pé e me doíam as mãos. Por isso, eu precisava arranjar um emprego onde não sofresse muito.

Nélio passou cinco meses em casa, não recebendo qualquer tipo de apoio público ou de instituições sociais privadas. Não tinha condições para voltar a trabalhar na construção civil.

Eu tive que me virar, vender a casa [que tinha] no Brasil. Também tinha a ajuda da minha irmã cá em Portugal e me virei!

A necessidade de encontrar um emprego novo e diferente como meio para obter rendimento e conseguir sobreviver fez com que Nélio ponderasse tornar-se num estafeta de entregas de plataformas digitais. Após a recuperação do seu problema de saúde, comprou uma mota a prestações, inscreveu-se como trabalhador independente e começou a prestar serviço para a Uber Eats em fevereiro de 2020. Nélio considera esta atividade, e a condição laboral associada, como precária, nomeadamente pelo facto de não ter um contrato de trabalho, nem um rendimento mensal fixo. Por outro lado, considera problemática a “mecânica” que rege esta atividade profissional, sobretudo pela falta de transparência nos valores que lhe são descontados.

Na Uber a gente faz o horário que quer, não é? A gente vê no aplicativo, faz [a entrega] e eles pagam cada entrega que a gente faz. A viagem é por quilometragem. Há dias que a gente ganha bom dinheiro, há dias que não ganha nada. Isso depende do cliente, [porque] as gorjetas ficam para a gente, quando dão. A gente ainda paga 23% para a Uber. São 23% deles, o resto [é do entregador]. De acordo [com] os pedidos que vão entrando, eu pego uma mercadoria aqui e vou fazer a entrega ali. Quando termino a entrega, vai cair o valor [na aplicação]. Toda a segunda não falha [na conta corrente]. É tudo por cartão de crédito [pagamento dos clientes à Uber]. (...) Eu acho a percentagem que a gente entrega à empresa

um pouco alta. A gente tem de pagar 23% a cada três meses. Se eu ganhar 1.000, 10.000, durante três meses, eu tenho de ir lá e dar 23% desse valor. Então eu queria perceber mais dessas coisas para saber porque está o valor dessa maneira, percebe? Não vou dizer que gosto [deste trabalho], mas quando a gente precisa... e estou conseguindo fazer, já me sinto melhor.

Nélio trabalhava diariamente, entre o meio-dia e a meia-noite, incluindo aos fins de semana, “quando [a aplicação] mais chama” para entrega de comida. Na semana em que foi entrevistado pela primeira vez, tinha percorrido mais de 1.000 quilómetros de mota na cidade de Lisboa nas entregas da Uber Eats.² Ao trabalhar doze horas por dia, sete dias por semana, com raros momentos para pausas e descanso, Nélio ganha aproximadamente 1200 euros por mês. Parte deste valor era canalizado para o pagamento da prestação da mota, combustível e medicamentos, que continuava a tomar para o tratamento da artrite. Considera os seus rendimentos suficientes para as necessidades básicas, e ainda consegue poupar algum dinheiro para a concretização de objetivos de curto prazo, como o seu casamento e o arrendamento de um apartamento. Sempre atento a oportunidades de trabalho, ainda que precárias, conseguiu um lugar como motorista de *tuk-tuks*. Durante a primeira entrevista, Nélio revelou-se bastante empolgado em vir a trabalhar nesta atividade que iria iniciar-se em março [de 2020], situação esta que, em acumulação com a atividade de estafeta, iria permitir aumentar os seus rendimentos.

2 Está incluída a quilometragem do trajeto diário casa-trabalho-casa (Seixal-Lisboa-Seixal). Nélio mostrou-nos no seu perfil exclusivo da aplicação o registo dos serviços de entrega realizados, que constituem, de facto, a maior parte dos quilómetros da mota.

Impactos decorrentes da pandemia

Durante o estado de emergência, voltámos a contactar Nélio para saber como estava a viver o período de confinamento. No dia 26 de abril de 2020 realizámos uma nova entrevista no âmbito do acompanhamento (*follow-up*).

Na atividade profissional

Como consequência da pandemia, a partir do dia 19 de março de 2020 parou de trabalhar. Decidiu manter-se em casa, mesmo com poucos recursos financeiros, respeitando as determinações do decreto do estado de emergência. Na sua perspetiva, todas as pessoas deveriam colaborar para superar a pandemia.

Somente há três dias eu voltei a fazer uns trabalhos. Eram particulares, não [eram] para a Uber Eats [nem] para os *tuk-tuks*. Mas eu fiquei parado 40 dias.

Sem saber qual seria a duração do confinamento, Nélio acordou verbalmente entregas com uma empresa de doces e salgados por encomenda. Usava a sua mota, e cobrava cerca de cinco euros por viagem realizada.

É mais ou menos o que eu tirava [por viagem] na Uber, mas não tem desconto nenhum. Recebo integralmente.

Esta experiência chamou a sua atenção para os pequenos estabelecimentos no bairro onde morava que poderiam constituir um nicho de mercado. Numa conversa realizada uma semana depois da aplicação do guião de acompanhamento (*follow-up*), Nélio reportou-nos que tinha “negociado” entregas ao domicílio com um restaurante da sua rua. Era um serviço exclusivo e sem qualquer mediação, desenvolvido entre a hora de almoço e o final da tarde.

Eu me exponho menos porque não fico parado numa esquina conversando com outros colegas da Uber. Vou e só tenho contacto com o dono do restaurante e ele comigo. Não fica chegando a toda a hora um entregador diferente para pegar a encomenda e levar. É bom para mim e para ele. A gente está se ajudando. [...] Com a moça que faz tortas, doces, salgados em casa, é a mesma coisa. Eu vou lá, pego a encomenda e levo, não tenho contacto com ninguém. Assim, estou trabalhando, arriscando-me menos do que se estivesse na rua.

Nélio preferia ter permanecido mais tempo em casa. Mas isso não era comportável para ele, pois precisava de ganhar algum dinheiro para não ter de recorrer excessivamente às poupanças destinadas ao plano para o seu casamento.

No rendimento

Durante o período em que o acompanhámos, viveu sempre “com menos dinheiro” devido ao impacto da crise no seu rendimento. Na altura em que trabalhava 12 horas por dia na Uber Eats, ganhava cerca de 1.200 euros mensais. O confinamento significou uma queda abrupta nos seus rendimentos. Acresce que a atividade nos *tuk-tuks* não chegou a ser iniciada; fez apenas um *tour* de apresentação de serviço. Com a estratégia adotada junto dos pequenos comerciantes locais, voltou a ter algum rendimento do trabalho, ainda que incomparavelmente inferior ao que antes auferia. No entanto, à medida que o número de clientes aumentava, o volume de entregas realizadas diretamente para esses comerciantes também aumenta. Isso abriu caminho a um rendimento gradualmente mais elevado, ao ponto de quase se tornar numa alternativa. Nélio pensava regressar às entregas em plataformas digitais para a Uber Eats, mas apenas quando a pandemia passasse ou em caso de necessidade financeira aguda.

Tem menos entrega do que na Uber, mas ainda não quero voltar a fazer na Uber, porque aí vou expor-me mais.

Na vida quotidiana e relacional

Durante os 40 dias que estive em confinamento, as suas rotinas foram completamente alteradas. Por exemplo, as refeições ocorriam em horários não convencionais, uma vez que acordava mais tarde. Além disso, passou a ter insónias.

Eu falo [*online*] com minha namorada [que se encontra no Brasil] à noite. Adormeço às 4 ou 5 horas da manhã e fico dormindo até às 13 horas. Isso tem acontecido muito comigo porque eu sou uma pessoa muito ativa e ansiosa, e o facto de não estar a trabalhar [não ajuda nada]. (...) Durante o dia-a-dia a gente acaba se distraindo com uma coisa aqui, outra ali, mas à noite na cama vêm aqueles pensamentos [negativos].

As consequências da pandemia são percecionadas para lá de si próprio e de forma ampla, como, por exemplo, no âmbito das relações familiares.

Tá todo o mundo em casa, aí não tem muito que fazer, vem stresse, ansiedade e isso acontece muito. Da minha parte, a preocupação é a de voltar a trabalhar, mas no caso deles [irmã e cunhado] é a própria vida conjugal [que pode estar em causa]. Essa pandemia não atingiu só a área da saúde, ela atingiu o lado financeiro, a vida emocional das pessoas, as expectativas das pessoas. Ela atingiu, se pensar bem, o mundo inteiro em várias áreas da vida.

Com a família inteira em casa, incluindo as crianças cujas escolas estavam fisicamente encerradas, a necessidade de limpar e organizar o apartamento passou a ser mais frequente, tal como o cuidado com as crianças. A distribuição desequilibrada da sobrecarga de trabalho entre a irmã e o cunhado afetou não

apenas a relação do casal, mas também o comportamento e ação do próprio Nélio. Este acabava por fazer “mais do que o que tinha sido acordado para evitar mais problemas”.

Preocupações, alternativas e projeção de futuro

Principais preocupações perante as (in)certezas

Além da preocupação relativamente ao tempo que a pandemia iria durar, Nélio expressou elevados níveis de ansiedade relativamente à sua condição de imigrante ainda não legalizado no país. É uma questão central que deseja resolver rapidamente, embora tenha tentado, por diversas vezes, agendar atendimento no SEF, mas sem sucesso. A suspensão dos serviços durante o estado de emergência agravou a sua situação, pois tencionava ir para o Brasil, a fim de se casar e regressar com a sua esposa.

Já tinha data marcada no cartório no Brasil, mas com a pandemia, sem título de residência, não tenho como ir lá. Passei uma procuração para me casar sem ter que estar presente. Daí ela já vem com a gente casada.

A questão familiar está entrelaçada com o modo como se percebe a si próprio em Portugal. Mesmo com atividade aberta e contribuindo para a Segurança Social enquanto trabalhador independente (recibos verdes), aumentaram as incertezas relacionadas com a proteção social.

A parte principal da minha preocupação foi com o facto de ser estrangeiro, ainda mais quando não estou totalmente legal. A gente não tem aquela regalia e o mesmo acesso que os portugueses têm aos benefícios. Então, por eu não ter ainda [visto de] residente, isso dificultou um pouco mais e não estou com contrato de trabalho efetivo nenhum. Só [tenho] atividade aberta, ainda não tive

oportunidade de aceder aos direitos, então isso dificultou um pouco mais para ficar em casa.

Apesar de acompanhar as notícias através dos *media* acerca das medidas excepcionais adotadas pelo governo, desconhecia se poderia vir a ser abrangido por algum tipo de apoio público, como o apoio aos trabalhadores independentes. Durante os 40 dias em que esteve confinado não recorreu à Segurança Social, apesar de ser contribuinte.

Projetos e alternativas (des)consideradas

O confinamento fê-lo resgatar os seus projetos educacionais, vistos como uma solução para melhorar a sua condição no país.

Se eu entro numa faculdade, já é outra coisa, porque fico como estudante e posso trabalhar também. Quero que ela [esposa] estude, se forme numa universidade, para a gente ter um futuro melhor juntos aqui em Portugal. (...) A minha prioridade no momento é crescer na área profissional, estudar, é o que está na minha mente sempre. (...) A gente quer casar para fazer certo e trabalhar juntos os dois. E conquistar as mesmas coisas, estudar, fazer faculdade, comprar as coisas juntos (...). Fazer um novo curso, uma faculdade, é melhor, porque aí eu tenho mais chances de viver bem aqui.

Durante a pandemia, o plano para retomar os estudos foi acompanhado pela percepção de que com isso poderia aumentar as suas oportunidades de conseguir uma atividade mais bem remunerada. Nélio tinha em mente frequentar uma nova área de estudos, a psicologia. Todavia, aquando do último contacto *follow-up*, ainda não tinha casado. Com o agravamento da pandemia no Brasil, não apenas os cartórios se mantiveram fechados, como também a sua noiva estava impedida de viajar para Portugal devido ao encerramento das fronteiras. A distância e a incerteza sobre a impossibilidade do seu reencontro

preocupavam-no bastante, uma vez que “não tem o que fazer quanto a isso, somente esperar para ver como vai ser”.

Síntese

O caso de Nélio é emblemático das dificuldades atravessadas pelos trabalhadores de plataformas digitais. A instabilidade financeira e a desproteção social a que estão sujeitos são reveladores da sua desafiante sobrevivência. Caso se mantenha a trabalhar na rua, corre o risco de contrair o vírus, caso decida optar pelo confinamento, então os rendimentos desaparecem, aprofundando as dificuldades materiais. A precariedade e a vulnerabilidade são evidentes e as suas consequências são sentidas de forma objetiva, através da escassez de recursos, e de forma subjetiva, com a promoção de quadros de ansiedade e sofrimento psíquico, reportados pelo próprio. Com diversos projetos adiados, a maior preocupação de Nélio reside na incerteza da duração da pandemia e no facto de isso interferir diretamente com a escassez de recursos materiais. A alternativa encontrada junto dos comerciantes locais do seu bairro, para os quais passou a prestar serviço informalmente, além de amortecer as dificuldades financeiras, abriu caminho à possibilidade de vir a garantir uma remuneração razoável e, eventualmente, até superar aos rendimentos obtidos na Uber Eats.

Mesmo sem receber qualquer tipo de apoio, por desconhecer se o seu perfil se enquadrava como elegível para poder beneficiar das medidas excepcionais de proteção de rendimentos, Nélio enfatizava a relevância da Segurança Social para si próprio e para os trabalhadores em geral. Perante as condições de trabalho precárias que sempre experienciou, considera fundamental a contribuição para a Segurança Social, já que “é aquilo que [lhe] dá alguma garantia”. Apesar de ser considerado formalmente como um trabalhador independente, a crise pandémica reforçou a sua ideia de que a empresa de plataformas

digitais para a qual realizava entregas deveria ser responsável pelos seus trabalhadores. Nélio concebe os *tuk-tuks* como uma alternativa mais sólida, esperando “receber bem mais do que com as entregas”. Contudo, está ciente de que as ofertas de trabalho no seu campo de possibilidades são atividades marcadas por vínculos instáveis, informais e com rendimentos baixos e oscilantes.

Capítulo 6

João | 33 anos | Trabalhador da construção civil

“Eu vou ser sincero, fico orgulhoso quando termino um trabalho”

Apresentação

João é brasileiro e vive há 14 anos em Portugal. Reside na Margem Sul num apartamento próprio T3, adquirido através de um empréstimo. Do seu agregado familiar fazem parte a sua esposa, portuguesa, e o seu filho, fruto de um relacionamento anterior que teve no Brasil. Em 2005, com 18 anos, decidiu emigrar. Motivado por uma oportunidade de emprego, veio para Lisboa, logo após o nascimento do seu filho. O objetivo seria trabalhar e poder sustentar o mesmo que ficara a viver com a ex-namorada na sua terra natal. Quando chegou, percebeu de imediato que o emprego prometido era afinal “uma falsa promessa”. Tinham-lhe garantido que teria não apenas um emprego, mas que também não seria necessário arcar com custos de residência. No entanto, não tinha sequer trabalho garantido. De um momento para o outro, encontrou-se sozinho num país estrangeiro, sem trabalho remunerado, numa condição totalmente vulnerável. Com os poucos recursos que trouxera, arrendou um quarto partilhado numa pensão e passou a procurar biscoites para conseguir sobreviver na Área Metropolitana de Lisboa. João é filho de um operário da indústria automóvel e de uma trabalhadora independente do comércio. A sua família dispunha de uma situação financeira relativamente estável, embora

modesta. Aliás, foram os seus pais, sempre presentes na sua vida, que financiaram a sua vinda para Portugal, custeando a viagem e disponibilizando uma pequena quantia para as primeiras semanas. Os seus pais tinham feito “muito pela [sua] criação”. Foi com o apoio deles que realizou o curso técnico de mecânica de manutenção industrial no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), uma das mais reputadas instituições brasileiras de profissionalização, enquanto frequentava o ensino secundário. Uma vez concluídos, planeava prosseguir com os estudos universitários, mas tal acabou por não acontecer. João foi pai aos 18 anos de idade.

Na altura o meu filho nasceu e eu não quis viver às custas do meu pai. Automaticamente, vim para Portugal para eu próprio conseguir sustentá-lo lá [no Brasil].

Foi como “encarregado de obra” que João se apresentou durante a primeira entrevista, realizada no dia 5 de março de 2020. Durante o período do confinamento, voltámos a contactá-lo e encontrava-se a trabalhar numa obra na Área Metropolitana de Lisboa. No dia 24 de abril de 2020, voltámos a entrevistá-lo, agora com o guião de acompanhamento (*follow-up*). João referiu que o risco de contaminação pelo vírus o preocupava, mas não podia ficar em casa sem ir trabalhar.

É melhor trabalhar assim do que não ter [emprego], porque pior é não ter como pagar as contas no final do mês, [não conseguir] manter a casa.

João esteve diretamente exposto ao vírus, uma vez que continuou a cumprir a sua rotina laboral durante a pandemia. Esteve fisicamente próximo de outras pessoas, quer nas obras, quer no percurso que tinha de fazer entre a residência e o local de trabalho. Não pôde, por isso, seguir as recomendações de confinamento.

Trajatória escolar e profissional

A trajetória laboral de João teve início quando atingiu a maioria, logo após ter concluído o curso técnico de mecânica industrial. Apesar da formação que teve no Brasil, o seu percurso em Portugal é marcado por trabalhos precários e de baixo rendimento. Jamais trabalhou no setor industrial no qual se especializou. Primeiramente, fez biscates de diferentes tipos, sempre na região de Lisboa; posteriormente, trabalhou num supermercado, complementando o seu rendimento com pequenos serviços extras na construção civil, setor em que trabalha atualmente.

De operário fabril a repositor no supermercado

Após o ensino secundário e o curso técnico de mecânica industrial, João entrou numa empresa do ramo no Brasil. Aí trabalhou durante oito meses como operário de manutenção de máquinas industriais, auferindo mensalmente três salários mínimos.¹

Trabalhava na mecânica de manutenção das máquinas da empresa. A empresa fazia carros, automóveis, peças. Então eu tinha de trocar óleos, verificar correntes para ver se estavam perfeitas, se estavam com problemas, se não. Todos os dias a máquina era desligada e todos os dias eu tinha de fazer a manutenção.

João gostava do seu trabalho na indústria, mas quando soube que iria ser pai começou a procurar emprego com um salário mais elevado. A proposta para vir trabalhar em Portugal pareceu-lhe uma boa oportunidade e então decidiu sair da empresa e emigrar.

1 Em 2005, o salário mínimo brasileiro era de R\$300,00, o equivalente a cerca de 92,30 euros, segundo a cotação em 31/04/2005. Como operário, João recebia R\$900,00, ou seja, cerca de 276,92 euros. Nessa altura, o salário mínimo em Portugal era de 374,70 euros.

Entretanto, tive o meu filho. Eu não queria viver às custas do meu pai e da minha mãe. Queria ser o responsável pelo meu filho. Entretanto larguei tudo e vim embora. Com emprego certo, com salário, com tudo certo! Vim com a promessa de trabalho, casa e muito dinheiro. Quando cheguei aqui, esquece. Perdi tudo. Eu perdi o meu trabalho no Brasil que era seguro. Fiquei num quarto que eu tinha de pagar, e tive de me desenrascar. [A promessa era a de que] eu trabalharia nas obras na montagem de pladur.² Eram 2.000 euros por mês, com casa, comida, tudo incluído. Eles me colocaram num quarto. Foram-me buscar no aeroporto às duas da manhã, e às duas e meia quando cheguei na casa, me cobraram 275 euros pelo quarto. [Antes diziam que] não pagaria nada. Paguei esse dinheiro porque eu vim com algum, que juntei no Brasil. [Antes diziam que] não era preciso. Fiquei a morar no quarto e nem trabalho tinha. Tinha a promessa.

Foi com pequenos serviços informais, pagos à hora, que João se manteve nos primeiros meses. A maior parte dos serviços que encontrava para ganhar algum dinheiro surgiam por meio de outros moradores da pensão onde estava hospedado. Muito comunicativo, não teve dificuldades em criar vínculos de amizade porque, como ele diz, “se você trabalha direito, gostam de você, te chamam para mais serviço”.

Na altura eu fazia tudo. Era obra, mudança, era o que precisasse! Falei com todo o mundo lá onde eu morava, na pensão com mais vinte pessoas. Quando era preciso eu lá tinha um serviço! Trabalhava duas vezes por semana, às vezes três. Ganhava 3,50 euros por hora, dependia das horas [trabalhadas]. Porque aqui é muito complicado você ganhar nome, compreende? Ganhar o nome quer dizer que você é bom trabalhador. Nas obras às vezes é que é o pior. Vai trabalhar com pessoas um dia, dois dias, três dias, quatro dias. Depois acabou aquilo, já não precisam mais de você. Então eu

2 Placas de gesso laminado para tabiques, revestimentos e tetos.

ganhei nome porque fui trabalhar para várias pessoas nesses seis ou sete meses que eu fiquei [na pensão]. Eles viram que eu era bom e aí já não ficava parado. Sempre tinha serviço para fazer.

Num mês rentável, mesmo quando ainda “não tinha um nome”, conseguia entre 140 e 210 euros. O rendimento dos biscates era muito baixo. João necessitava de mais para sobreviver e enviar uma quantia mínima para o sustento do filho no Brasil. Por outro lado, sentia que não podia manter-se apenas com biscates; precisava de ter um contrato de trabalho para se legalizar, uma vez que para ele estar ilegal não era opção. Sempre que começava a prestar serviços com regularidade nos mesmos locais, avisava de que precisaria de um contrato de trabalho para regularizar a sua situação, poder ir ao Brasil visitar o filho e regressar a Portugal sem qualquer problema.

Apenas em 2007 conseguiu um contrato de trabalho por tempo suficiente para ter direito a título de residência e a férias.

Arrumei um contrato de trabalho, peguei minha residência e fui de férias [ao Brasil].

Ao regressar, ainda em 2007, João conseguiu outro emprego.

Quando regressei, entrei para o supermercado onde a minha namorada, que é agora minha mulher, trabalhava. Ela ainda lá trabalha. Ela me colocou lá, eu entrei e fiquei dez anos.

Entre o supermercado e as obras: dez anos de pluriatividade

João trabalhou durante uma década no supermercado como repositor de mercadorias. Entre 2007 e 2017, trabalhava 48 horas semanais, distribuídas por seis dias, com direito a um dia de folga rotativa em troca do salário mínimo. Para complementar os seus rendimentos, continuava a realizar biscates como ajudante de obras. Este complemento era necessário, quer para o seu

sustento em Portugal, quer para o pagamento da pensão de alimentos do filho no Brasil.

Por semana eu cheguei a trabalhar mesmo noventa horas, à vontade! Porque eu saía do supermercado e ia à noite fazer as minhas coisas [nas obras], não é? E nas minhas folgas [do supermercado] eu ia trabalhar oito, nove, dez horas se fosse preciso [na construção]. No supermercado era o salário mínimo. Num dia a trabalhar por minha conta [nas obras], eu ganhava o mesmo que o meu salário no supermercado. Agora, se eu fosse trabalhar para um amigo ou para um colega nas minhas folgas, aí eu ganhava 50, 60, 70 euros num dia de oito, nove horas de trabalho.

Durante os anos em que trabalhou como repositor, João chegou a acumular outras responsabilidades no supermercado. No entanto, continuava na mesma posição, com o mesmo salário. Isso fez crescer a sua insatisfação e chegou mesmo a ponderar a sua saída para se dedicar unicamente à construção civil. Era aqui que verdadeiramente se sentia parte integrante de uma rede de relações e onde já “tinha um nome”.

[No supermercado] eu fazia o inventário todo, estava fazendo o trabalho de chefe. Automaticamente, eu queria subir como chefe, só que não queriam pagar como chefe. Eles não valorizavam e então eu fiquei insatisfeito. Como não valorizavam, eu saí. Entrei nas obras, onde já tinha [experiência]. Em dez anos, trabalhando no biscate nas obras, você aprende muita coisa. Larguei o supermercado, o trabalho fixo, e fui para as obras a tempo inteiro. Foram dez anos com ordenado, subsídio, tudo certinho. A primeira coisa que eu falei foi: “preciso de contrato de trabalho, eu, como sou imigrante, preciso de ter contrato de trabalho”.

João foi contratado como ajudante na construção civil, com um salário mínimo mensal por oito horas diárias, de segunda a sexta-feira.

Só que ninguém nas obras ganha o salário mínimo! Ganha bem mais, muito mais! São 300 ou 400 euros a mais (...). Se eu passar as oito horas de trabalho, eles têm de pagar! Pagam horas extras! A minha empresa paga [corretamente].

Desde 2017 que João se encontra na mesma empresa, em que recebe em média, já incluindo horas extras, entre 800 e 1100 euros mensais. Mas, além disso, trabalha também por conta própria. Com estes biscates, adiciona cerca de 1.300 euros à sua remuneração na empresa, alcançando um montante total superior a 2.000 euros mensais.

João, trabalhador da construção civil

João entrou na firma de construção civil através de um amigo que já lá trabalhava há alguns anos. Bem integrado, apesar do cansaço, gostava desta atividade e expressava orgulho por cada trabalho concluído. O emprego permitia-lhe viver com dignidade, garantindo o sustento da sua família, bem como a possibilidade de ter projetos a médio e longo prazo. João ocupa uma posição de liderança em relação aos colegas devido à experiência adquirida ao longo dos anos. Apesar de, na prática, realizar funções de “encarregado ou mestre de obra”, no contrato, João mantém-se formalmente como “ajudante”. Ao contrário do que sucedia no supermercado, este desvio não parece incomodá-lo. Segundo o próprio, isso é “necessário para que a empresa pague menos impostos”, acreditando que saía favorecido financeiramente.

Por isso, ganho mais do que diz no contrato, a firma me paga a mais por fora, então fica um pelo outro. [O mais importante é] ter o contrato e manter o pagamento da Segurança Social, que eu pago praticamente desde 2005. É o que no futuro pode garantir uma reforma, mas até lá eu prefiro assim porque tenho menos desconto e ganho mais.

Durante a primeira entrevista, relatou que nas suas folgas se encontrava a “trabalhar na remodelação de um apartamento”.

Com este serviço à parte, chamo meus amigos para trabalhar e pago a eles. Acordo um valor por dia e eles fazem um extra também. A gente se ajuda.

O rendimento dos biscates tem ajudado a amortizar o empréstimo que João pediu para a compra do apartamento no qual reside. O seu quotidiano é ocupado a trabalhar, não restando tempo para muito mais.

Vida quotidiana e relacional

João acorda diariamente às 5.30 horas da manhã.

Levanto, tomo banho, faço minhas coisas [a marmita com o almoço] e saio às 6 horas.

Além do apartamento próprio, João tem também um automóvel próprio, mas por norma não o usa para se deslocar para o trabalho. Para economizar, ou vai de transporte público ou vai à boleia com um amigo, seu vizinho na Margem Sul e que trabalha na mesma empresa.

Ao chegar lá [ao armazém da empresa], eu separo o material que eu preciso e apanho os funcionários [que vão comigo para a obra]. Geralmente são cinco, seis ou sete. Pego na carrinha com o pessoal e material e vou para a obra. Depois a gente trabalha o dia todo. Às 17 horas volto para o armazém, às vezes 17.30, 18 horas, chego no armazém. Depois espero o meu amigo, que me dá boleia. A gente volta para casa e daí eu vou para os meus biscates.

João só termina o dia de trabalho por volta das 22 horas. Trabalha também ao sábado, normalmente por conta própria e em obras maiores que requerem mais tempo e são mais rentáveis. O domingo é o seu único dia de folga que reserva para os amigos que conheceu na pensão quando chegou a Portugal, e com os quais mantém um contacto próximo. Jogam futebol, bebem cerveja e preparam sempre um churrasco. “É o meu lazer”. Carismático, João tem uma rede de relações de amizade extensa, formada principalmente por trabalhadores da construção civil.

Impactos decorrentes da pandemia

Na atividade profissional

Em 6 de abril de 2020 contactámos João por telefone. Continuava a laborar, mas adiantou que alguns colegas seus tinham sido despedidos. Acreditava que não iria ser despedido, mas estava preocupado com os seus rendimentos, uma vez que começava a sentir dificuldades para encontrar biscates. Em 25 de abril de 2020, aplicámos o miniguião de acompanhamento (*follow-up*). Algumas mudanças foram sentidas na sua rotina. Além disso ajudava financeiramente colegas da construção civil que tinham ficado sem trabalho devido à pandemia.

Apesar de manter o emprego, e continuar a trabalhar, João também foi atingido pela pandemia. A diminuição de pessoal a trabalhar e as mudanças ocorridas nas condições de trabalho sobrecarregaram-no em termos de tarefas. Apesar de manter as jornadas de trabalho, uma vez que “não tem como ficar em casa”, referiu que não havia medidas de proteção ou higiene adotadas pela empresa perante o risco de contaminação. Contudo, nesta mesma entrevista, relatou que, apesar disso, ainda não tinha havido qualquer caso de doença na empresa. Quer as atividades na empresa, quer os biscates foram mantidos durante o confinamento. Eram “obras de média dimensão” que não

podiam ser adiadas e João fazia questão de manter os prazos estipulados como forma de fidelizar os clientes para futuros biscates. Além disso, os mesmos garantiam rendimentos extras “muito bons”, num momento de “redução da procura de serviços das pequenas reparações domésticas”.

No rendimento

Os rendimentos de João e da sua esposa asseguravam as despesas do agregado, sendo que a mesma continuava a trabalhar no supermercado, mantendo o salário. Mas o maior impacto no rendimento familiar resultou da diminuição dos “biscates de pequena dimensão” que João realizava.

Não existem para fazer e não sei quando vão voltar. As pessoas estão em casa, não vão querer uma obra dentro de casa nesta altura. Muita gente perdeu o trabalho. Se não tem trabalho, não tem dinheiro, se não tem dinheiro, não vai fazer obras.

Com o abrandamento na procura de biscates, João ficou apreensivo. Não sabia se conseguiria, a médio e longo prazo, manter o padrão do consumo doméstico, em parte assegurado por pequenos serviços, realizados por conta própria. Na altura, estava concentrado nas obras de reabilitação de um apartamento, de onde provinha um “bom rendimento”. Todavia, quando a obra terminasse, e caso não surgissem novos serviços, então teria uma forte quebra nos rendimentos. Na verdade, os empregos em regime formal e os rendimentos correspondentes talvez não fossem suficientes só por si para assegurar todas as despesas de padrões anteriores, incluindo o cumprimento da prestação bancária do apartamento.

Na vida quotidiana e relacional

Nos horários de saída e regresso do trabalho não se registaram mudanças significativas. João continuou a laborar, tal como a

sua esposa. Contudo, houve alterações noutras esferas e rotinas da vida familiar. Antes do eclodir da pandemia, João tinha decidido solicitar a guarda do filho, devido a problemas conjugais. Além disso, João queria oferecer ao filho oportunidades de vida e educação em Portugal e que seriam mais difíceis de alcançar no Brasil. Todavia, não houve disputas judiciais, visto que a mãe do seu filho apoiou a ideia. Assim, numa das últimas idas ao Brasil antes da pandemia, João acabou por trazer o seu filho e este passou a ser mais um elemento do agregado. No início teve receio que ele não se adaptasse à nova realidade, o que acabou por não acontecer.

A habitual rotina familiar gravitava em torno da combinação dos horários de trabalho de João e da sua esposa. O tempo que cada um passava no trabalho era articulado com o tempo dedicado às tarefas domésticas partilhadas, às quais acresceram os cuidados e a atenção dedicada a um jovem adolescente. O confinamento implicou ajustamentos incontornáveis. A interrupção das aulas presenciais foi o que mais preocupou o casal; o que acabaria por interferir nas relações familiares, trazendo problemas à vida conjugal. O cruzamento entre as esferas do trabalho, família e escola causaram “ruídos” na relação familiar. As responsabilidades inerentes ao novo elemento do agregado constituíram uma fonte de preocupação constante que desgastou a vida do casal. O principal receio de João residia no risco de a relação entre a esposa e o seu filho ser irremediavelmente afetada. O risco era grande, visto que, segundo o próprio, “ela [a esposa] está stressada também por causa do trabalho, tem medo de ser dispensada, mas eu acho que não vai ser”.

Enfrentamento da crise

No cenário crítico da pandemia e das suas consequências, João foi sempre solidário com os amigos que ficaram desempregados. Não poderia ficar indiferente, pois “se fosse comigo, ia querer que alguém fizesse isso”. Por um lado, recrutou alguns

desse amigos que ficaram desempregados para trabalharem consigo no apartamento que estava a remodelar por conta própria; por outro lado, chegou a emprestar várias vezes dinheiro àqueles que lhe eram mais próximos, a fim de suprir as suas necessidades mais básicas.

Eu estou ajudando alguns. Alguns estão trabalhando comigo [na obra do apartamento]. Estão trabalhando para mim. A outros eu emprestei dinheiro. Não foram quantias altas, foi mais para compras. Eu compro com o meu cartão [de crédito] e eles me pagam mensalmente [quando têm dinheiro]. Eles me passam o dinheiro depois, sabe? Se não conseguirem pagar, eu pago na mesma, entende?

Preocupações, alternativas e projeção de futuro

As suas expectativas profissionais centram-se na continuidade da dinâmica do setor da construção civil. Neste domínio, as rotinas têm-se mantido no geral, apesar da redução do número de pequenos serviços por conta própria. As “queixas” de João são mais contundentes relativamente às consequências que a pandemia trouxe às relações familiares e à vida doméstica. Quando reflete sobre o futuro mais distante, sente algum receio.

Projeto socioprofissional e permanências

A principal prioridade é o seu filho. Pensando nisso, João pretende continuar em Portugal, no sentido de alcançar uma situação financeira mais confortável para si e para a sua família. Na primeira entrevista revelou que estava prestes a concretizar um projeto que poderia mudar a sua condição socioeconómica, mas que tinha sido adiado em virtude da pandemia. O projeto consistia em fazer a manutenção permanente de um condomínio numa região turística. A proposta surgiu através de um cliente

que conheceu num dos biscates que anteriormente fizera. Tratava-se de uma oportunidade que poderia mudar a sua vida, pois o retorno financeiro seria bastante mais elevado do que os salários até agora auferidos. A partir deste negócio, poderia oferecer um futuro economicamente mais seguro e confortável ao filho e à esposa.

Quando eu voltar do Brasil, onde irei visitar os meus pais em agosto [de 2020], vou começar a fazer manutenção de um condomínio. [...] A minha esposa ainda não sabe, mas já fechei o negócio. Tenho de montar a minha própria empresa e crescer. Aqui em Portugal são muito fracos na construção civil. São muito ruins, os profissionais são muito ruins. Como eu consigo fazer um trabalho diferenciado, tive vários clientes que viram e me fizeram várias propostas.

João acabou por não viajar para o Brasil como previsto, mas acredita que quando “passar a pandemia, o projeto [vai] dar certo” e tornar-se-á responsável pela manutenção do condomínio.

Apesar de contribuir regularmente para a Segurança Social, nunca foi beneficiário de apoios públicos, como o Subsídio de Desemprego ou o RSI. Para ele, contribuir para a Segurança Social é relevante para a sociedade, mas, se pudesse optar, preferia não contribuir. A razão apontada é a falta de expectativas de no futuro vir a usufruir de uma pensão de reforma: não acredita que um dia terá uma reforma, nem sequer faz ideia de quanto poderá receber.

Desconto todos os meses. Não parei nenhum mês, desde 2007. Quando entrei no supermercado, nunca fiquei sem descontar. [...] Isso é obrigatório, [caso contrário] não pagaria. Eu não penso em reforma no futuro, porque vamos ser sinceros. É muito simples, eu hoje tenho 33 anos, daqui a 33, será que vai ter reforma?

Identidade e percepção do tempo (passado, presente e futuro)

Considerando a sua trajetória, João afasta-se da condição de pobre, justificando esse afastamento com o aumento contínuo dos seus rendimentos desde que chegou a Portugal, especialmente a partir do momento em que começou a trabalhar na construção civil. Neste setor, referiu que “dificilmente os trabalhadores são pobres”.

Uma pessoa pobre é uma pessoa que não se interessa, que não quer saber de nada, que nunca tem trabalho. Se uma pessoa que vai para a obra não se interessar, não vale a pena chamar para trabalhar. [...] Vou ser sincero, eu saí do supermercado, entrei nas obras, sabe quanto eu tive de aumento? Um dinheirão! Eu saí do supermercado ganhando o salário mínimo, hoje ganho o dobro, sem biscates, sem nada. Isso faz toda a diferença. E isso, só consegue quem quer fazer. Agora, quem não quer não vale a pena.

Prioridades, preocupações e expectativas

Quando pensa no futuro, João imagina-se a trabalhar. Espera que o seu filho tenha um futuro diferente do seu, prosseguindo estudos universitários. Ele próprio gostaria de ter estudado mais, mas a paternidade inesperada na juventude dificultou-lhe essa possibilidade. Por não acreditar “nas reformas no futuro”, considera que será necessário acumular poupanças desde cedo. Para isso, precisará não apenas de economizar, mas de ter um rendimento mensal substancialmente maior do que aquele que tem. A oportunidade de se tornar responsável pela manutenção de um condomínio privado representa a oportunidade ideal para melhorar a sua vida e oferecer à sua família um futuro diferente daquele que corresponde à sua condição socioeconómica presente.

A disposição para procurar trabalho e dedicar-se para manter o emprego tem um papel central na sua personalidade e vida. João acredita que já tem “nome” na construção civil e que,

por isso mesmo, após a crise pandémica não terá dificuldade em continuar a trabalhar e melhorar as suas condições. Na hipótese de a crise continuar e agravar-se, não equaciona regressar ao Brasil. Como possibilidade remota, não coloca de parte emigrar para a Noruega, onde a sua esposa tem familiares.

Síntese

João é um jovem adulto que revela em todo o seu discurso uma enorme vontade de trabalhar. A chegada conturbada a Portugal, altura em que foi “vítima de uma fraude”, não o impediu de construir vínculos fortes com o país e com os portugueses. Não considera regressar ao Brasil, pois sente-se totalmente integrado e a maioria da sua rede de amigos é constituída por portugueses. Casou-se com uma portuguesa há mais de dez anos. Recorrendo a empréstimo bancário, adquiriram casa própria na Margem Sul de Lisboa. Acredita que através do trabalho poderá oferecer ao filho um futuro melhor e diferente do seu. As longas jornadas de trabalho não o impedem de estar atento a oportunidades que vão surgindo. Aguarda que a pandemia passe para poder prosseguir com um “grande serviço” que lhe foi proposto e que julga que poderá mudar a sua vida radicalmente. Por agora, o projeto aguarda melhores dias.

Capítulo 7

Sónia | 48 anos | Agente imobiliária

“O patrão não tem compromisso com o empregado. Os empregos estão sempre na corda bamba”

Apresentação

Sónia tem 48 anos de idade e é natural de Lisboa, ainda que resida noutra concelho da Área Metropolitana, numa moradia própria, com os seus três filhos e cônjuge, atualmente reformado. Possui uma viatura própria, utilizada para se deslocar para o local de trabalho em Lisboa. Sendo a mais nova de três irmãos, a sua família era oriunda da zona de Lisboa, embora os seus pais e avós já tivessem falecido. O pai era assistente administrativo e a mãe doméstica, ambos com o 12.º ano de escolaridade. Sónia frequentou apenas o 11.º ano de escolaridade, tendo interrompido os estudos pelo facto de ter vivido num ambiente familiar complicado, pois os seus pais eram doentes e a determinada altura teve de tomar a decisão de ir trabalhar. Anos mais tarde, tentou concluir o ensino secundário, através do Programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), mas interrompeu, mais uma vez, o seu percurso escolar. Todavia, apesar de não estar nos seus planos futuros o retomar dos estudos, Sónia sente-se arrependida de não ter concluído o ensino secundário quando era adolescente.

Trajatória escolar e profissional

Sónia foi entrevistada por telefone, em 16 de maio de 2020, durante o confinamento.

A intermitência laboral

Ingressou no mercado de trabalho com 15 anos de idade. Começou como promotora de produtos, entre outras atividades, na Feira Internacional de Lisboa (FIL), onde trabalhou durante três anos, ainda enquanto estudante do ensino secundário.

Eu fiz muita coisa. Olhe, eu lembro-me de ter feito trabalhos quando havia o Grande Prémio no Estoril, mais tarde alguns trabalhos na FIL, éramos contratadas por empresas várias, desde brinquedos a produtos alimentares. Era muito pontual. Uma semana aqui, uma semana ali. O que aparecia ia fazendo. Sempre a estudar!

Em 1992, já com 18 anos, tornou-se assistente da sócia-gerente de uma empresa de bijuteria em Lisboa, onde esteve cerca de 18 meses. Em 1993, trabalhou numa loja de produtos congelados na zona de Algés, algo que, segundo a própria, era uma novidade no início dos anos de 1990. Em finais de 1993, e durante alguns meses, foi promotora e comercial de uma nova marca de café que procurava afirmar-se no mercado nacional. Todas estas atividades assentavam em “contratos verbais”, com exceção da última em que prestou serviço como trabalhadora independente. Em 1994, decidiu ir trabalhar para um instituto de estudos de mercado em Lisboa, realizando entrevistas no âmbito do mercado de produtos congelados. Permaneceu nesta atividade durante dez anos, sempre como trabalhadora independente. Tinha flexibilidade laboral, geria o seu tempo de trabalho e foi neste período que casou e teve três filhos. Em 2004 acabou por despedir-se porque o trabalho tornou-se cansativo e frustrante.

Despedi-me porque aquilo era um trabalho cansativo, precário. Enfim, queria outras coisas, não é? Nós apenas questionávamos as pessoas. E, naquela altura, começou a haver já muito trabalho paralelo em que as pessoas impingiam compras, vendas... Quando batíamos à porta, as pessoas já estavam cansadas de ouvir outros a impingir serviços. Era um trabalho bem pago, em que nós próprias geríamos o nosso tempo, isto para quem tinha família era ótimo. Depois tornou-se cansativo e frustrante andar na rua naquela pedinchice o dia todo.

Em 2006, juntamente com uma colega com quem realizara entrevistas no âmbito dos estudos de mercado, e que também tinha filhos pequenos, apostou numa loja de vestuário e sapataria para crianças, na zona de Lisboa. Ao fim de dois anos, devido a incompatibilidades entre ambas, o negócio terminou. Sónia decidiu avançar sozinha, investindo num negócio próprio no mesmo ramo, mas na zona do Estoril. Todavia, ao fim de três anos o negócio foi afetado pela intervenção da *troika*.

Estive para aí uns três anos. Entretanto, começa a vir a crise, começam a aparecer outras coisas. Nós tínhamos fabrico próprio, tinha as costureiras, tinha preços aliciantes, mas depois, de repente, as grandes marcas começaram a ter também esta oferta de roupa para bebés e recém-nascidos. Os preços imbatíveis que eles praticavam eu não conseguia praticar. Eu tinha que logicamente fazer encomendas, e as encomendas são feitas na estação anterior. Temos de nos comprometer e depois, enfim... Depois é um negócio pequenino, basta haver algumas falhas. Encerrei atividade.

Após o encerramento, ocorreram grandes alterações na vida de Sónia, que não usufruiu de subsídio de desemprego, nem de qualquer outro apoio estatal, pois não era elegível. Entretanto, uma amiga arquiteta convidou-a para trabalhar como secretária. Tinha aberto um gabinete de arquitetura na zona de Oeiras e encontrava-se envolvida num projeto em Angola. Todavia,

este novo trabalho não correu da melhor forma, terminando ao fim de 18 meses, pois as promessas verbais nunca se traduziram num contrato efetivo e os pagamentos começaram a falhar.

Ao fim de uns meses começou com dificuldades em fazer-me o pagamento. É muito comum cá, não é? Pagava-me ao dia oito, depois pagava mais um bocadinho, a 18, depois mais não sei o quê. Isto não é nada compatível com a vida familiar. Como havia ali uma amizade, a pessoa vai deixando, costura-se ali um bocadinho as coisas. Mas pronto, efetivamente, não se pode aguentar uma situação destas.

Entretanto, teve um convite para trabalhar como gestora de clientes numa empresa de *marketing* e publicidade. Esta experiência durou também 18 meses, correspondendo a três contratos. No final do terceiro contrato, mandaram-na embora. Enquanto lá trabalhou, recebia o salário mínimo e as comissões e ajudas de custo extras não eram declaradas.

Estive precisamente um ano e meio porque ao fim do terceiro contrato, quando a pessoa passa a efetiva, é política da empresa mandar as pessoas para a rua. Isso é muito habitual em Portugal. O patrão, o que ele me disse frontalmente foi: “Eu prefiro ficar com a Joana, a quem pago metade do que te pago a ti”.

Sónia recorreu ao subsídio de desemprego, do qual beneficiou pela primeira vez. O valor mensal, atribuído durante três anos, era de 419 euros. Nesse período aproveitou para frequentar cursos ministrados pelo IEFP na área de costura e de línguas (espanhol, italiano e alemão). Entretanto, poucos meses depois, o pai dos seus filhos viria a falecer, situação que a debilitou emocionalmente e aumentou os seus encargos. Terminados os três anos de subsídio de desemprego, e permanecendo desempregada, requereu o RSI por um ano, a fim de poder acompanhar de perto os filhos ainda pequenos.

Em 2013, recebeu um convite para trabalhar como angariadora de clientes, relações públicas como lhe fora indicado, num restaurante, na zona de Cascais. Contudo, sem contrato, pois encontrava-se ainda a receber os últimos meses do RSI. Ficou acordado que assim que resolvesse esta situação seria então assinado um contrato de trabalho. Com o passar do tempo, à tarefa de angariação de clientes/relações públicas foi acrescentada a tarefa de servir à mesa. Todavia, Sónia sentia-se privilegiada por não trabalhar por turnos, e por não ter de preparar refeições, como sucedia com todos os seus colegas. Após alguma pressão junto das chefias, conseguiu um contrato de trabalho renovável semestralmente. Apesar de constar no contrato o valor correspondente ao salário mínimo, recebia comissões em dinheiro entregue pelo patrão, o que perfazia um total de cerca de 800 euros brutos. Sónia esteve nesta situação durante um ano. Em outubro de 2014, faleceu um dos seus irmãos, com quem mantinha uma relação de proximidade bastante forte. Esta situação levou a que se afastasse do trabalho durante um mês com licença sem vencimento. Todavia, quando regressou as regras tinham sido alteradas.

Regressei ao restaurante, mas muito fragilizada e cansada daquilo tudo, sem ter já grande paciência. Uma pessoa aceita uma série de coisas, mas depois já há alturas em que começamos a perceber que se calhar não é bem aquilo. E, nessa altura, entrou um gerente novo, e começou a haver conflitos. Enfim, já ninguém tinha direitos, era só deveres, eu tinha de lavar casas de banho, e comecei a ver, a achar, calma, eu faço isto de muito boa vontade, mas já me faz sentir uma sensação de tratarem-nos um bocadinho... comecei a não gostar daquilo. Havia mais exigências. Por exemplo, havia festas depois de fecharem o restaurante. E não ganhávamos praticamente nada por isso. Não era opção, tínhamos de ficar, não é?

Tendo em conta a exploração laboral a que era sujeita, Sónia recusou-se a executar algumas tarefas e foi convidada a

despedir-se. Como não tinha prazo de garantia (número suficiente de meses de contribuições para a Segurança Social), além de que se tratava de um caso de desemprego voluntário (autodespedimento), não teve direito ao subsídio de desemprego.

E o problema ali foi que, entretanto, o meu contrato de trabalho não tinha um ano e meio. Por um ou dois meses não tive acesso ao fundo de desemprego. E eles também bateram o pé porque tinham de extinguir o posto de trabalho, e eu estava como empregada de mesa. O restaurante não pode extinguir as pessoas que trabalham, e eu quis-me vir embora, não estava para aguentar mais nada daquilo.

Em 2016, decidi arrendar uma moradia na qual tinha vivido com o ex-marido e mudar-se para um apartamento, para conseguir enfrentar as despesas. Durante um ano, a renda que recebia dessa casa foi o único rendimento mensal obtido.

No entanto, uma amiga sua que se encontrava no ramo imobiliário convidou-a para trabalhar com ela. Ao final de dois anos, para tentar evoluir na carreira, foi trabalhar para outra imobiliária, ainda que mais pequena, mas que oferecia outro tipo de condições. Todavia, passado um ano, a experiência em termos de vendas não correu bem. Em abril de 2019, decidiu regressar à empresa anterior, pelas regalias e condições de trabalho oferecidas e pela rede de clientes. Apesar de ter um contrato de protocolo com a empresa, era trabalhadora independente.

Como eu não tenho um contrato efetivo, enquanto eu quiser continuar a trabalhar, eles aceitam-me, não é? Não têm qualquer tipo de encargo comigo, antes pelo contrário.

Sónia tinha de proceder ao pagamento de uma taxa mensal, no valor de 30 euros, pelo usufruto de vários serviços, como apoio jurídico, apoio de *marketing*, entre outros, prestados pela empresa imobiliária.

Rendimento

Ao longo da sua vida, os contratos de trabalho foram maioritariamente verbais e, sobretudo, na área comercial, sempre com a promessa de um contrato de trabalho assinado e com acesso a todos os direitos laborais. Sónia considera-se uma trabalhadora precária e pobre.

Uma coisa está associada à outra, as duas condições, não é? A pessoa trabalha o dia inteiro para ganhar uma miséria, chega ao fim do mês sempre a contar os tostões, sem qualidade de vida nenhuma, sem muitas vezes ter tempo para a família, tempo de qualidade e tudo isso, sem ter benefícios, não é?

Os seus rendimentos são bastante incertos e não tem contribuído para a Segurança Social.

Atualmente não tenho sequer atividade aberta. Eu recebo através de atos únicos. Até ver, vou-me manter assim. Eu ainda sou do tempo em que pagava 150, 200 euros, e pouco se recebe. É uma facada muito grande. E para aquilo que nos vai dar no futuro, faz-me mais falta agora os 100 euros mensais ou 200 que ia pagar do que esse dinheiro que se calhar nunca vou receber no futuro.

Sónia nunca solicitou apoios de qualquer espécie, nem empréstimos, e refere que nem sequer possui cartão de crédito. O ramo imobiliário requer dedicação, mas implica também insegurança.

Traz alguma insegurança, porque tudo depende de mim. E não só de mim, não é? Depende do estado do mercado, da vontade do cliente, pronto, é uma profissão que exige muito foco, muita determinação. Tenho muitos colegas que largaram situações bastante estáveis para vir para o mercado imobiliário. Sem dúvida, houve um período muito aliciante em que tudo se vendia, era aparentemente tudo muito

fácil. Mas isto oscila muito! No futuro é muito incerto. Não há empregos garantidos, as pessoas estão muito bem, mas de hoje para amanhã são despedidas, enfim, acho que se instalou um bocadinho essa mentalidade.

Sónia refere que a sua profissão lhe dá alguma realização pessoal, mas a família é a sua prioridade, sobrepondo-se ao trabalho.

Em primeiro lugar está sempre a família e estar presente. É o que me enche a alma. Gosto do trabalho, apesar de às vezes ter, pronto, de acumular muita frustração, mas pronto, temos de lidar com isso e o dia de amanhã será diferente.

Vida quotidiana e relacional

Sónia costuma acordar por volta das 9 horas e prepara os filhos para a escola. Todas as refeições são confecionadas e tomadas em casa. Nas tarefas de casa tem o apoio de uma empregada doméstica, pelo que em regra apenas cozinha. Depois do almoço vai para a loja, onde trabalha algumas horas e confraterniza com os colegas. A hora de deitar é relativamente tardia, por volta da meia-noite. Quanto a férias, tem o hábito de as passar com a família, dentro ou fora do país.

Sónia é uma pessoa bastante descontente e descrente no governo, nos partidos políticos e, em geral, nas instituições. Não se considera uma pessoa reivindicativa, e nunca foi sindicalizada, nem participou em greves ou protestos sociais. Habitualmente, não exerce o direito de voto, pois considera-se apartidária. Valoriza mais os candidatos e não tanto os partidos políticos.

Olhe, sou daquelas pessoas muito pouco cívicas. Quando eu acredito num candidato, vou lá direitinha! E eu acredito que o voto em branco não é contabilizado para nada. Eu não ir às urnas é o meu voto de descontentamento.

Impactos decorrentes da pandemia

Na atividade profissional

Ainda que a empresa tenha recorrido ao *lay-off*, continuou a exercer a atividade de agente imobiliária, embora com um número de reduzido de clientes.

Continuo a exercer. Tenho a sorte de ter, pelo menos, uma casa anariada, o que faz mexer um bocadinho o negócio. Menos pessoas, talvez, e vi que as pessoas querem muito baixar os preços devido à situação que estamos a viver. Mas sentimos que vai haver uma quebra, é uma preocupação.

Relativamente ao horário de trabalho, não se verificaram grandes alterações. Sónia tem um horário flexível e, além disso, aquando do eclodir da pandemia, encontrava-se em processo de mudança de casa, devido à rutura da relação amorosa que mantinha, o que implicou um aumento nos seus encargos.

Quando isto entrou [a pandemia], eu tinha desacelerado um bocadinho em termos de horários para gerir a minha vida e os meus horários. Imediatamente antes, em março [de 2020], tive a mudança da casa, portanto, em fevereiro estava a terminar as obras. Relativamente ao trabalho estava um bocadinho parada. E, entretanto, quando é decretado o confinamento, eu já estava confinada há um mês e a trabalhar menos.

No que diz respeito a rendimentos, Sónia refere que não sofreu impactos significativos, pois apenas recebe quando realiza uma venda, ou seja, quando estabelece um contrato de venda de um imóvel é que ganha o valor da comissão respetiva.

Isto é muito complicado, não é? Pronto, nós só recebemos o valor da comissão. Entretanto temos de pagar uma *fee* (taxa) à loja, essa

fee os meus patrões anularam no período de abril e maio [de 2020]. São cerca de 30 euros mensais. Eles fornecem bastantes serviços, apoiam-nos bastante, temos apoio jurídico, apoio de *marketing*.

Na vida quotidiana e relacional

A pandemia veio alterar a sua rotina diária por completo. Passou a acordar mais cedo e deixou de se deslocar à sede da imobiliária, mas manteve contacto com os colegas de trabalho, sobretudo através de reuniões virtuais realizadas pela empresa.

Temos muitas reuniões por Zoom, muitas formações. Houve um período em que eu estava bastante motivada e achava bastante interessante. Hoje em dia, para ser franca, já estou farta daquilo. As palestras, formações, tudo aquilo perdeu um bocadinho o interesse.

As refeições continuaram a ser confecionadas em casa, pois toda a família ficou confinada em regime de teletrabalho e telescola. Nas tarefas domésticas, manteve a empregada de limpeza durante a epidemia. Em termos de lazer, referiu que as principais atividades foram canceladas.

Acabou-se o lazer! Olhe, faz-me imensa falta o que toda a gente diz, o convívio pelo convívio, o convívio com outras pessoas, fazer jantares durante a semana ou pelo menos ao fim de semana. Durante a semana já estávamos a alinhar o jantar para o fim de semana. Tudo isto para aliviar a carga da responsabilidade, do stresse e da rotina. Havia sempre esta escapatória. Agora já não há. E faz muita falta.

Quanto à hora de deitar, passou a fazê-lo mais cedo, ou seja, por volta das 22 horas, pois os dias tornaram-se mais calmos e menos produtivos.

Às 10 da noite, 11 da noite, já só me apetece ir para a cama, porque eu já estou farta do dia! Mas com a falta de atividade, a pessoa não tem tanta necessidade de dormir.

As redes de proximidade com os seus familiares e amigos foram mantidas através de videochamadas em grupo. No entanto, com o passar do tempo e a saturação acumulada, foi-se criando uma certa apatia. Como anteriormente referido, a sua relação amorosa foi profundamente afetada pela constante permanência diária durante o confinamento, ao ponto de resultar numa situação de incompatibilidade irreconciliável.

Olhe, neste período eu e o meu marido separámo-nos. A covid-19 também deixou aqui as suas marcas. Contribuiu para haver aqui um ambiente de alta tensão, e houve aqui tensões, e houve coisas que não se conseguiram resolver. Não quer dizer que não acontecesse depois, mas eu acho que o momento foi muito intenso, foi o estarmos fechados em casa, estarmos confinados, não ajudou.

Na comunidade de residência, Sónia notou uma clara redução em termos de circulação de pessoas, do comércio, em virtude do confinamento e do cumprimento das regras de higiene. Contudo, refere que as redes de solidariedade se mantiveram e a preocupação entre a vizinhança esteve sempre presente.

No rendimento

Antes da pandemia, o rendimento familiar de Sónia era de cerca de 6.000 euros brutos mensais, dos quais 1.200 euros eram respektantes à sua própria atividade laboral e o restante do seu marido, que recebia uma reforma substancial. Antes da separação, todos os gastos gerais eram partilhados com o marido. Após a separação, Sónia passou a depender de uma renda de 600 euros, bem como das vendas que concretizasse. Encontra-se sozinha a cuidar dos filhos, assumindo todos os gastos. Deste modo, a

separação afetou grandemente a sua situação financeira que classificou como má.

A vida estava pensada para haver uma partilha das despesas. A partir daqui, sendo eu sozinha a fazer face a essas despesas todas, a situação é complicada. Para já tenho os 600 euros. Não pago renda, mas não chega. Não chega, para fazer face às despesas todas.

Enfrentamentos face à crise

Sónia perspetiva a eventualidade de um dia poder emigrar, mas apenas quando os filhos forem mais crescidos.

Sabe que eu sou muito virada para o sol, gosto de liberdade, e acho que já estou numa idade em que já não tenho perspetivas de poder iniciar carreira em lado nenhum. Diria que seria sempre uma situação assim destas de sol, praia, liberdade e poder ter um trabalho. Brasil, por aí.

Preocupações, alternativas e projeção de futuro

Prioridades, preocupações e expetativas

Ao longo do tempo, Sónia foi tendo várias atividades. Contudo, nunca foram bem-sucedidas a longo prazo, quer pela inexistência de um contrato formal, quer pela crise financeira e intervenção da *troika* que afetaram, em grande medida, o seu projeto de negócio próprio. Por isso, tal como vimos, considera-se uma trabalhadora “precária” e “pobre”.

Com a pandemia e a aplicação das regras de distanciamento social, o ramo imobiliário foi dos mais afetados. A precariedade laboral e a quebra nas vendas afetaram a vida pessoal e económica de Sónia. Como tal, não faz grandes planos relativamente ao futuro, vivendo um dia de cada vez.

Perceção do tempo (passado, presente e futuro)

Sónia considera que ao longo dos anos a sua vida tem sido sempre bastante inconstante, mas tem conseguido sempre recompor-se.

Descamba e volta a compor-se. Há sempre momentos em que as coisas realmente descambam. Já aconteceu várias vezes. Ando sempre nessa corda bamba.

Sónia tem vindo a procurar um outro emprego, ou biscate, para conseguir um rendimento mensal fixo que lhe dê mais segurança para suprir os seus gastos básicos.

De futuro, se calhar, [vou] ter de arranjar um *part-time*, nem que seja num restaurante, num cafezinho, numa papelaria, qualquer coisa que me dê mais alguma garantia de umas pinguinhas por mês, enquanto esta incerteza do imobiliário avança ou não. Já estou a procurar. Mas não há! Está tudo fechado! Olhe, tenho na restauração.

Síntese

Sónia revela um ponto de vista em relação ao mercado de trabalho bastante negativo, considerando-o como precário, instável e injusto. Em parte, a opinião decorre da sua própria experiência, do facto de nunca ter usufruído de uma situação profissional estável, o que a leva, aos 48 anos de idade, a procurar um novo emprego.

Isto é uma bola de neve, é uma coisa que já vinha de trás. A nossa situação de trabalho já era precária. Agora, com a pandemia, a situação rebenta de repente por muito lado, não é? Porque as pessoas não podem ser despedidas, mas são, porque não têm contratos.

Recebem ao dia. Nessas situações, as pessoas vão pedir o quê? Vão bater a que porta? O governo assim o permitiu. Não há compromisso, o patrão não tem compromisso com o empregado, não tem respeito, os trabalhos, os empregos estão sempre na corda bamba. É injusto, porque pagam-se muitos impostos, o patrão também tem muitos encargos, o empregado acaba também por pagar por isso. Enfim, acho que é muito instável. Nós não somos um país rico. Estávamos a viver do turismo e a ver uma luzinha ao fundo do túnel.

Apresentação

Salomé é natural da Área Metropolitana de Lisboa. Com 32 de idade, solteira, vive “sozinha com o cão, fonte de despesa e alegria”, num apartamento T1 que comprou há algum tempo, num concelho vizinho de Lisboa. Nascida numa família onde não havia problemas financeiros, teve uma infância “privilegiada”, conjuntamente com duas irmãs. É uma ativista de várias causas: dos movimentos estudantis ao combate contra a precariedade, passando pela luta contra a pobreza e a exclusão social. Até entrar numa universidade pública fez o seu percurso escolar no ensino privado, tal como as irmãs. Paralelamente frequentou dois cursos: um de *web design*, outro de inglês, além de várias formações de curta duração. Entre 2005 e 2007, frequentou um curso superior na área das artes, que não chegou a concluir. A doença prolongada do pai, que acompanhou de perto, e o processo de Bolonha contribuíram para isso.¹

Entrevistámo-la presencialmente em 25 de setembro de 2019, muito antes da pandemia. À época era “técnica de

1 Trata-se, em termos simples, do processo de convergência ao nível do ensino superior no contexto da União Europeia, com o objetivo de harmonizar conteúdos, facilitar o reconhecimento de certificações académicas e facilitar a mobilidade de estudantes e professores.

instrumentos financeiros” num banco em Lisboa. Voltámos a contactá-la em 25 de março de 2020 para acompanharmos a sua trajetória durante a crise pandémica, mas já não trabalhava no banco. Tornara-se funcionária administrativa numa organização política, com a qual já colaborava anteriormente. Foram estabelecidos contactos posteriores e, em 22 de abril 2020, foi aplicado o miniguião de acompanhamento (*follow-up*). Continuava a trabalhar nesta última profissão, mas em regime de teletrabalho.

Trajectoria escolar e profissional

Call centers e os primeiros anos no mercado de trabalho

Enquanto estudante do ensino secundário, Salomé teve as suas primeiras experiências de trabalho pontuais durante as férias escolares.

Todos os verões eu trabalhava para juntar dinheiro e ganhar independência. Devia ter uns 14, 15 anos. Trabalhava numa agência de viagens a fazer arquivo. Não tinha contrato, recebia uma miséria! Mas para mim aquilo parecia uma fortuna. Trabalhava um mês, dois meses e recebia à volta de 50 euros por mês. Aquilo para uma jovem que queria ganhar dinheiro nas férias e comprar gelados e pastilhas era ótimo.

Em 2006, Salomé começou por trabalhar como operadora no *call center* numa empresa de telecomunicações, enquanto continuava inscrita no curso superior. Todavia, não conseguiu conciliar o trabalho com os estudos e acabou por desistir do curso definitivamente.

O horário era absolutamente insuportável, difícil de conciliar, porque eu tinha uma aula das 8 às 10 horas, depois tinha outra das 16 às 18 [horas]. Como é que encaixava o trabalho?

Embora trabalhasse no espaço físico de uma empresa de telecomunicações, o seu contrato era com uma empresa de trabalho temporário. A atividade de *backoffice* que desenvolvia em regime de *part-time*, em horário noturno, era exclusiva para uma companhia aérea, auferindo um salário de 330 euros mensais. Trabalhava das 19.30 até às 23.30 horas, e tinha formação das 9 às 18 horas. Assim se manteve durante dez meses. Insatisfeita, decidiu procurar outro emprego.

Ainda tentei fazer a faculdade que [eu própria] pagava. Mas as coisas em casa estavam financeiramente mais complicadas [devido à doença prolongada do pai] e eu queria ganhar mais dinheiro.

Em 2007 surgiu a oportunidade de ir trabalhar em regime de *full-time* para um *contact center*. Tratava-se de uma multinacional norte-americana que também desenvolvia a sua atividade exclusivamente para uma companhia aérea, diferente da primeira.

Eram oito horas ao telefone, era *inbound*, o que sempre melhora um bocadinho.² Tinha um horário fixo, trabalhava sempre das 8 às 17 horas. Nos primeiros anos trabalhava de terça a sábado e folgava ao domingo e à segunda, para conseguir ter aulas o dia todo.

Entrou em maio de 2007 com um contrato de três meses e tornou-se efetiva após um ano e meio de serviço, auferindo um salário de 725 euros mensais. Todavia, as condições de trabalho eram semelhantes, ou até piores, àquelas experienciadas no *call center* anterior.

A própria empresa foi piorando bastante. Houve uma altura que nós tínhamos dez minutos por dia para ir à casa de banho. Aquilo

2 *Inbound* compreende a receção e/ou atendimento de chamadas telefónicas por parte de um centro de atendimento (*call center*), envolvendo, sobretudo, serviços de apoio a clientes (Roque, 2010).

era mesmo contabilizado! Se a pessoa levasse mais tempo, eles descontavam no salário ao final do mês.

Em 2011 comprou o apartamento onde reside, recorrendo a um empréstimo bancário, cuja prestação ainda se encontra a pagar. A necessidade levou-a a ser pluriativa. Encontrou um *part-time* num outro *call center*, ligado a agências de viagens, com um contrato de seis meses, auferindo 500 euros mensais.

Trabalhava das 17.30 até às 19.30 horas. Tinha meia hora para sair [do *call center* principal] e chegar [a este]. Eram agências de viagem [estrangeiras] e os executivos podiam ligar para marcar hotel, avião, o que quer que fosse, e nós tínhamos que estar disponíveis (...). Podiam ligar até à meia-noite para o telefone [fixo] ou para o meu telemóvel. Fazia atendimento em três línguas.

Neste mesmo período, entre maio e outubro, arranjou um terceiro biscate como vendedora numa loja de roupa.

Fazia nas folgas [dos outros dois empregos]. Folgava aos domingos e às segundas no *call center* principal, à noite, de segunda a sexta, trabalhava [no] outro *call center* e depois, aos sábados à noite, aos domingos o dia inteiro e, às vezes, durante a segunda-feira de manhã ia trabalhar na loja de roupa.

Não tinha contrato, pagavam-lhe “por baixo da mesa (...) 25 euros por dia”. E também “não tinha horário, trabalhava as horas que fossem necessárias”. Salomé vendia muito bem, “era uma vendedora *pro*”. Porém, tudo somado, era muito duro. Em termos de trabalho, foi uma fase muito intensa na sua vida.

Ao domingo trabalhava 12 horas (...). Era muito violento, 12 horas em pé (...), a senhora nem sequer nos deixava sentar, mesmo que não estivesse ninguém [na loja]! Tínhamos de estar sempre a dobrar as camisolas e os casacos (...). Saía de casa todos os dias com

uma lancheira enorme, que tinha o pequeno-almoço, a refeição do meio da manhã, o almoço, o lanche, o jantar e às vezes a ceia, porque eu chegava tarde a casa! Chegava [a casa] e tinha de cozinhar para o dia seguinte. Às vezes, cozinhava aos domingos para a semana toda (...). Nessa altura não tinha tempo realmente para nada.

Em outubro de 2011, deixou o trabalho na loja de roupa. Começou a ressentir-se do esforço acumulado. Neste mesmo mês, acabou por deixar também o *part-time* que mantinha no *call center* ligado às agências de viagem, pouco antes de acabar o contrato de seis meses.

Foram eles que me mandaram embora. Chamaram-me num fim de semana e eu já não tinha um fim de semana de folga há muitos meses! (...) Insultei-os ao telefone e tudo: “Estes malandros chamam-me para vir na minha folga, no meu único fim de semana de descanso, não!” Para mal dos meus pecados aquilo ficou tudo gravado e eles foram ouvir a chamada. Eu não o devia ter feito. Cheguei a ir lá falar com eles, pedir desculpa.

Desde então, e até dezembro de 2013, apenas manteve o seu emprego principal, a tempo inteiro, na multinacional norte-americana de *contact center*. No início estava satisfeita com as condições de trabalho oferecidas, mas com o tempo foi-se desiludindo.

Eram oito horas de tortura absoluta (...). À medida que o tempo foi avançando, eles foram pondo cada vez mais regras e apertando. Houve uma altura que nós tínhamos dez minutos para ir à casa de banho. Eles diziam “São dez minutos para ir à casa de banho ou fumar”. Super rígido! Depois diziam assim: “A tua pausa vai ser a esta hora”. Tudo era cronometrado ali. Não havia progressão. Conseguimos aumentar o nosso ordenado duas vezes, em 25 euros.

Em dezembro de 2013, no pico da crise financeira, conseguiu arranjar outro emprego a tempo inteiro e resolveu sair do anterior.

Arranjei outro trabalho. Não era oficialmente um *call center*, mas [na prática] era. Tratava-se de uma empresa que vendia e fornecia serviços a agências de viagens. Portanto, o meu trabalho era atender telefones e responder a *emails*, não mudou muito (...). O meu salário era de 800 euros.

Embora não constasse do contrato, uma parte desta nova atividade era desenvolvida em regime de teletrabalho.

Era uma semana por mês, além de que podia haver um fim de semana em que fazia teletrabalho o fim de semana todo.

Salomé tinha a expectativa de que este seria um emprego duradouro, mas afinal acabaria por se tratar de algo de curta duração. Apenas trabalhou “durante seis meses (...), até maio de 2014”. Nessa altura disseram-lhe que não iriam renovar o contrato.

Foi na altura da crise e eles começaram a ver o orçamento deles a diminuir. Ficaram com menos clientes. Algumas agências de viagem entraram em insolvência e encerraram. Além disso, achavam que eu não estava 100% dedicada.

Num período difícil, desempregada e sem alternativas, inscreveu-se no centro de emprego. Requereu o subsídio de desemprego, num processo que se tornaria incompreensivelmente moroso. Salomé passou por diversas dificuldades. Foi-se “abaixo”, recorreu a consultas de psicologia e psiquiatria, mas não chegou a ser medicada. Entretanto, fazia uns “biscates” a “substituir alguém”, a “ajudar uma amiga numas feiras, num fim de semana”, enfim, foi “trabalhando”.

Trabalhando e recebendo qualquer coisa para conseguir balançar o orçamento, que era zero. Claro que era sem contrato. Era do tipo “vens, fazes as férias da não sei quantas, eu dou-te um X e pago-te o almoço”. Não era muito dinheiro. Foi assim durante um mês e meio.

Após três meses de espera, em que recorreu ao apoio dos pais e ao trabalho informal para sobreviver, começou finalmente a receber o subsídio.

O valor do subsídio de desemprego não sei se chegava aos 600 euros. Mas rapidamente passou para os 500 e pouco. Porque ao fim de seis meses era aquele corte brutal.³

Procurava emprego ativamente e cumpria escrupulosamente as apresentações quinzenais.⁴ Nessas apresentações, sentia-se uma espécie de “condenada”, mas mostrava “os carimbos” comprovativos da procura ativa de emprego.⁵ Contudo, nunca foi chamada para qualquer entrevista de trabalho que não fosse “miserável”.

Todas as entrevistas eram absolutamente miseráveis. Recebia menos do que o subsídio de desemprego. A única vez que me chamaram a dizer que era mais, pagavam o salário mínimo! Foi uma entrevista de grupo numa [empresa multinacional de trabalho temporário], nunca mais me esqueci. Estávamos umas cinquenta pessoas na sala. A senhora estava a fazer a apresentação, a vender aquilo como se fosse grande coisa. Levantei-me e fui-me embora.

3 Corte decorrente das alterações às regras desta prestação social impostas pela *troika*. Após 180 dias de concessão, o montante diário do subsídio de desemprego tinha uma redução de 10%. O corte foi posteriormente revogado pelo governo da designada “geringonça”.

4 As apresentações quinzenais nos centros de emprego ou juntas de freguesia eram obrigatórias. Esta obrigação, que em nada contribuía para a empregabilidade, foi também revogada pelo governo da designada “geringonça”.

5 Os “carimbos” serviam para comprovar que os desempregados iam a entrevistas de emprego, ou seja, que procuravam ativamente emprego.

Salomé não atingiu o ano de concessão do subsídio de desemprego a que tinha direito. Antes disso reentrou no mercado de trabalho, no setor financeiro. Este novo emprego conseguiu-o “através de um amigo”, e não por via das ofertas publicitadas pelos centros de emprego.

Os centros de emprego naquela altura estavam tão lotados, tão lotados, tão lotados (...). O centro de emprego onde eu ia nem sequer é perto de minha casa. Era numa zona que o meu passe não cobria, portanto, ainda tinha de pagar bilhete para lá chegar! As senhoras [funcionárias] não tinham tempo para nada! Elas já só queriam que as pessoas não gritassem ou não chorassem muito (...). Deve ser uma depressão também para [elas]! Foram sempre muito simpáticas, muito cordiais, muito prestáveis, dentro daquilo que podiam fazer. Mas notava-se que não sabiam muito.

De técnica de instrumentos financeiros a funcionária de uma organização política

No início de 2015, Salomé começou a trabalhar num banco.

Comecei em 12 janeiro de 2015 [num banco], como *account manager* que é um nome pomposo para dizer que eu atendia telefones e respondia a *emails* (...).⁶ Sou técnica de instrumentos financeiros.

Aquando da primeira entrevista em 25 de setembro de 2019, exercia esta atividade há quase cinco anos, de segunda a sexta-feira, entre as 9 e as 17 horas. Era *account manager* já com alguma experiência, realizando atendimento telefónico de clientes externos (*outbound*) e respondendo a *emails* da bolsa. Mesmo nesta atividade, os telefones continuaram a marcar a sua

6 Trata-se, no fundo, de atendimento personalizado. A função de Salomé era a de fazer a ponte entre o cliente e o banco, ser o primeiro ponto de contacto, dando suporte diário e respondendo aos clientes nas suas necessidades e pedidos, bem como estabelecer com eles um relacionamento de proximidade.

vida profissional. A diferença é que passou a ter uma carteira fixa de clientes e por isso “[fala] sempre com as mesmas pessoas, o que traz algumas vantagens. Cria-se uma relação de trabalho”. Inicialmente, o seu salário era de 950 euros; mas passados quatro anos e nove meses o mesmo subiu para 1100 euros mensais. Neste intervalo de tempo, realizou formações internas, “mais de 100, quase todas *online*”. Progrediu e chegou a “analista de negócios”, uma função que envolvia apenas a articulação com clientes internos do banco. Em 2018, cumulativamente, começou a realizar, de forma pontual e informal, “serviços de *catering* e de bar” em jogos de futebol.

Em 25 de março de 2020, já durante a pandemia, voltámos a contactá-la. Salomé tinha mudado de emprego em janeiro de 2020. Era “funcionária administrativa” de uma organização política, com o qual já colaborava regular e ativamente desde o tempo da *troika*, mais precisamente desde 2011. Do seu *curriculum* consta a colaboração com vários movimentos sociais, num registo assinalável de participação cívica e associativa que vem de trás, desde o tempo do ensino secundário. Já no mundo do trabalho, integrou a comissão de trabalhadores do banco. Na organização política é “trabalhadora independente”. Cumpre oito horas diárias, auferindo 1.400 euros mensais, em regime flexível. As suas funções consistem, essencialmente, em tarefas administrativas e organização de eventos. Até ao eclodir da pandemia, deslocava-se diariamente para o seu posto de trabalho, sempre de transporte público. Depois disso, por precaução, foi colocada em teletrabalho, situação na qual se encontrava quando a contactámos em 25 de março de 2020 e, mais tarde, em 22 de abril de 2020.

Rendimento

O seu salário como técnica de instrumentos financeiros no banco era de 1.100 euros brutos, aos quais se somavam os rendimentos auferidos pelos serviços *catering* e bar prestados

pontualmente em jogos de futebol (não quantificados). Os rendimentos de Salomé serviam, “no limite”, para cobrir os gastos mensais, incluindo a prestação mensal ao banco pelo empréstimo que contraiu para comprar o apartamento. Este serviço de dívida, que faz questão de cumprir, ocupa uma parte significativa do seu rendimento disponível, dificultando outras despesas.

Salomé classificava a sua situação financeira antes da crise pandémica como má, assumindo nisso algumas responsabilidades, numa espécie de *mea culpa* parcial. Salomé perceciona-se como trabalhadora precária, contudo não se considera pobre.

Não me considero pobre, nem posso fazê-lo em boa consciência, porque eu sei que há pessoas que recebem muito menos que eu (...). Uma pessoa que recebe o salário mínimo, que vive com outra pessoa, as despesas não são muito diferentes. Não sei como consegue.

A vida quotidiana e relacional

Salomé reside sozinha com o seu cão. Quando trabalhava no banco, levantava-se às 6 horas, tomava o pequeno-almoço em casa, tratava do cão e saía para o trabalho. Apanhava um autocarro que a levava até à entrada do metro e caminhava durante dez minutos até chegar ao banco. Almoçava no banco e ao final do dia regressava a casa, fazendo o mesmo percurso moroso. Deitava-se quase sempre à mesma hora, por volta da meia-noite. No entanto, devido às insónias, não conseguia adormecer rapidamente. O pouco tempo livre era passado com os seus amigos e as férias, normalmente, com familiares, na aldeia dos avós paternos na Beira Alta. Desde jovem que desenvolve atividades de voluntariado, sobretudo com toxicodependentes e sem-abrigo, enquadrada numa instituição particular de solidariedade social. Além de participar ativamente em movimentos associativos, é sindicalizada e integra uma associação de combate à precariedade.

Assim que se falou em chamar a *troika*, eu disse “Não, agora é que eu me vou meter na política. Não quero cá *troika* nenhuma, não quero cá FMI nenhum”. E entrei para a [organização política]. Passados dois ou três meses, estava [envolvida] nos problemas da habitação, a fazer sessões de esclarecimento pelo país, e também num grupo de trabalho de transportes. Eu metia-me em todas! Depois foi na área do trabalho. Deixa-me ver se existe aqui algum movimento que faça ativismo...

Impactos decorrentes da pandemia

Em 25 de março de 2020, contactámos Salomé, a fim de acompanhar o seu percurso durante a crise pandémica. Encontrava-se em regime de teletrabalho. Em 22 de abril de 2020, voltámos a falar com ela através de meios virtuais, aplicando o miniguiaão de acompanhamento (*follow-up*).

Atividade profissional: a transição para o teletrabalho

A rápida evolução da covid-19 implicou uma maior atenção no seu local de trabalho relativamente às condições sanitárias. Além da higienização do espaço e do equipamento, essencial para proteção de todos, os trabalhadores foram colocados em regime de teletrabalho. Foi o que aconteceu com Salomé, ainda antes da declaração do estado de emergência, em 18 de março de 2020, que não estranhou a mudança, até porque, além de compreender toda a situação vivida, gosta e defende este regime de trabalho. Considera que é necessário repensá-lo, enquadrá-lo mais amplamente e regulamentá-lo, nunca o tornando obrigatório. Todavia, apesar do benefício da autogestão do tempo, reconhece que o mesmo poderá implicar um aumento do número de horas trabalhadas.

No rendimento

O salário de 1.400 euros brutos é o seu único rendimento, permitindo assegurar, com dificuldade, o pagamento das despesas correntes, bem como a amortização do empréstimo contraído. Os seus gastos mensais permaneceram essencialmente os mesmos. Por outro lado, conta com o apoio da família.

Sempre tive esse apoio. Mais moral. Eu tenho uma família muito grande. [Apoio] material menos, porque a minha mãe também está muito enrascada, coitada! Mas sempre tive o apoio de que precisava. A instituições particulares, ligadas à igreja, ou outras, isso nunca recorri.

Há pouco tempo, a mãe vendeu a casa dos avós, cujo valor fez questão de repartir entre as filhas, o que, de certa forma, serve de “almofada”.

Na vida quotidiana e relacional

Salomé continua a viver sozinha, tentando manter algumas das rotinas habituais, como o seu horário de trabalho. Por volta das 9 horas, toma sempre o pequeno-almoço em casa antes de começar a trabalhar. Tinha o hábito, que ainda mantém, de confeccionar, de uma só vez, ementas diferentes e em quantidades suficientes para várias refeições.

As refeições faço todas em casa. Cozinho duas ou três refeições intercaladas, para não ter de estar sempre a fazer e para durarem mais tempo (...). Abasteço-me uma vez por mês de quase tudo, exceto frescos. Para mim, sozinha, chega. Mas também tenho mandado vir [refeições], acaba por ser mais prático.

Não tem hora para se deitar e as insónias, que já tinha, agravaram-se, aumentando a dificuldade em adormecer.

Tenho insónias horríveis. Já tinha antes, mas agora é muito mais difícil adormecer. Pioraram bastante, não sei porquê. Por vezes, às 4 ou 5 horas da manhã ainda estou acordada. Quer durma mais ou menos horas, tento sempre ir para a cama e acordar às mesmas horas.

Durante o confinamento, aumentaram os contactos telefónicos e virtuais. A família criou uma nova rotina, uma espécie de reunião familiar virtual diária. No seu bairro, onde existe, sobretudo, comércio de proximidade, foram notórias as quebras no ritmo quotidiano. Houve um decréscimo do movimento e das atividades habituais, excetuando a construção civil. Nos momentos mais críticos, funcionaram algumas redes de proximidade e solidariedade no bairro, sobretudo junto dos mais idosos e dos desempregados. No caso concreto, Salomé ofereceu-se para ajudar as pessoas mais idosas, ajuda essa que já antes praticava.

Preocupações, alternativas e projeção de futuro

Pessimismos e expectativas moderadas

Após o período anterior da Grande Recessão, que atingiu fortemente a Salomé, a sua vida parece agora relativamente estabilizada. A nível pessoal, as suas grandes preocupações estão centradas na família, sobretudo no bem-estar da sua mãe e irmãs. Não pretende casar ou ter filhos. Em termos profissionais, sente-se bem, apesar dos constrangimentos inerentes ao período excecional vivido. No geral, a sua opinião acerca do mercado de trabalho português é bastante negativa, pois o problema da precariedade é uma das suas preocupações principais, assim como a questão dos salários baixos, as más condições laborais e o desemprego. Chegou a ponderar emigrar para a Bélgica, mas perante uma proposta concreta de trabalho no Reino Unido, a

possibilidade acabou por não se concretizar. Ainda no campo profissional, Salomé valoriza bastante as contribuições para a Segurança Social, que considera fundamentais, quer por parte das empresas, quer dos trabalhadores. Nas várias atividades principais que já teve ao longo de 14 anos de trabalho sempre contribuiu.

[As contribuições sociais] são o garante que nós temos de que a sociedade funciona, de que o Estado Social se mantém! De que as pessoas um dia vão ter uma reforma, por muito baixa que seja. São esse garante e esse laço de solidariedade. Às vezes vou [aos serviços da Segurança Social] para fazer o *check*, ver se estão a descontar, se tenho lá as coisas todas, mas não sou muito picuinhas para ir fazer as contas. Até agora nunca tive problemas.

Pensa vir a receber uma “reforma baixa”, embora esse dia esteja ainda longe, cada vez mais longe, “se continuarem a aumentar a idade [legal de reforma]”.

Perceção do tempo (passado, presente e futuro)

A condição presente de Salomé, quando comparada com a sua condição passada, é classificada como “estabilizada” e “melhor”. Nesta comparação, reporta-se sobretudo à altura em que trabalhava nos *call centers*, no contexto da crise financeira anterior. No futuro mais próximo, espera “o regresso rápido a uma normalidade, porque [andar de] máscara não é normal, é uma novidade que traz diferenças [na forma] como nos relacionamos”. A interpretação que faz deste momento e do que se seguirá a curto e médio prazo é atravessada pelo pessimismo. A longo prazo pensa montar um negócio próprio, um parque de campismo e caravanismo na aldeia dos avós paternos, na Beira Alta.

Daqui a dez anos eu vou estar com o meu negócio montado lá em cima, no campo. Quero abrir um parque de autocaravanas e de

campismo naquela zona. Ali não há nada perto. Já tenho os terrenos dos meus avós. Tenho de tratar das licenças e tenho de estudar melhor como é que vou montar o negócio. Ali perto, só há na Serra da Estrela, que [fica] a uma hora de viagem, uma hora e tal. Acho que aquela zona tem potencial para se fazer muita coisa. A aldeia está muito envelhecida. A maior parte das pessoas mora no lar. É um pouco triste.

Atualmente, continua “ativa e ativista”, a participar nas lutas, “nas manifestações” que considera justas, particularmente naquelas ligadas aos “precários” e a outros desequilíbrios persistentes no mundo do trabalho.

Síntese

Salomé é uma jovem adulta com muita consciência política e cultura cívica. A ética do trabalho e a dignidade de viver dele, sem depender de ninguém, encontram-se presentes na sua vida. Começou a trabalhar bastante jovem, num cenário que não lhe permitia conciliar os estudos académicos com o trabalho. Talvez se arrependa por não ter continuado a estudar, mas não está colocado de parte o regresso à universidade. Enquanto estudante, a forte participação social em movimentos associativos sempre foi um traço que a caracterizou. Ao entrar no mercado de trabalho, esse traço distintivo acentuou-se, focando a sua ação nas causas e lutas laborais. Além de ativista, assume-se, sem qualquer contrassenso, como pessimista. Viveu momentos difíceis durante a Grande Recessão, mas, ao longo do tempo, foi ganhando estabilidade profissional. Até ao momento, a crise pandémica não está a ter um efeito tão adverso como sucedeu aquando da crise anterior, altura em que a precariedade e o desemprego atingiram a sua trajetória em pleno.

Capítulo 9

Patrícia | 44 anos | Advogada

“Sinto que a vida passa muito rápido e que não consigo viver, porque eu estou sempre à procura de mecanismos para sobreviver nesta selva”

Apresentação

Patrícia nasceu há 44 anos no Porto, onde ainda reside num apartamento T3 com os seus dois filhos menores. Com um casamento “atribulado”, encontra-se em processo de divórcio. É a mais velha de dois irmãos. É neta de agricultores que frequentaram a escolaridade básica. A sua mãe, reformada, era professora do ensino primário. O seu pai foi diretor de produção numa empresa, tendo frequentado a escola até ao 4.º ano de escolaridade. Patrícia concluiu um curso técnico de gestão autárquica e, depois disso, também uma licenciatura em Direito e uma pós-graduação em Ciências Médico-Legais. Frequentou ainda um curso de mediação de conflitos com especialização em mediação familiar. Patrícia exerce advocacia e tem escritório próprio. Foi entrevistada via Facebook, em 19 de junho de 2020, durante o confinamento.

Trajectoria escolar e profissional

Patrícia entrou para a escola primária com cinco anos. Como a sua mãe era professora do ensino primário, frequentemente deslocada em serviço, acabou por viver maioritariamente com a

avó. Enquanto estudante do secundário, Patrícia começou a trabalhar durante as férias de verão de 1994, a fim de ocupar o tempo e ganhar alguma experiência e dinheiro. Foi trabalhar numa junta de freguesia como administrativa. Atendia telefonemas, tratava da correspondência e do atendimento ao público, todavia sem contrato de trabalho. Já no ensino superior, começou a trabalhar em *telemarketing* num *call center*, em regime noturno. Era um meio bastante instável e precário, como a mesma referiu.

Nós não estávamos muito tempo porque éramos precários. Entrávamos, saíamos, depois voltávamos a entrar, era para uma empresa, depois era para outra. Era para nunca ganhar vínculos a nada (...). Se atingíssemos os objetivos ganhávamos, se não atingíssemos não ganhávamos (...). Era a recibos verdes. Quando alcançávamos valores, tínhamos que emitir os recibos.

Apesar de trabalhar, os ganhos não eram suficientes para conseguir pagar os estudos numa universidade privada, daí que tivesse ajuda monetária parental. Concluiu o curso em janeiro de 2002 e, a partir de abril de 2004, iniciou o seu percurso como advogada por conta própria. Começou por realizar apoio judiciário, que requer bastante trabalho social e voluntário. Entretanto, casou-se e teve dois filhos. Em 2010, esteve durante um ano a fazer um estágio profissional na função pública. No final tentou concorrer ao lugar, todavia sem sucesso. Desde então decidiu-se pelo exercício da advocacia, com o apoio do marido. Especializada na área de família e menores, Patrícia abriu um escritório na sua própria residência.

Voltei para a minha área. É assim, a advocacia, apesar de todas as dificuldades, na altura era perfeitamente plausível. Eu na altura já [tinha] um filho, depois tive o segundo, porque eu era casada, ou seja, eu tinha um suporte familiar. Esse suporte familiar era o que me permitia persistir na área, mesmo quando não corria muito bem.

Um percurso de luta pela dignidade laboral

Patrícia referiu que a advocacia, apesar de se tratar de uma profissão liberal, é, no geral, bastante incerta e mal remunerada. Além disso, o trabalho social que também envolve não é devidamente reconhecido a nível monetário, nem como algo meritório para o percurso de um advogado.

É um percurso muito árduo, muito complexo. É preciso gostar muito daquilo que se faz, é preciso ter muita capacidade, muita resiliência. O ordenado, é assim, eu vou dizer-lhe: uma vez respondi a um anúncio, vi e respondi, e fiquei chocada. Eu já não me lembro qual era a sociedade, mas sei que respondi e o que me propunham era trabalhar pelo ordenado mínimo, doze horas por dia, ou seja, a fazer recursos, a fazer peças, a fazer tudo, doze horas por dia pelo ordenado mínimo (...). Nem todos podem ter a hipótese que outros colegas têm, os chamados tubarões da praça, não é?

Patrícia é beneficiária da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS). Para poder exercer, além de inscrita na Ordem, tem de pagar um valor mensal de 251 euros, independentemente da situação profissional e dos rendimentos auferidos. No entanto, tal não lhe confere direitos como baixa médica ou licença parental. Em 2018, Patrícia foi diagnosticada com um tumor abdominal e não teve acesso a qualquer apoio.

Com esse tumor abdominal agressivo, tive de ser submetida a uma cirurgia de alto risco. Tive de pedir ao meu pai para vir para minha casa ajudar-me porque eu tinha dois filhos menores, eu não pude trabalhar. Não tive direito a baixa médica. E quando entrei em contacto com a Caixa de Previdência para explicar a situação, o que eu ouvi foi: só tem uma hipótese, suspende a atividade. Deixa de ser advogada. Caso contrário, tem de pagar.

Em processo de divórcio, Patrícia teve de recorrer ao apoio financeiro do seu pai.

Eu tive essa situação de doença, a seguir separei-me, estou sozinha com dois miúdos, não tenho apoio nenhum de ninguém, zero. Inclusive tenho o pai dos meus filhos que também não paga pensão de alimentos.

Todas as dificuldades que tem atravessado na vida, incluindo a questão da instabilidade profissional, conduzem-na a estados de sofrimento recorrentes.

Eu não digo depressão. Há alturas em que me sinto muito em baixo. Não tenho forças. Mas eu tento combater isso. Porque, o que é que eu penso? Eu estou sozinha, tenho dois filhos, ok. E ninguém me vem socorrer. Portanto, eu não tenho tempo para estar doente, não tenho tempo para ir abaixo.

Revoltada com todas estas situações, organizou, em 2019, com outros colegas um movimento de protesto contra a CPAS. Patrícia lidera este movimento cívico de profissionais judiciais na luta pela integração do sistema de proteção social destes profissionais na Segurança Social. É muito crítica relativamente à Ordem que, segundo ela, não representa suficientemente os advogados.

Nós não temos ninguém, temos de ser nós próprios (...). O movimento é um movimento que não tem um nome. Nós somos o grupo, eu lidero o grupo que endereçou à Assembleia da República duas petições. Uma é a petição a pedir a integração da Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados na Segurança Social. A segunda foi lançada [durante a pandemia], cujo escopo é exatamente o primeiro, apenas indo um bocadinho mais além por causa da própria pandemia. É a petição a pedir a nacionalização por integração da Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados e Solicitadores na Segurança Social.

O exercício de uma profissão liberal, altamente qualificada e de elevado estatuto, como é o caso, não corresponde necessariamente à expectativa de rendimentos relativamente elevados e de proteção social. Ao contrário, por vezes, esse estatuto por si só não garante estabilidade, autonomia financeira, nem proteção social. E, no entanto, tende a persistir a ideia de que ser advogado é uma profissão elitista e bem remunerada.

É considerada elitista, mas não somos elitistas (...). As pessoas olham para mim e acham, eu noto isso, que a minha vida é fantástica, que ganho montes de dinheiro, que a minha vida é um espetáculo! [Talvez] pela forma como eu me apresento (...). Mas nós não temos oito horas de consultas, nós não temos divórcios todos os dias (...). É aquele sentimento agridoce de que a gente, às vezes, dedica-se de corpo e alma, perde tempo, horas, abdica, luta, ouve, atende, faz, e, se calhar, não cobra metade daquilo que faz. E muitas vezes o agradecimento é zero!

Patrícia revelou que a sua experiência com algumas instituições não tem sido positiva. Por exemplo, com o centro de emprego da sua área de residência que, em termos de apoio e encaminhamento, não soube tratar a sua situação da forma mais adequada. Segundo ela, os desempregados são tratados da mesma forma, sem acompanhamento próximo e personalizado no processo de procura de emprego. Além disso, quando se encontrou desempregada nunca recebeu qualquer apoio social.

Há uns anos inscrevi-me no IIEFP e um dia fui chamada. Recebi uma missiva, quase intimidatória, que se não viesse acontecia isto, aquilo e aqueloutro. E a senhora do início ao fim falou-me em formação para os que tinham o 2.º ano [de escolaridade], em formação para os que tinham o 9.º, em formação para os que tinham o 12.º. Eu tenho pós-graduação e licenciatura. O que é que tem para mim? Ela olhou para mim e disse “para si não tenho nada!”. Então eu perguntei “o que é que eu estou aqui a fazer?”. Por que seria no

mínimo decente, aceitável, razoável, credível, que quando nos convocam fossem ver quais são as habilitações que nós temos.

Patrícia gosta de estudar e deseja continuar, mas é praticamente impossível devido a muitos entraves, sobretudo financeiros. No entanto, a sua atividade requer formação contínua.

Para exercer na minha área é preciso muito *refresh* a nível de formação. Isso é tudo por nós, ok? Agora, nos últimos tempos fazem uns *workshops* e tal. Há uns tempos também queriam impor formação obrigatoriamente paga, e nós aí opusemo-nos... não, porque nós já pagamos muito. Tem de haver muito *refresh* a nível de conhecimento, tem de haver maturidade. Isso é fundamental para a área. Eu adoro estudar, mas não tenho dinheiro, portanto, não posso. Porque, como sabe, se nós quisermos ir estudar é tudo aos milhares. Portanto, não posso. E com filhos, sozinha, é impossível! E, infelizmente, o Estado também não tem nada para nós.

Patrícia já tentou procurar alternativas de emprego, mas apenas na sua área profissional e sem qualquer sucesso. O seu ponto de vista em relação às políticas de emprego e de proteção é bastante negativo. O mesmo sucede relativamente aos serviços, que considera sem capacidade de resposta para os problemas dos trabalhadores, amplamente desprotegidos.

Em relação a procurar noutras áreas, eu já tentei, em tempos. Deparei-me com duas situações simples: uma é que na minha área é difícil, não há. Nas outras áreas, uma pessoa pensa que tem os filhos para criar, portanto, se tiveres que trabalhar noutra coisa, trabalhas, que o trabalho a mim não me mete medo. O que mete medo é não trabalhar. Ou não dizemos o currículo todo e omitimos, e quando inserem o nosso número de contribuinte aparece aquilo que somos. E somos encostados. Com a agravante de que omitimos coisas. Portanto, nós estamos presos. E depois o fator idade agrava. A idade vai passando.

Vida quotidiana e relacional

No dia a dia, costuma levantar-se às seis horas da manhã, toma um café em casa “só para acordar”. Depois acorda os filhos, prepara o pequeno-almoço e leva-os de carro à escola. De seguida regressa a casa, ao seu escritório. Durante a manhã responde a *emails*, trata de outras coisas de trabalho e arruma a casa. Patrícia assume sozinha todas as tarefas domésticas, como cozinhar, limpar, lavar ou passar a ferro, o que é “algo muito complicado”. Por vezes, sai quando tem de ir ao tribunal. Habitualmente, almoça em casa e os filhos na escola. Durante a tarde, trabalha nos processos até ir buscar os filhos à escola. Ao final da tarde leva o mais velho ao treino, volta e prepara o jantar. Depois de jantar, passam algum tempo juntos, antes de os “deitar”. No dia seguinte, a rotina repete-se. Tem pouco tempo livre devido a todas as tarefas que acumula, particularmente o cuidado com os seus filhos, o que a leva a desabafar: “por vezes, esqueço-me que sou uma pessoa”. Ainda assim, gosta de ler um bom livro e de ir à praia. Patrícia deita-se normalmente por volta da meia-noite, mas quando necessita de resolver algum assunto pendente chega a deitar-se às quatro ou cinco da manhã, para se levantar às seis.

A sua vida começou a piorar desde a crise da *troika* e nunca mais voltou a ser aquilo que era.

Nessa altura, sem contar, engravidei. Tive o meu segundo filho, o que é logo uma despesa acrescida, como deve imaginar, não é? Depois, com a *troika* a descida do poder de compra, com aquilo tudo, começou-se a notar. Entretanto o meu marido, passado uns tempos, ficou desempregado e, portanto, começou a apertar, não é? Como o meu rendimento não é estável, a partir daí começou a haver também problemas pessoais. A partir daí tudo descambou.

Já pensou em emigrar, mas não podia “deixar os filhos para trás”, o que a levou a adiar esses planos.

Uma das coisas que me fez desistir de ir foi não poder levar os meus filhos. E não era trabalho na minha área. Era para tomar conta de pessoas idosas no estrangeiro, geriatria. No futuro, com outras condições, se conseguir arranjar emprego fora, não penso duas vezes. Não penso mesmo.

Patrícia não é filiada em qualquer partido, mas é ativista e acredita na mudança social.

[Não tenho] nenhuma filiação política, só mesmo dentro dos movimentos organizados por mim própria. Anteriormente atuei também noutros movimentos, mas foi noutra situação, foi a instaurar ações administrativas contra a Caixa de Previdência, como advogada e pelos colegas. Greves nunca, porque não há propriamente no nosso setor. Nunca houve uma greve, senão participaria. Manifestações, tenho ido a quase todas.

Patrícia não possui grandes expectativas quanto à sua reforma, mas revela-se uma grande defensora do sistema público de Segurança Social. Tanto assim é que, como vimos, luta pela integração da CPAS neste sistema. Considera muito importante as contribuições sociais para que os trabalhadores possam ter apoios de qualidade quando necessitam.

É assim, eu considero que os descontos são importantes se nós tivermos contrapartidas e certezas (...). Quando eu me considero a primeira defensora da Segurança Social face ao sistema que nós temos [CPAS], já dá para ver mais ou menos o nível do sistema que nós temos, não é? É que o que eu costumo dizer: mal por mal, ali as pessoas têm algum *feedback*. E nós aqui não temos.

Rendimento

Os seus rendimentos de trabalho são muito variáveis e o abono de família que recebe pelos dois filhos é baixo (60 euros). Não

tem outros rendimentos. Quando se encontra numa situação mais difícil, recorre à ajuda do seu pai, tal como aconteceu quando foi operada.

Podem ser 500 euros, podem ser 800 euros, podem ser 1.000, outras vezes é zero (...). Tenta-se juntar sempre alguma coisa, não é? Tenho alguma coisa, mas pouca, que, pronto, estou a usar, mas se se tira e não se põe, não é fácil. Na pandemia estive algum tempo com o meu pai, isto quer dizer que eu não tinha de gastar dinheiro em comida, também não gastei luz e água em minha casa, portanto as despesas desceram, também ajudou, não é? E, portanto, é com muita gestão, muita! E às vezes deixa-se uma conta para trás, e não se paga este mês paga-se para o próximo, e depois no próximo faz-se a jogada ao contrário, não é?

Para adquirir a casa onde reside contraiu um empréstimo bancário, que está a pagar com dificuldade. Patrícia sente-se uma profissional precária e percebe a sua vida como uma corrida contra o tempo, sempre em busca de lógicas de sobrevivência.

Precária, sim. Porquê? Porque não nos dá estabilidade, não me dá segurança, não me deixa viver, domina todos os momentos da minha vida. Não me dá esperança de futuro a nível de estabilidade. Aquele percurso que qualquer trabalhador tem, que sabe que trabalha x anos, mas depois tem uma reforma, muito ou pouca tem, nós não temos isso. O pouco que nós conseguimos ganhar, mais de metade vai para impostos (...). Eu primeiro tenho de pagar ao Estado, e depois vem o resto. (...) Sinto que eu tenho 44 anos e que a vida passa muito rápido, e que eu não consigo viver. Porque eu estou sempre à procura de mecanismos para sobreviver nesta selva. Sempre, para não falhar. Sempre preocupada com contas para pagar, preocupada com isto que tenho para fazer, preocupada em ajudar (...). Portanto, nós vivemos numa corrida contra o tempo tão grande, que quando nós damos conta já temos 43, 44, 50, 60 anos. Vamos a ver e eu não vivi.

Impactos decorrentes da pandemia

Na vida quotidiana e relacional

Com a covid-19, o dia-a-dia desta família monoparental alterou-se radicalmente. Em casa, Patrícia teve de se repartir entre o seu teletrabalho e o acompanhamento dos filhos na teleescola. As saídas eram rápidas, apenas para realizar as compras.

Alterou drasticamente com os miúdos em casa. Passei a acordar às oito horas, mas depois são momentos muito complicados com as aulas. Os dois [filhos] estão em anos diferentes, depois a sobreposição de horários, depois os professores mandavam muitos *mails*, com muitos trabalhos, um absurdo, um absurdo!

Esta profunda alteração acarretou situações de sofrimento que não a deixavam dormir.

Muitas insónias. Passei muitas noites em branco, sem dormir. Sem conseguir dormir.

Na atividade profissional

Durante o período de confinamento, os tribunais e os serviços públicos encerraram as suas delegações físicas, o que implicou um menor volume de trabalho.

Mal ou bem eu ia trabalhando, ia dando, e agora não. Uma pessoa depara-se com uma situação destas, estes meses parada, não é? Com a pandemia muita gente ficou desempregada, muita gente ficou sem rendimentos. A procura dos nossos serviços diminuiu substancialmente. Portanto, nós temos os processos parados, mesmo os do apoio judiciário estão parados (...).

No rendimento

Tendo em conta que a sua atividade é realizada, sobretudo, através de regime presencial, durante a pandemia o nível de trabalho reduziu-se bastante, assim como os seus rendimentos. Patrícia considera que a sua situação financeira se encontra “a caminhar para muito má”. Se a sua situação financeira já antes era difícil, com o eclodir da pandemia tornou-se ainda mais complicada. Os pagamentos dos clientes (privados e do próprio Estado) tornaram-se mais dificultados ou nem sequer eram efetivados. Patrícia percebe-se não apenas como precária, mas também como pobre. Todavia, não solicitou qualquer apoio institucional.

Considero-me precária e também pobre. A minha situação financeira está a caminhar para muito má. Na pandemia tive zero rendimentos. Antes eram 500, 800, 1.000 euros, também podia ser zero. Recorre-se a algumas economias, poucas, e depois é preciso muita ginástica. Estive também em casa do meu pai, como lhe disse, e foram menos despesas (...). A única coisa que a Ordem [dos Advogados] fez foi diferir o pagamento da quota. Mas para o ano tenho de pagar.

Enfrentamento da crise

Devido aos confinamentos, a situação laboral e financeira de Patrícia, e de muitos outros colegas, agravou-se. O “congelamento” da atividade profissional fez piorar os rendimentos e emergiram situações de pobreza, numa profissão de elevado estrato social.

Há colegas em situações terríveis (...) ao ponto de não conseguirem comer. Foram agravadas pela covid. Uma colega [foi] ao mealhinho da filha, teve de ir às compras e teve de controlar para que não passasse os 100 euros. Eu sou uma mãe sozinha. E aquilo

mexeu muito comigo. Lancei um movimento logo naquele dia, fiz uma comunicação aos colegas nos grupos profissionais [nas redes sociais] que administro e disse: “Meus senhores, temos colegas a passar fome, nós somos advogados, nós somos agentes de execução, nós somos solicitadores, ninguém nos ajuda, mas nós não vamos deixar os nossos pares ficar mal.” Eu fiquei agradavelmente surpreendida, porque houve uma adesão tão grande! E começaram a chegar os pedidos de ajuda, porque eu garanti sempre que as colegas que precisassem, nunca diria quem eram. Só eu é que saberia. Mas também disse a esses colegas: “Eu estou a ajudar-vos não é porque eu esteja melhor que vocês!”

Preocupações, alternativas e projeção de futuro

Pessimismos e expetativas moderadas

Patrícia referiu que não consegue planear o seu futuro, nem, sobretudo, o futuro dos seus filhos, devido à insegurança e intermitência laboral e a uma certa elitização no exercício da advocacia, negligenciando-se a precariedade que prolifera. A sua principal prioridade reside nos filhos.

O plano que eu tinha era um plano muito básico. Era poder fazer os meus filhos, criar os meus filhos, sozinha, sem andar sempre à rasca. Porque para poder pagar isto e aquilo é preciso ter alguma estabilidade profissional, não é? Poder criar os meus filhos com calma, poderem ir para a universidade com calma, e eu poder ter uma vida minimamente tranquila. Não é uma vida cheia de coisas e faustosa, não é nada disso! Queria não sentir aquele peso que é estar no sistema e ter de pagar por isto, por aquilo e aqueloutro. Sempre a retirar à casa para dar ao Estado! As minhas prioridades e preocupações atuais são conseguir trabalhar o mínimo possível que me garanta que eu consigo cumprir as minhas obrigações, que eu consigo manter a minha casa, que eu consigo alimentar os

meus filhos, e que eu consigo não cair. Ou seja, o mínimo para pagar despesas. Não é para viver, é para sobreviver. Neste momento tudo o que é plano a longo prazo é uma coisa que deixou de existir. O plano é o dia-a-dia.

Patrícia já tentou procurar outra profissão, mas é quase impossível mudar de área, porque “recusam” o seu currículo, dizendo-lhe: “Tem currículo a mais”.

Síntese

Patrícia revelou as dificuldades financeiras e de vida, agravadas pela pandemia e pelo divórcio. Exerce uma profissão frequentemente elitizada que, de forma genérica, se confunde, por vezes, com elevados rendimentos e um estilo de vida livre de preocupações financeiras. Mas isso, como foi possível verificar neste caso, nem sempre corresponde à realidade.

Nós somos trabalhadores independentes. Na advocacia, somos, na maior parte, trabalhadores em prática isolada. Trabalha cada um por si, somos o nosso próprio patrão (...). Infelizmente, há muito aquela ideia de que o advogado officioso é o coitado. Ou seja, é aquela pessoa que está ali, coitado. Não é. Nem todos podem ter a hipótese que outros colegas têm, os chamados tubarões da praça, não é? São sempre os mesmos, quando a gente vê os processos. Nem todos têm essa capacidade. Mas o que eu tento explicar às pessoas é que não são esses que fazem o sistema de justiça funcionar, ainda que ele funcione mal.

A partir da sua própria experiência, Patrícia olha para o mundo do trabalho como algo que gera sofrimento. O trabalho é imposto pela sociedade como “o núcleo do nosso *self*”, mas as condições em que é exercido produz “cada vez mais precariedade e alienação”.

O trabalho domina-nos. O trabalho tolda-nos, tira-nos o crescimento dos filhos, a possibilidade de ser feliz, a possibilidade de termos os nossos momentos *zen*, de descompressão (...). A vida passa muito rápido, e eu não consigo viver.

Capítulo 10

Ricardo | 49 anos | Ator e encenador

“Se eu tivesse estabilidade laboral, teria feito muitos planos! Não estaria na situação que estou hoje”

Apresentação

Ricardo nasceu em Moçambique há 49 anos. Viajou para Portugal ainda criança, mais precisamente para a zona do Porto, onde reside num T2 arrendado com a companheira, arquiteta de profissão. Tem carro próprio, mas costuma deslocar-se de bicicleta para o trabalho. Tem uma filha, já universitária, fruto de uma relação anterior, mas que não vive consigo. É o mais velho de três irmãos. A sua mãe, reformada, foi bancária; o seu pai, já falecido, foi administrativo, mas teve várias outras atividades. Profissionalmente, Ricardo trabalha no setor das artes e espetáculos. As suas atividades são multifacetadas: é ator, encenador, dramaturgo, produtor, professor, mas sempre com vínculos precários, ou seja, a “recibos verdes”.

Aliás, eu faço outras atividades, também às vezes dou aulas. Olhe, eu costumo dizer que sou mais biscateiro. (...) Nas encenações que fiz, ganhei à bilheteira. Fui fazendo produções para não estar parado. Não me apetece estar parado, portanto, avancei, arriscando a ganhar pouco, mas não interessa. Fui produzindo para não parar, de trabalho para trabalho. Ao fim destes anos todos também há uma questão que é a reputação de mercado que se consegue. E depois há uma série de gente que gosta de trabalhar

connosco, e que nos vai chamando, não é? (...) Eu nunca estive inscrito no Centro de Emprego. Acabo por receber convites, ou então acabo por circular um pouco por aí. Quando estou a precisar de trabalho, ou à procura de trabalho, acaba por aparecer alguma coisa.

Ricardo foi entrevistado por telefone, em 17 de março de 2020, aquando do contexto da pandemia.

Trajectoria escolar e profissional

Frequentou o ensino primário e secundário na zona do Porto. Quando transitou para o 12.º ano de escolaridade, quis matricular-se numa escola de artes de referência nacional, que oferece formação profissional nas artes do espetáculo. Isso implicou regressar ao 10.º ano, a fim de realizar, durante três anos, o curso profissional de *ballet* e teatro. Depois de concluir este curso, frequentou diversas formações em teatro, incluindo em companhias estrangeiras. Também se tem dedicado à poesia como *diseur* (declamador de poesia) e foi dirigente associativo durante o percurso escolar.

Intermitências laborais nas artes performativas

Começou a trabalhar aos 15 anos de idade, primeiramente numa loja de brinquedos, durante as férias de Natal, e depois nas férias de verão, já com 16 anos, na loja de ferragens do pai. Ambas as situações foram realizadas em regime informal, executando tarefas de atendimento ao balcão. Aos 18 anos trabalhou durante três meses como rececionista num parque de campismo, também sem qualquer contrato, recebendo como pagamento o valor do salário mínimo mais as comissões. Aos 22 anos, entrou numa série de televisão, e foi aí que abriu a sua atividade como trabalhador independente. “Passava recibos, pois

não havia contrato”, situação que se prolongou ao longo da sua vida profissional. Enquanto estudava teatro, dirigiu em simultâneo, durante dois anos, um grupo de teatro universitário. Aos 26 anos foi viver para França. Aí sobreviveu “em grande precariedade”. Foi vendedor de porta a porta durante seis meses e depois ainda trabalhou nas vindimas.

Em 1998, levou a cabo uma encenação que se estendeu por 1999, na qual também participou como ator. Em 2000 trabalhou como produtor e encenador de um outro espetáculo. Tratou-se de “um trabalho mais artístico do que propriamente profissional”, no sentido em que não foi remunerado. Em 2002 decidiu fazer uma pausa na carreira e recomeçar do zero. Foi *barman* num espaço noturno, durante dois meses, também a recibos verdes. Depois, entre 2003 e 2004, ficou a explorar esse espaço em sociedade com mais dois amigos, onde também era programador e relações públicas. Entretanto, entre 2003 e 2006, em simultâneo, dirigiu e encenou um grupo universitário de teatro e foi coprodutor numa outra companhia de teatro. Entre 2005 e 2006, trabalhou como ator em séries televisivas, sempre a recibos verdes. Em 2007 atuou em vários espetáculos de teatro e em musicais. Em 2008, participou como ator numa curta-metragem, e como encenador num musical que esteve em cena algum tempo. No ano seguinte, participou em três espetáculos de teatro como ator e numa série de televisão. Em 2010, desenvolveu um projeto com uma companhia francesa e participou num espetáculo como ator e num *videoclip*. Nessa altura, sofreu um acidente em que partiu a clavícula. Ficou limitado em termos de trabalho, mas não recebeu qualquer apoio social.

Devido ao acidente tive de me desenrascar. Foi com o apoio da família que sobrevivi. Foi um período difícil.

Em 2011, fez uma reposição de uma peça de teatro e, como se encontrava sem trabalho, autoencenou-se e produziu-se num monólogo, durante dois meses e meio. Como ator participou ainda

num outro espetáculo numa companhia de teatro. Em 2012, colaborou com duas companhias de teatro. Em 2013 conseguiu o seu único contrato de trabalho como ator numa companhia francesa. No ano seguinte trabalhou numa companhia de teatro como encenador e em 2015 foi encenador e dramaturgo em quatro espetáculos, participou numa série televisiva como ator e trabalhou ainda com uma companhia italiana. Em 2016, realizou três espetáculos como ator e duas encenações, e no ano seguinte teve uma “fase de ascensão” com nove encenações. Em 2018 realizou dois espetáculos como ator, participou numa série televisiva e fez gravações *off* para uma série de dez CD de poesia. Em 2019 executou duas encenações. Todas estas experiências de trabalho foram precárias, como o próprio frisou.

Estou sempre a falar de recibos verdes. Só tive um contrato, foi aquele com a companhia francesa.

Além de todas estas atividades, durante o verão, também dava aulas de fonética para estrangeiros numa escola de *ballet* e teatro e participava como *diseur* de poesia em cafés e espetáculos de poesia que ele próprio produzia. Esta última atividade era a mais bem remunerada.

Eu quando digo que sou biscateiro, os meus biscates são sobretudo a poesia ou ir fazer uma série à televisão, ou um episódio, ou fazer uma publicidade, ou gravar voz. Tenho sempre feito de tudo dentro da minha área profissional (...). Eu acho que o teatro e a televisão são mal remunerados. O resto não considero que seja mal remunerado.

Segundo Ricardo, no setor das artes e espetáculos a contratação de um ator não se encontra diretamente relacionada com as habilitações literárias, mas com a qualidade do trabalho desempenhado e da persistência.

O currículo, eventualmente, é importante, as habilitações literárias não tanto. A idade pode ser importante, mas mais o currículo e o percurso. A qualidade do trabalho, acho que é o mais importante.

Ricardo considera a sua atividade como precária, sobretudo pela instabilidade que gera, por não existir, por vezes, um contrato, por ser mal paga e por não ter acesso a proteção social em caso de falta de trabalho.

Olhe, primeiro, é uma instabilidade. O trabalho que se tem é muito pontual. E nunca se sabe o que é que se vai ter a seguir, até porque não existe planificação. Por exemplo, eu sou capaz de abrir aqui o computador e é possível que tenha lá um *casting*, nunca sabemos quando é que vai cair.

Vida quotidiana e relacional

Ricardo acorda entre as 8 e as 10 horas da manhã, dependendo dos compromissos do dia e se teve ou não trabalho na noite anterior. Por norma, gosta de acordar relativamente cedo para aproveitar o dia. O pequeno-almoço é, frequentemente, tomado na rua, pois passa mais tempo na rua do que em casa. Variando muito de local de trabalho, desloca-se de carro e, por vezes, a pé ou de bicicleta. Costuma jantar fora duas ou três vezes por semana, e reserva algum tempo de lazer com os amigos e companhia.

Apesar das dificuldades experienciadas ao longo da vida, e de algumas desilusões e injustiças laborais sentidas na pele, Ricardo não pretende mudar de profissão.

Foi como partir para uma aventura. Não me sinto enganado, nem defraudado. Se sabia que isto era assim? Bom, é pior do que eu imaginava quando ainda andava a estudar. Gostava de ter tido outras condições de trabalho, aliás, eu estive muito tempo a trabalhar com uma companhia de teatro, e achava que deveria ter um

contrato de trabalho e que deveria ter direito a subsídio de desemprego, etc. Houve várias injustiças, situações que não me parecem corretas. Isso leva-me a não poder fazer planos e a estar disponível. Se tiver de sair e ir trabalhar para outro lado qualquer, eu vou! Se me aparecer uma proposta de trabalho interessante noutra sítio qualquer, seja em que cidade for, seja em que país for, eu vou! Já não há nada que me prenda aqui. Agora, arriscar à procura de uma vida melhor, não. Apesar da precariedade, eu considero que tenho uma boa vida aqui, porque eu tive muitas oportunidades, aliás, como lhe disse, estive num bar, eu já trabalhei no comércio. Mas aquilo que é a minha remuneração principal e o tempo despendido, esta é a profissão, também foi aquela, aquela em que me profissionalizei, onde ganho mais.

Rendimento

O seu rendimento é bastante variável, mas em média é de cerca de 1.200 euros líquidos mensais, que passam a cerca de 1.600 euros se somarmos o baixo rendimento da companheira. Apesar de relativamente baixos, Ricardo considera estes valores suficientes para pagar os gastos, incluindo a pensão de alimentos da filha que se encontra a estudar na universidade.

Ricardo referiu que nunca descontou para a Segurança Social, justificando com o facto de ter sempre trabalhado a recibos verdes e em tarefas de curta duração.

Impactos decorrentes da pandemia

Na atividade profissional

A chegada da pandemia implicou de imediato que todos os seus projetos como encenador, ator e programador cultural fossem cancelados, assim como a participação em festivais, aulas de fonética e outros espetáculos quer a nível nacional, quer internacional.

A grande concentração de trabalho que tinha era em março e abril [de 2020] e, portanto, cancelou-se tudo. Claro que da Linha Saúde 24 pediram-me para fazer confinamento. E eu disse: “Pois, eu faço confinamento e quem é que me paga?”. Eu sou recibo verde, eu não... Se eu não vou trabalhar, não vou receber! Claro que acabei por fazer o confinamento por opção própria, mas não só opção própria. Contactava os trabalhos que tinha e dizia: “Há esta situação, como é que querem que eu faça?” E depois as pessoas optavam e diziam: “Ah, então é melhor ficares em casa”. Pronto, e eu fiquei em casa. (...) Eu poderia estar numa situação ligeiramente melhor agora na pandemia, mas recusei fazer um trabalho de teatro. (...) Aquilo que trabalhamos é o dinheiro que temos, quando não estamos a trabalhar, não estamos a ganhar.

Ricardo vai sobrevivendo com o apoio extraordinário ao rendimento que o governo implementou para os trabalhadores das artes e espetáculos. A única atividade que vai manterem são as noites de declamação de poesia, realizadas *online*. “É um biscate nesta fase para conseguir sobreviver”.

Os meus piores anos foram efetivamente os anos da *troika* em que tive grandes dificuldades de sobrevivência, sobretudo entre 2011 e 2012. Nunca tive apoio do Estado, exceto agora durante a pandemia. A coisa não está pior porque solicitei e tive sem problemas. Pronto, é uma boa ajuda. (...) Tenho sobrevivido graças ao Apoio Extraordinário à Redução de Atividade. (...) Posso dizer que desde março [de 2020] paguei mais à Segurança Social do que aquilo que recebi, por isso tive de pedir dinheiro emprestado para poder sobreviver. E pronto, felizmente, desde então tenho-me conseguido aguentar. Também tinha algum dinheiro guardado, mas já acabou. Agora preciso rapidamente de voltar ao ativo e faturar para me aguentar.

Na vida quotidiana e relacional

Com o confinamento, o pequeno-almoço passou a ser tomado em casa. Apenas sai esporadicamente para realizar compras nas mercearias próximas e em supermercados. Nunca faz pedidos via plataformas *online*. A prática de exercício também passou a ser efetuada em casa, especialmente exercícios de relaxamento e meditação. Os hábitos alimentares de Ricardo também sofreram alterações: consome muito mais vezes comida processada. Jantar fora com amigos e com a sua companheira também deixou de acontecer. O seu dia-a-dia é, em boa parte, passado em frente ao computador, comunicando com colegas, amigos e família, através do Zoom. Aliás, esta situação permitiu, segundo o próprio, estabelecer uma maior proximidade com a família.

Ricardo refere que a pandemia veio trazer uma certa valorização das contribuições para a Segurança Social no setor das artes e espetáculos, o que não se verificava anteriormente. Nunca requereu, ou sequer pensou requerer, o subsídio de desemprego ou o RSI, simplesmente por não se considerar elegível.

Este subsídio à desproteção social [Apoio a Situações de Desproteção Social de Trabalhadores Independentes], eu começo a perceber-me que todas as pessoas que eu conheço pediram esse subsídio!¹ E houve gente que nem sequer tinha atividade aberta, não descontava nada. Foram abrir atividade, têm estado a descontar, mas alguns ainda não receberam esse apoio. (...) Nunca tive oportunidade de requerer subsídio de desemprego ou outra coisa, isso nunca foi uma possibilidade sequer para mim.

A constante precariedade laboral e o percurso intermitente levam Ricardo a ter baixas perspetivas relativamente ao futuro.

1 Decreto-Lei n.º 20-C/2020, de 7 de maio. Abrangeu pessoas que não se encontravam obrigatoriamente abrangidas por um regime de segurança social, nacional ou estrangeiro, e que declararam o início ou reinício de atividade independente junto da administração fiscal. Tinham direito a um apoio no valor de 50% do IAS (219,41 euros).

Reconhece que a sua trajetória prejudica a possibilidade de vir a receber uma pensão de reforma no futuro. Também por isso colabora com uma associação que se dedica a ajudar pessoas em extrema dificuldade, que solicitaram apoios públicos durante a pandemia.

Devo ter para aí quatro anos, no máximo, de tempo de serviço acumulado. Porque, lá está, estou sempre a abrir e fechar atividade. Portanto, não me parece que venha daí a reforma. É a desgraça total. Aliás, eu faço parte de uma associação em que nós temos estado a lidar com casos muito graves de pedidos de apoio que estão em análise desde março [de 2020] (...). E agora começo a perceber que quem pediu o Apoio Extraordinário ainda não recebeu nada. E já passaram seis meses (...). Fazemos muita pressão social e política.

É filiado num partido político, mas não tem nenhuma participação ativa. Desanimado, pretende desvincular-se. Apenas votou uma vez na vida. Não é sindicalizado, embora tenha afirmado que os sindicatos têm um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em greves nunca participei, porque não há no nosso setor. Nunca houve uma greve, senão participaria. Manifestações, tenho ido a quase todas, mas não estou sindicalizado por um fator que tem a ver com um princípio. Os meus colegas sindicalizados, os meus camaradas, são os meus patrões também. Têm um papel ativo. Eles têm feito um bom trabalho, agora não sei o nível de representação. Na pandemia houve muita gente que se inscreveu no sindicato, portanto acho que cresceram bastante. Confesso que pondero e ainda pondero vir a fazer parte.

O cenário de desespero e falta de proteção social conduz a estados de angústia, ansiedade e sofrimento psicológico que, segundo Ricardo, se expandem à vasta maioria de quem trabalha

no setor das artes e espetáculos. No seu caso específico, ainda antes da pandemia, era acompanhado psicologicamente, mas, por escassez de rendimentos, viu-se forçado a interromper as consultas.

Estava a ter consultas de psicologia, mas tive que parar porque não tenho dinheiro para pagá-las. Era uma coisa que eu queria fazer há muitos anos e estava a fazer antes da pandemia. Quando tinha uma situação financeira um bocadinho melhor, decidi também fazer psicanálise, mas pronto, também tive que parar. Talvez retome no futuro (...). Agora, tenho alguma ansiedade porque sei que chego ao fim do mês e tenho contas para pagar. Este mês acho que vou conseguir pagar as contas todas, mas não sei como é que vou chegar ao final de outubro [de 2020]! Claro que isto pode provocar grandes angústias.

Rendimento

Ricardo ainda “faturou” em março [de 2020], mas depois disso sofreu uma redução abrupta dos seus rendimentos. Por outro lado, afirma que teve um aumento dos gastos, devido ao facto de permanecer em casa em confinamento. Cortou nas despesas e, inclusivamente, reduziu o montante da prestação de alimentos à filha. Para conseguir pagar a renda de março de 2020, teve de pedir “500 euros emprestados ao irmão”.

Deixou de gozar férias no estrangeiro, como costumava, e passou a fazer, sempre que possível, umas escapadinhas “muito baratas, ou seja, em campismo, numa carrinha pequenina que consome muito pouco e permite dormir lá dentro”. Outra alternativa foi passar “alguns dias em casa de familiares, com dormida, alimentação, tudo”. Apesar de tudo isto, Ricardo considera a sua situação financeira como razoável, tendo em conta “aquilo que se está a passar com muita gente”. Não se considera pobre, mas “pobre relativamente às oportunidades”.

Preocupações, alternativas e projeção de futuro

Pessimismos e expectativas moderadas

A situação laboral de insegurança, incerteza e intermitência, encontrar-se “sujeito àquilo que aparece”, conduz a diversas fragilidades. Ricardo não consegue planejar o seu futuro. “É impossível concretizar determinadas ambições na vida”. Começou a viver apenas para o tempo presente, para o tempo imediato, sem pensar muito no futuro em termos de trabalho.

Isto coloca-nos, lá está, numa situação frágil. Por exemplo, eu não tenho nenhum banco. Mesmo que eu quisesse muito comprar uma casa, não tenho qualquer possibilidade de o fazer porque nunca vou conseguir um empréstimo. Nem hoje nem no passado! Portanto, quer dizer, foi logo [algo] que tive de pôr de parte. Estou numa situação de dependência constante de trabalho! Claro que gosto de viver bem, mas ao fim de tantos anos de precariedade já não me afeta tanto passar por períodos de crise, sem dinheiro, porque é o pão nosso de cada dia. Agora, há uma coisa que eu comecei a fazer. Comecei a disciplinar-me. Se decido que vou de férias, vou de férias, e acabou, pronto! Se não, nós começamos a ser escravos.

Ricardo não antevê um futuro promissor para a sociedade portuguesa. Do seu ponto de vista, as condições de vida vão piorar depois da pandemia. Os apoios vão desaparecer ou serão reduzidos. A recuperação no seu setor, e nos setores do turismo e da restauração, vai ser difícil. Todavia, não pensa vir a emigrar e se o fizesse seria para um país do Sul, que tivesse um clima agradável. A sua vida é feita de riscos e de improvisos. Não existem planos de médio ou longo prazo, apenas vive o presente, tentando criar condições para o seu próprio emprego e subsistência.

Quando vejo que tenho períodos de pouca atividade, recorro à minha “iniciativa privada”. Monto um espetáculo, crio, arrisco a bilheteira. Neste momento, essa possibilidade não existe. Não é possível fazer um espetáculo à bilheteira, porque com as limitações das salas, do público, não compensa. Desde há muito tempo que é um dia de cada vez. Estava tudo a correr bem e de repente apareceu uma pandemia, deixou-nos nesta situação, portanto, o melhor é não fazer planos. É um dia de cada vez. Não vale a pena fazer planos. Se eu tivesse estabilidade laboral, teria feito muitos planos! Não estaria na situação em que estou hoje. Provavelmente teria uma casa própria há bastante tempo.

Enfrentamento da crise

Ricardo mencionou que durante a crise da *troika* a sua vida piorou bastante, sobrevivendo através da ajuda de familiares, companhia e amigos. Durante a pandemia, recorreu ao apoio público.

Houve dois anos em que eu não tive trabalho suficiente, foi mesmo muito difícil sobreviver. Recorri a familiares e à minha companheira, e a amigos também. Foi um período muito difícil. Este período da pandemia não está a ser tão difícil graças ao apoio [o Apoio a Situações de Desproteção Social de Trabalhadores Independentes, já acima referido]. Se não tivesse esse apoio, não teria conseguido pagar a renda, não teria conseguido sobreviver. Tive de pedir um empréstimo ao meu irmão para o primeiro mês, como já disse, mas a partir daí não tive necessidade de recorrer a ajuda alimentar (...). Tenho-me conseguido aguentar. Paguei sempre a renda, tudo. Tenho pago a Segurança Social e tenho tentado não deixar nada para o futuro.

Como já foi aflorado, Ricardo integra uma associação que apoia os intermitentes da cultura.

É uma associação cultural e filantrópica. Tem um lado de produção cultural nas diversas áreas das artes do espetáculo, das artes cênicas, e também tem edição literária. Tem um lado social que apoia precisamente intermitentes do espetáculo, os profissionais da cultura. Dá apoio social. Nós estivemos alguns meses a substituir-nos à Segurança Social. Havia vários processos atrasados em análise ou noutras casos pessoas que já tinham apoio da Segurança Social, mas esse Apoio Extraordinário não era suficiente para fazer face às despesas mensais. E trabalhamos também no âmbito do apoio de empoderamento cultural e performativo com cidadãos em situação de sem-abrigo. É uma pequena associação, tem algumas dezenas de associados que pagam as suas quotas e também dão donativos. E também prestamos alguns serviços de programação, nomeadamente a algumas autarquias.

Síntese

Ricardo é um homem de meia-idade que sempre quis perseguir os seus sonhos profissionais, abdicando de estabilidade laboral e regalias. À semelhança dos trabalhadores das plataformas de trabalho digital, os trabalhadores das artes e espetáculos trabalham habitualmente por tarefas e projetos, em geral de curta duração, e apenas são pagos pela prestação desses serviços. Os vínculos contratuais são frágeis ou inexistentes. Além disso, são responsáveis pelos custos inerentes ao seu trabalho, nomeadamente pelas contribuições para a Segurança Social, o que nem sempre cumprem devido aos baixos rendimentos. Quando surge uma situação inesperada, como uma doença, um acidente ou uma crise social, muitos destes trabalhadores encontram-se desprovidos de acesso a proteção no emprego e no desemprego. A precariedade, a incerteza perante o futuro, e inclusivamente a procura constante de trabalho são lutas recorrentes que desgastam e podem conduzir a estados de sofrimento e frustração.

Eu estou tão habituado à precariedade, que acho sempre que isto são altos e baixos. Agora está-se num período mau, mas depois vem um período bom. A seguir à tempestade vem a bonança. Portanto, isto é cíclico. Fiz a opção por uma profissão que tem em si a precariedade. De alguma maneira esta precariedade acaba por estar presente ao longo destes anos, é assim que funciona! Quais vão ser as considerações políticas, como é que vai estar o mundo no futuro? Isso aí é uma incógnita. Para já, temos de ultrapassar isto [pandemia]. Demore mais tempo ou menos tempo, mas acho, acho que sim, que vamos conseguir.

Capítulo 11

Marta | 34 anos | Bióloga

“Apesar de ser uma pessoa com muito potencial, eu não tenho uma carreira, eu não tenho sucesso”

Apresentação

Marta tem 34 anos de idade e é natural da zona oeste de Portugal. Reside no distrito de Leiria, embora já tenha vivido em vários locais de Portugal por questões profissionais. É filha de uma professora do ensino secundário, aposentada, e de um funcionário dos CTT. Tem uma irmã mais velha e os seus pais encontram-se separados. Por vezes, passa temporadas em casa da mãe. Antes da pandemia estava inscrita numa formação financiada de cerâmica criativa, entretanto adiada. Encontra-se desempregada, mas faz parte dos corpos diretivos de uma cooperativa cultural, sediada no distrito onde reside, e exerce pontualmente a profissão de doula.

Foi entrevistada durante a pandemia, em 19 de junho de 2020, via Skype. Posteriormente, foram estabelecidos contactos telefónicos para acompanhar o seu percurso.

Trajectoria escolar e profissional

Marta realizou o seu percurso escolar até ao secundário no concelho onde nasceu. Mais tarde, foi residir para Lisboa, onde se licenciou em biologia. Marta possui um vasto currículo, recheado de formações, além de experiência profissional na área cultural e

artística, assim como em projetos relacionados com a soberania alimentar e dinâmicas comunitárias, onde, aliás, trabalhou como educadora. Frequentou uma pós-graduação em plantas ornamentais e realizou diversas formações no IEFP, ligadas à agricultura biológica e apicultura.

Estimulada pela mãe, membro da junta de freguesia, Marta começou a trabalhar nas férias grandes, com 15 anos de idade, no programa de ocupação de tempos livres do Instituto Português da Juventude (IPJ). Limpava praias e dava apoio num centro social local. Aos 16 anos, também durante as férias de verão, trabalhou numa pizaria, servindo à mesa e ajudando na cozinha. Esta situação repetiu-se nos anos seguintes, sempre em regime informal.

Não tinha um contrato e só sabia das folgas um dia ou dois antes. Eu tinha 16 [anos]. O restaurante era de um casal e tinha cinco empregadas. Geralmente só havia uma pessoa legal. As outras também, como eu, estavam muito dentro da rede de proximidade dos donos. Eram primas que iam trabalhando lá, que estavam disponíveis sempre que fosse necessário. Nestes sítios uma pessoa ou está disponível para trabalhar ou deixa de ser chamada, não é?

Aos 20 anos trabalhou numa pastelaria dos tios, substituindo as empregadas que estavam de férias. Fazia atendimento ao balcão e limpezas, e trabalhou também na apanha de fruta e legumes, sempre sem contrato. Quando terminou a licenciatura, em 2007, fez voluntariado e, em setembro desse ano, realizou uma “espécie de estágio não formal” numa empresa de produtos biológicos, durante três meses, para obter alguma experiência no ramo. Conseguiu este estágio através da família e de indivíduos ligados a alguns movimentos sociais aos quais pertencia. Na empresa conheceu uma pessoa ligada a uma associação ambiental de um município do distrito de Lisboa, na qual viria a trabalhar mais tarde.

Exploração e assédio laboral

Marta referiu que estas experiências laborais a marcaram de forma negativa. A relação pessoal que mantinha com as pessoas para quem trabalhava levaram a que as mesmas legitimassem, de certa forma, a precariedade e a exploração laboral.

Foi uma coisa que me marcou um bocado, tanto nestas experiências como na experiência da pizaria. É a relação pessoal, não é? Era bastante próxima dos meus patrões e isso era muitas vezes utilizado para legitimar algumas situações que no fundo são injustas. [Por exemplo], o primeiro mês na pizaria foi complicado, não teve movimento. Então basicamente a patroa sentou-se comigo e disse: “Olha, nós não faturámos quase nada, para não te despedir vou-te dar 300 euros”.

Marta reportou que as tarefas que exerceu no setor da restauração eram maioritariamente desenvolvidas em regime informal, e maioritariamente exercidas por mulheres, pessoas racializadas e imigrantes. Eram frequentes situações de exploração laboral e outros abusos relacionados com assédio moral, sexual e racismo que ela mesma experienciou.

Servir, preparar comida, limpezas, na restauração em geral é muito comum ser assim! Neste restaurante, por exemplo, havia uma senhora que fazia principalmente copa (...). A senhora era brasileira, negra (...). Ali éramos todas mulheres. Também há esta questão de género, não é? Em termos de restauração entram os *chefs* para a cozinha, naturalmente quem faz o trabalho de auxiliar ou de limpeza costumam, continuam a ser mulheres (...). E, pronto, comigo, uma das vezes, foi diretamente com o patrão. Foi um episódio bastante pontual, e que, basicamente, pelo menos consegui meter um limite. Às vezes era um bocadinho difícil de perceber se era uma situação mesmo [de assédio], não é? Eu estava a encher os frios e passa alguém por trás e manda-me uma palmada no rabo.

Não me senti muito segura. Foi o suficiente para conseguir confrontar a pessoa diretamente.

Uma trajetória pluriativa e multissetorial

Entre 2006 e 2009, Marta esteve numa associação ambiental, onde realizou atividades de educação ambiental. Em regime de pluriatividade, fazia animação infantil em festas organizadas pela empresa de uma amiga, trabalhava numa pastelaria e, pontualmente, também na agricultura, sempre sem qualquer contrato escrito. Entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009, mudou-se para o Porto com o seu companheiro. Enquanto procurava emprego na área de educação ambiental, trabalhou num café-restaurante, do qual foi despedida por não conseguir corresponder às exigências da patroa. Embora tivesse contrato de trabalho, a experiência revelou-se traumática.

Ou uma pessoa está num nível de restauração já um bocado mais alto, e aí há uma separação de tarefas, ou era um bocado faz-tudo. Em termos de colegas de trabalho foi fixe, mas a patroa punha bastante pressão. Alguns colegas meus trabalhavam noutros espaços dos mesmos padrões e diziam que basicamente eles eram conhecidos por despedir na hora. Também foi um bocadinho aquilo que me aconteceu, não é? Um dia ela disse: “Podes ir embora.”

Posteriormente, lecionou no ensino secundário em regime de substituição temporária de uma professora. Em março de 2009 começou a trabalhar num centro de estudos em Évora, num estágio de conservação e educação ambiental, organizado pelo IEEP. Demoras no processo de regularização do seu contrato levaram a atrasos no pagamento, embora Marta tivesse iniciado o trabalho de imediato.

Disseram-se “Olha, provavelmente isto demora umas duas semanas a aprovar, nós precisamos de ti já, se tiveres essa oportunidade.” Eu

já estava à procura de trabalho há algum tempo, pareceu-me uma oportunidade grande. Na altura até foi estranho, porque surgiram umas três oportunidades de trabalho e projetos ao mesmo tempo. Mas, pronto, acabei por seguir esta. Foi rápido, não demorou duas semanas. Mas demorei três meses a receber (...). Ao terceiro mês lá consegui que alguém passasse um recibo e que eu recebesse.

Enquanto o processo de regularização do estágio estava em curso, Marta ia exercendo as suas funções de conceção de atividades de educação ambiental, participação em escolas e feiras, criação de cartazes e outros materiais, atividades de comunicação, relatórios escritos e fotográficos. Marta esteve ligada a este centro de estudos durante mais de um ano. Dois meses e meio de salários não lhe foram pagos.

Eu cumpri o período para o qual tinha sido contratada na íntegra, sendo que fiquei com dois meses e meio por receber. Foi um processo um bocado delicado. No fim, eles deixaram de pagar. Ofereceram na mesma a possibilidade de continuar a trabalhar num outro projeto, sendo que eles não tinham capacidade de pagar.

Uma experiência comunitária internacional

Seguidamente, Marta envolveu-se num programa de mobilidade do Serviço Voluntário Europeu. Foi trabalhar para a América do Sul na área da soberania alimentar, entre 2011 e 2013, juntamente com o seu companheiro e mais um grupo de oito voluntários. As tarefas realizadas eram múltiplas, incluindo trabalhar numa horta familiar, num viveiro florestal comunitário, numa feira agroecológica, numa escolinha comunitária, num centro de sementes, apicultura, plantação de árvores, limpeza e preparação de sementes, entre outras. Apesar dos 18 meses acordados, Marta conseguiu prolongar a sua estadia por mais seis meses em regime de troca de bens, tendo realizado alguns trabalhos temporários: atualização da informação sobre as quintas, ilustração e

design de catálogos de apicultura, inventário de material de montanhismo numa loja, etc.

O regresso à precariedade laboral

Em março de 2013, regressou a Portugal e ficou uma temporada no concelho onde nasceu. Trabalhou numa pastelaria e, conjuntamente com uma amiga, tentou levar a cabo um projeto autofinanciado de atividades de verão para adultos e crianças, mas sem sucesso. Decidiu mudar-se para o distrito de Coimbra e envolveu-se na criação de uma cooperativa. Aí desenvolveu atividades com pequenos agricultores e estabeleceu ligações com outras associações. Ao mesmo tempo fazia transcrições de entrevistas quando surgiam. Entre 2014 e 2016, Marta teve diversos biscates: numa carrinha ambulante de comida de um amigo, onde recebia 6 euros à hora, sobretudo em festivais de verão, trabalhou na área da educação ambiental, na apanha da fruta, como *babysitter* ou nas limpezas. Envolveu-se também numa cooperativa agrícola, onde criou uma estrutura, cujo objetivo era o abastecimento regular de uma cantina vegetariana, em que os produtores eram essencialmente mulheres produtoras locais.

Para mim foi uma experiência de autogestão. Acumulei com outros trabalhos, porque o rendimento era muito baixinho. No caso do trabalho que fiz de educação ambiental, apesar de ser interessante, foi tão mal pago e tirou-me tanto tempo que acabou por agravar a minha situação financeira.

Marta deixou de conseguir pagar a renda da casa na região de Coimbra onde estava a residir. Além disso, surgiram alguns obstáculos que a levaram a afastar-se da cooperativa e do projeto de abastecimento da cantina vegetariana. Em 2015, mudou-se de novo para a sua terra natal. Foi viver com mãe, que a ajudou muito nesta fase da sua vida. Entretanto, sem conseguir

estar parada, envolveu-se, durante um ano, num novo projeto de orçamento participativo local, como trabalhadora independente. O projeto consistia na realização de um levantamento da flora e biodiversidade local e na criação de alguns materiais educativos e de interpretação.

A incessante procura de oportunidades

Em 2016 candidatou-se a um projeto no âmbito do orçamento participativo numa junta de freguesia, que lhe atribuiu 500 euros para a pintura do *skate park* local. Ao longo de 2018 trabalhou num plano local de atividades em torno do património natural e cultural, particularmente no desenvolvimento e publicação de um percurso pedestre. Por exemplo, montou espaços de exposições e organizou sessões de cinema. Juntou-se também à cooperativa local para a realização de alguns eventos inseridos neste projeto de orçamento participativo. Nesse ano, trabalhou também no alojamento local. Fazia a manutenção da casa, recebia os hóspedes, preparava os quartos e os pequenos-almoços.

Houve uma altura em que era mais ou menos *part-time*, porque havia menos movimento. Mas depois, em julho, agosto e setembro, era *full-time*, aliás, eu ficava bastantes vezes até lá a dormir (...). Ganhava 600 euros, antes ganhava à hora, já não me lembro se eram 5 ou 6 euros. A dona ofereceu a possibilidade de ser com recibos, eu disse que com recibos não poderia ser esse valor. Fui sentindo cada vez mais pressão e acabou por ficar sem recibos. Recebia o dinheiro em mão.

Desgastada, Marta decidiu mudar-se para a região do Alentejo, onde durante três meses foi trabalhar num projeto que consistia na criação de materiais educativos sobre a reintrodução do lince ibérico, financiado por um Fundo Ambiental. No âmbito desse projeto surgiram mais trabalhos até agosto de 2019. Devido à

incapacidade financeira para permanecer no Alentejo, e aos atrasos nos pagamentos, regressou novamente à sua terra natal, tendo participado em três projetos de criação de conteúdos e materiais educativos sobre a economia circular e alterações climáticas. Paralelamente, participou em algumas atividades de uma cooperativa, foi rececionista num festival literário e trabalhou na bilheteira da uma feira de Natal, sempre em regime de recibos verdes. Depois disso, inscreveu-se no centro de emprego para frequentar um curso financiado de cerâmica criativa e começou também a trabalhar como doula.

É um contrato, no fundo, com as pessoas que se estão a acompanhar (...), é mais um acordo. Os trabalhos que faço por conta própria são todos a recibos verdes, estou registada como trabalhadora independente. Depois há ainda a opção de trabalhar a partir da cooperativa. No fundo é uma estratégia para minimizar a minha precariedade (...). O que acontece é que, pelo menos até agora, eu nunca tive um trabalho a faturar à cooperativa que tivesse um montante suficiente para justificar ter um contrato e ser inscrita na Segurança Social.

A vida quotidiana e relacional

Quando a entrevistámos, Marta vivia, juntamente com cinco amigos, numa cooperativa em lógica de habitação comunitária e que lhe permitia realizar trabalhos pontualmente. Não possui automóvel, por isso deslocava-se, normalmente, através de transportes públicos ou a pé. O seu dia-a-dia é bastante variável, acompanhando o ritmo das suas atividades. Normalmente acorda por volta das 9 horas e toma o pequeno-almoço em casa. Devido à instabilidade laboral e de rendimentos, não costuma tirar férias.

Devido à falta de tempo e à instabilidade laboral. Se surgirem constantemente projetos não há noção de férias, não há noção de folgas.

Após a experiência na América do Sul pensou em regressar, a fim de conseguir obter algum dinheiro e estabilidade. No entanto, essa situação nunca se concretizou, devido à dificuldade em obter um contrato de trabalho. Marta é uma pessoa socialmente ativa, muito ligada a movimentos coletivos e a plataformas de solidariedade, mas nunca foi sindicalizada.

Marta salientou a relevância das contribuições para a Segurança Social, sobretudo pelo facto de as mesmas poderem ajudar quem precisa no momento presente, mas considera que a economia solidária seria um modelo mais eficaz de sociedade. Do seu ponto de vista, será justo vir a receber no futuro uma pensão de reforma, mas mais importante do que o montante, refere, seria ter acesso a habitação, alimentação e cuidados de saúde. Nunca beneficiou do subsídio de desemprego, pois não era elegível, e considera que o RSI deve destinar-se apenas a quem realmente necessita do mesmo, ou seja, a pessoas “extremamente pobres”. Quando trabalhava e residia no Alentejo com o seu companheiro, candidatou-se ao apoio para habitação, mas nunca teve acesso. Não tem empréstimos bancários contraídos. Em situação de maior emergência tem o apoio da mãe, além da rede comunitária de amigos que fazem trocas diretas, como alimentação, estadias, boleias e serviços.

A persistência da precariedade laboral no seu percurso tem afetado a sua vida privada e o acesso aos direitos mais básicos de proteção social. A constante mudança de residência, a flexibilidade horária e as tarefas árduas e desgastantes a que se sujeita pela sua sobrevivência, os atrasos no pagamento dos seus salários e, por vezes, a falta desse pagamento geram em Marta um enorme desgaste físico e psicológico.

O próprio Estado tem ofertas de emprego em que a pessoa não tem proteção social, ou então é contratada para fazer determinada tarefa e depois acaba por ter funções que nem sequer estavam indicadas no contrato de trabalho. Estando sempre a mudar de sítio não é muito fácil, e devido a alguns trabalhos fiquei com uma

lesão nas costas. Estava a trabalhar na restauração e era um dilema. Porque é assim, eu paro de trabalhar não tenho segurança nenhuma, faço o quê? Mas eu vou trabalhar e a seguir vou ter de gastar aquilo que ganhei no médico!

Rendimento

O seu rendimento mensal é bastante incerto, oscilando em média entre os 300 e os 400 euros. Contudo, Marta classificou a sua situação financeira como “razoável”, justificando, por um lado, com o facto de ter recebido recentemente parte de uma herança de um tio e, por outro, com a ajuda da mãe e amigos.

Se calhar entre 300 e 400 euros por mês. 300 se calhar é pouquinho. Pronto, eu pago uma renda baixa de 90 euros mais despesas. Gasto com a casa uns 180 euros por mês e depois há outras despesas, alimentação e assim. Mas vai sendo variável, tipo, 300 ou 400, mas depende (...). A minha situação financeira é razoável porque tenho o privilégio de ter acesso a uma poupança [herança do tio] e conto com a minha mãe e os meus amigos.

Segundo a própria, este rendimento permite-lhe conseguir gerir a sua vida no meio da insegurança, havendo ainda espaço para alguns pequenos gastos extras.

Impactos decorrentes da pandemia

Na atividade profissional

Durante o primeiro período de confinamento, a equipa de trabalho de que Marta fazia parte avançou com uma proposta de projeto que já estava em curso: a entrega de produtos naturais ao domicílio através de um sistema de bicicletas. Apesar de ter trabalhado no projeto, o mesmo não foi aprovado pela junta de

freguesia. O curso de cerâmica ministrado pelo IEFPP no qual se inscreveu ficou igualmente em *stand-by* devido ao período de confinamento. Aproveitando a sua formação como doula, uma profissão que requer proximidade e contacto personalizado presencial na maioria dos casos, começou a realizar acompanhamentos adaptados a sessões *online*, cobrando um valor de 15 euros.

Na vida quotidiana e relacional

Os seus dias passaram a ser dedicados, sobretudo, aos cuidados da casa onde vive e das hortas em redor. Embora estas tarefas fossem responsabilidade coletiva, e à partida partilhadas entre a comunidade, “sobravam” quase sempre para Marta. Daí, por vezes, o seu sentimento de “sobrecarga”. Deita-se por volta da meia-noite e, nos picos de ansiedade, não são raros os episódios de insónia, que interferem com as horas dormidas e o seu descanso.

As suas atividades lúdicas, que implicavam preferencialmente o contacto presencial, foram reduzidas ou canceladas. Da mesma forma, também o contacto físico com os amigos ficou limitado, apesar de viver numa casa comunitária. Antes do início da pandemia, Marta já se encontrava numa situação precária. Tinha de fazer escolhas, de optar, o que implicava algumas privações. Parou com o acompanhamento psicológico que tinha, mas sente necessidade de o reativar. Como anteriormente já não tinha férias, não estranha continuar privada das mesmas, pois a sua vida é gerida de acordo com as oportunidades de trabalho que vão surgindo a qualquer momento. A sua “vivência não é programada, é só o presente”.

Enfrentamento da crise

Marta e os amigos que com ela partilham a casa alimentam-se da horta, de trocas diretas de cabazes biológicos e de algumas

compras pontuais realizadas na praça, em mercearias e supermercados próximos. Além disso, podem contar com o apoio dos pais de cada um.

Fazemos isso tanto com alimentos como, às vezes, com roupa. Partilhamos entre nós e para além das pessoas que vivem aqui, há uma espécie de família alargada que está ligada à casa. Então, quando é possível, essa partilha também é feita de forma mais alargada.

Entre a vizinhança desenvolveram-se lógicas de solidariedade e foram criados centros de apoio mútuo. A cooperativa efetuou donativos a uma cantina social, prestou apoio a pessoas que tinham limitações ou deficiências, fazendo compras e entregas, e manteve contacto constante com os mais idosos. Chegou mesmo a ser ponderada a possibilidade de criação de uma estrutura formal de apoio a partir da cooperativa.

No rendimento

A pandemia afetou a condição financeira de Marta. Perdeu a possibilidade de frequentar um curso de cerâmica que iria permitir-lhe adquirir uma nova qualificação e sobreviver durante um ano com um valor mensal de 250 euros. Todavia, conseguiu manter os seus gastos, recorrendo à herança deixada pelo tio e à sua atividade como doula.

Preocupações, alternativas e projeção de futuro

Marta não projeta o futuro a médio ou longo prazo. Por vezes, nem a curto prazo, pois sente-se constrangida quanto a oportunidades de trabalho que limitam a sua vida presente. O desmedido grau de flexibilidade e disponibilidade que o mercado de trabalho exige cada vez mais dos trabalhadores tem condicionado a

sua autonomia e emancipação, assim como os seus relacionamentos amorosos e a possibilidade de vir a constituir uma família.

Tem condicionado por motivos que não têm só a ver com a atividade profissional. Se eu tiver de terminar trabalhos e não ter um limite para o meu horário de trabalho, isso é tempo que eu não tenho para as minhas várias relações afetuosas. O trabalho no Alentejo, por exemplo, seria completamente insustentável pensar em estar em modo familiar ali, ou se tivesse algum filho e estivesse sozinha. (...) Para além da saúde física, a saúde mental e a saúde emocional, isso vai implicar diretamente na maneira como eu estou na vida e no trabalho, não é? A rede de afetos é o que, no fundo, me deixa menos vulnerável em situações mais críticas, ou porque estou sem trabalho, ou porque estou mais depressiva. Se eu tiver um trabalho que me absorve a vida toda, então nós isolamo-nos bastante pelo modelo laboral que temos, e isso é altamente perigoso (...). A verdade é que vemos cada vez mais situações complicadas de saúde mental, muito próximas de nós. Acho que isso é um sinal de cansaço que também tem a ver com esta luta diária.

Marta continua a ponderar a possibilidade de regressar à América do Sul para conseguir obter algum dinheiro e estabilidade. A possibilidade de se mudar para uma aldeia comunitária foi igualmente pensada, mas a covid-19 alterou todos os seus planos. As suas prioridades passam por estar presente para as pessoas com quem realiza acompanhamento como doula. Logo que possível, pensa vir a frequentar o curso de cerâmica que está parado. Outras formações contínuas permanecem como objetivo, contudo dependentes da possibilidade de financiamento.

Síntese

Ao longo do seu percurso profissional, Marta revelou uma enorme capacidade de reinvenção. Foi superando as constantes dificuldades. É “obrigada” a viver o tempo presente, ainda que precário e incerto. O seu percurso laboral, nacional e internacional, apesar de vasto e rico em experiências, é também vasto e rico em precariedade, intermitência e insegurança. A vulnerabilidade que se constrói na vivência diária não lhe permite projetar um futuro. Isso leva não apenas à ausência de perspetiva de uma carreira e realização profissional, mas, sobretudo, a um estado de constante sofrimento psicológico e também físico, que atinge toda a sua vida, incluindo e esfera afetiva.

É tudo muito inconstante, sou frequentemente mal paga, foram muito raras as situações em que tive vínculos laborais que me dessem alguma segurança (...). Eu também reconheço a riqueza deste percurso que acabei de falar e não me arrependo dele. Acho interessante ir conhecendo os vários tipos de atividades que tive (...), passar por trabalhos que são vistos como não dignos (...). Por um lado, reconheço o valor deste saltitar, mas é muito cansativo, afeta a confiança na minha própria capacidade de construir um percurso na minha vida, porque há sempre muita mudança. Isto traz-me muita insegurança. E tenho vários períodos em que emocional e mentalmente também me vou abaixo por causa disto, porque parece que estou sempre a recomeçar. E isto relaciona-se também com a forma como as pessoas me veem de fora. Por um lado, há uma admiração e, por outro, é um bocadinho doloroso também olharem para mim e sentirem que, apesar de ser uma pessoa com muito potencial, eu não tenho uma carreira, eu não tenho sucesso! Eu acho que uma parte de mim também não deixa de precisar de algum reconhecimento, principalmente a nível familiar. Eu sinto um bocado que olham para mim e nunca percebem o que eu estou a fazer, e acham sempre que estou bastante perdida (...). A quantidade de vezes que me perguntam: “Então, estás de férias? Estás de

folga?” A malta precária não tem férias normalmente, não é? Ou: “Porque é que não tens casa? Porque é que não tens carro? Porque é que não tens uma vida estável? Porque é que não te casaste? A pessoa também aprende a lidar com isso e, na verdade, eu não quero corresponder a essas expectativas. Não é um percurso que eu queira.

Múltiplas vulnerabilidades acumuladas

Os retratos apresentados abordam, direta ou indiretamente, várias dimensões da precariedade laboral. Referem-se, cada um à sua maneira, a situações precárias e, no seu conjunto, oferecem um panorama das vulnerabilidades no emprego em Portugal, aceleradas desde a crise económica e financeira de 2008 e, particularmente, agudizadas com os múltiplos impactos da pandemia. Os percursos retratados revelam dois aspetos principais: por um lado, a insegurança no emprego, ou seja, o elevado risco de perda do emprego; por outro, a insuficiência salarial, ou seja, o risco de privação material, que, muitas vezes, fica a descoberto dos mecanismos institucionais de proteção social. Vários destes trabalhadores são jovens e não tiveram proteção nos apoios durante a pandemia.

Os aspetos anteriormente referidos encontram-se contidos nas experiências vivenciais e emergem quando olhamos o mundo do trabalho a partir de baixo. Os retratos densificam-nos. São relacionadas, na primeira pessoa, diversas situações contratuais instáveis: do trabalho informal até contratos temporários ou a tempo parcial e indesejados, passando pelos “falsos recibos verdes” ou por situações provisórias do tipo “à experiência”. Somam-se duras condições de trabalho, como horários longos e intensos, exploração ou

abusos, formas de discriminação (designadamente de género e racial) contra as quais escasseiam mecanismos de fiscalização. E acrescem ainda dificuldades e limitações no acesso à proteção social quer no emprego (contra más práticas ou despedimento), quer no desemprego, doença ou parentalidade.

Os retratos apontam também para a multiplicidade de grupos atingidos: várias faixas etárias (e não apenas jovens), qualificações, proveniências, incluindo imigrantes, ou profissões, embora de diferentes formas e com desiguais graus de intensidade. Trata-se de trabalhadores e trabalhadoras em setores económicos tradicionais e emergentes. As atividades desenvolvidas são tão variadas que envolvem, por exemplo, os setores fabris, construção, transporte, entregas, manutenção, limpeza, alojamento, restauração, estas últimas muito associadas ao turismo. É importante notar que muitas das atividades exercidas não são propriamente “trabalhos da treta”, nos quais os próprios sujeitos não depreendem um propósito, ou um significado plausível das atividades que exercem, uma vez que estamos em presença de trabalhos que, na sua maioria, são considerados úteis (Graeber, 2022). Apesar de duros, pouco ou nada reconhecidos e, em geral, mal pagos, são trabalhos essenciais para a vida individual e coletiva, como os confinamentos revelaram.

Um problema transversal

Não se trata de um problema exclusivamente português. A crescente precariedade laboral na economia global está relacionada com uma profunda transformação do papel do Estado que foi, de certa maneira, mirrando e perdeu margens significativas de intervenção devido à emergência de novas formas de desregulação laboral e às tendências de desproteção social que afetam um número crescente de trabalhadores. Se, por um lado, foi enfraquecida a capacidade do Estado para assegurar quadros legais e institucionais que garantam direitos laborais e acesso a serviços do Estado social, por outro, foi diminuído o poder dos

sindicatos, enquanto estruturas de intermediação institucional, particularmente nos processos de negociação coletiva. Décadas de políticas neoliberais produziram uma erosão nos direitos dos trabalhadores, desigualdades e segmentação à escala mundial. Os trabalhadores precários e informais tornaram-se globalmente dominantes no Sul e em largas franjas no Norte. Estes trabalhadores, longe de constituírem um grupo homogêneo, têm em comum vulnerabilidades que, preexistindo à pandemia, se agravaram com ela.

O trabalho continua a ser um dos principais veículos de integração social. Por isso, a dificuldade em encontrar e manter uma ligação formal ou informal ao mercado de trabalho que garanta alguma segurança material gera efeitos imbricados, que vão para lá da esfera laboral. Os retratos espelham essa complexidade, mostram outras esferas impactadas e fazem ressaltar múltiplas vulnerabilidades acumuladas na vida: umas precedem a entrada no mercado de trabalho, outras são geradas no seu seio, projetando-se no futuro.

Precriedade laboral e outras

A condição de precariedade laboral, além de coincidir com baixos rendimentos, surge entrelaçada com a situação de desproteção social e de desemprego/inatividade por um período mais ou menos alargado de tempo. Há casos em que se entrelaça também com problemas de habitação, saúde, incluindo a saúde mental. A insegurança que atravessa os percursos decorre, em alguns casos, de relações laborais em que os trabalhadores são excluídos de proteção no emprego e no desemprego, traduzindo-se na dificuldade ou incapacidade para fazer valer os seus direitos. Noutros casos, a insegurança deriva de relações laborais em que os salários são incertos e insuficientes para uma vida digna. Frequentemente, estas duas dimensões cruzam-se no mesmo caso. A “carreira profissional” destes trabalhadores caracteriza-se, em geral, por percursos de grande rotatividade,

sem saírem da mesma posição social: saltam de uma condição precária para outra, de um emprego temporário para outro, para um “falso recibo verde”, para o desemprego, depois o regresso a outro emprego ou atividade temporária, etc.

Estes movimentos rotativos são, na verdade, espirais descendentes, já que implicam decréscimos nos níveis de proteção e, por vezes, nos próprios salários. Isto não apenas dificulta a integração profissional e social, como exprime a falta de reconhecimento destes trabalhadores enquanto cidadãos plenos, limitados que estão no acesso a direitos sociais e políticos, e na capacidade de planeamento do seu futuro.

Vulnerabilidades sociais e económicas

As vulnerabilidades dizem respeito a condições de fragilidade social e material produzidas pelo contexto socioeconómico. Sendo dinâmicas, estão relacionadas, em vários casos, com os processos de declínio nos níveis de bem-estar, particularmente com os choques decorrentes das crises financeira e pandémica. Contudo, as vulnerabilidades começam a esboçar-se antes, ou seja, nos frágeis contextos das origens familiares marcados por baixos níveis de escolarização e de rendimento disponível, assim como nas trajetórias escolares, em alguns casos, precocemente interrompidas. As vulnerabilidades continuam ou acentuam-se posteriormente no momento da inserção precária no mercado de trabalho e tendem a persistir ao longo do tempo.

Os retratos evidenciam que as expectativas de desenvolver uma verdadeira carreira profissional são limitadas e, em vários casos, com o passar do tempo, traduzem-se numa quebra de participação social e num certo distanciamento da relação com a sociedade, em parte, devido à falta de meios. A situação laboral débil não gera apenas privação de rendimentos indispensáveis, mas também origina a exposição a tensões e possíveis conflitos familiares. Há casos de adiamento da autonomização económico-financeira ou, quando conseguida, geram-se

situações de interrupção em relação à escassez de recursos ou à necessidade de os canalizar para outros gastos básicos. E também há casos de adiamento ou cancelamento da situação de maternidade/paternidade, sobretudo devido à falta de condições, insegurança no emprego e insuficiência de rendimentos que tornam difícil, se não mesmo impossível, fazer planos de vida, o que reforça a incerteza social.

Vulnerabilidades políticas e institucionais

Entre as dimensões políticas mais importantes encontra-se a perda de poder social e político dos trabalhadores. A reconfiguração desequilibrada das relações entre o capital e o trabalho gera a perda de poder dos trabalhadores quer na esfera das relações laborais, quer no conjunto da sociedade. As aspirações legítimas em matéria de trabalho e segurança social não só não estão a ser cumpridas, como as políticas de emprego e a legislação laboral têm seguido um caminho cujo objetivo é mais o de facilitar a concorrência e a competição e menos o de garantir a segurança e a solidariedade social. Do ponto de vista das políticas dominantes, o desemprego e a precariedade são perspetivados como problemas individuais, ligados a um conjunto de vulnerabilidades de escala pessoal, e não tanto a problemas estruturais, económicos e políticos. Neste sentido, a tónica é colocada na “empregabilidade”, esquecendo o lado da qualidade do emprego. A “flexibilização” da legislação laboral segue em sentido convergente. Ao eliminar ou “flexibilizar” um conjunto de direitos sociais e laborais, a evolução do quadro normativo vai, supostamente, ao encontro das exigências de maior competitividade. As alterações têm também promovido a individualização das relações de trabalho, debilitando a negociação coletiva, o que na prática constitui um forte ataque aos sindicatos, enfraquecendo a sua força e posição negocial.

Diretamente relacionada com esta questão das instituições que regulam o mundo do trabalho e permitem o acesso limitado

a direitos sociais e laborais está a forma como os diferentes atores coletivos (partidos, sindicatos, movimentos sociais) procuram resistir, mobilizando e canalizando situações de protesto contra os baixos salários e a precariedade crónica. O que se assiste parece ser a uma certa incapacidade das instituições políticas para responder ao mal-estar generalizado. Este aspeto é particularmente importante uma vez que certos grupos de trabalhadores revelam desconfiança, distanciamento e até descrédito perante a classe política. Sentem-se abandonados, sem alternativas, sentimentos estes expressos nos seus discursos. Neste vazio, alguns (poucos) canalizam a sua “revolta” para movimentos emergentes, fora dos tradicionais, sejam eles partidos populistas e extremistas ou organizações profissionais inorgânicas com agendas próprias, com os riscos acrescidos que isso implica para a democracia.

Vulnerabilidades e identidades

A insegurança no emprego também mina os fundamentos das identidades. De certa maneira, corrói o seu carácter, usando o termo bastante expressivo de Sennett (1998). Além da questão da centralidade do trabalho na formação de identidades individuais e coletivas, os retratos ilustram o modo como o funcionamento do mercado de trabalho não permite construir uma identidade social estável e coerente ao longo do tempo. Para estes trabalhadores, e milhares de outros, o mercado de trabalho não oferece um horizonte de previsibilidade, no qual possam projetar as suas aspirações. Não permite a organização de projetos de vida sólidos no médio e longo prazo e, às vezes, nem no curto prazo. Ora, isto desestrutura as biografias individuais e abre caminho para a perceção e a experiência da incerteza social como um dado permanente.

Contudo, as vulnerabilidades destes trabalhadores também resultam de um processo de individualização. Vários foram “forçados” a tornar-se agentes ativos de competitividade e

concorrência como garantia da sua sobrevivência e autorrealização no mercado de trabalho. A individualização da responsabilidade pelos riscos inerentes às atividades profissionais que desenvolvem funciona como um elemento de pressão no sentido de serem empreendedores de si próprios cada vez mais focados na procura do “sucesso” prometido. Alguns quase organizam a sua existência como se fosse um negócio. Quando o negócio não corre bem, sofrem de forma acrescida, com sentimentos de rutura, fracasso, insucesso, frustração, como se fossem os principais culpados.

Políticas

Os retratos constituem uma pequena amostra da precariedade em Portugal, mas ajudam a explicar os processos de precarização. Com base nestes, foi possível detetar, em profundidade e em contexto real, os resultados conjugados de causas distintas, com impactos e respostas diferenciadas quer ao nível das estratégias individuais e familiares, quer em termos do acesso a medidas institucionais. Sintetizámos várias vulnerabilidades relacionadas com as dimensões da precariedade laboral e os seus efeitos, incluindo nas identidades.

As políticas públicas em matéria de emprego e de proteção social, bem como a legislação laboral, devem atender a esse conjunto de vulnerabilidades de diferente natureza, mas que se encontram interligadas e acumuladas. As situações relatadas, quando se prolongam no tempo e associadas a outras vulnerabilidades, como as debilidades estruturais do sistema de proteção social e dos mecanismos (re)ativadores, podem gerar situações de elevado risco social. Em alguns casos particularmente expostos podem levar, não só a círculos viciosos de exclusão do mercado de trabalho, mas também à deterioração das dinâmicas de pertença a outros sistemas funcionais da existência social. As situações de precariedade laboral remetem para a necessidade de regulação e fiscalização, fundamentalmente para políticas de

reforço da centralidade do trabalho, isto é, de nivelção para cima do valor e do direito ao trabalho protegido e justamente remunerado. É importante que estas situações vivenciais não se transformem em referências normalizadas no futuro.

A pluralidade estrutural da classe trabalhadora

Os retratos apresentados demonstram que à escala individual se constrói uma diversidade de posicionamentos subjetivos nos quais se incorpora um manancial de disposições sociais alicerçadas ao longo dos percursos biográficos. Emerge uma pluralidade de interpretações sobre os sentidos e os conteúdos das experiências vividas. São, assim, de salientar as disposições sociais que se constituem perante o mundo do trabalho e que produzem formas de enfrentamento das dificuldades e dos obstáculos relacionados com a situação relativamente persistente da precariedade laboral. Essa persistência tem impactos acrescidos que ultrapassam o âmbito da arena laboral. Na verdade, estes estendem-se pelo quotidiano, provocando uma corrosão da vida que se leva nas mais diversas esferas sociais e pessoais. Às dificuldades económicas e financeiras que resultam dos baixos salários auferidos somam-se as formas, mais ou menos encobertas, de exploração e de assédio laboral e moral, as assimetrias de poder e de autoridade que enquadram o trabalho subordinado, a instabilidade do contrato a prazo, a gestão periclitante de um quotidiano incerto, os múltiplos equilíbrios das relações conjugais e familiares, a imprevisibilidade do futuro.

Vimos como cada indivíduo retratado aciona e mobiliza um conjunto de estratégias de luta contra essas e outras adversidades. Sublinhe-se a este respeito o modo diferenciado como se reagiu à pandemia e ao confinamento, e a importância que detiveram nessas reações os apoios familiares, os laços de amizade e de vizinhança, e também, mas com menor relevo, os apoios públicos. Contudo, a pluralidade plasmada nos vários

testemunhos ancora-se num conjunto de dimensões sociais e existenciais que são relativamente transversais à condição do trabalhador precário. Diríamos mesmo, à condição da classe trabalhadora.

Não pretendendo a exaustividade, enunciam-se três dimensões estruturais. Considera-se, em primeiro lugar, que muitas das estratégias montadas e das ações desenvolvidas assentam num processo continuado de adaptação. Assim, por exemplo, sendo o salário baixo, procura-se mais uma atividade complementar que possa contribuir para um pequeno reforço do rendimento ao final do mês. A pluriatividade por via do exercício de um segundo emprego representa, embora a um custo social e pessoal elevado, um recurso importante para almejar um nível de vida razoável. Outra forma de adaptação passa por limitar os gastos quotidianos e cortar em despesas consideradas não fundamentais para a manutenção da subsistência. Vários entrevistados relevam estas e outras estratégias de adaptação que ocorreram durante a pandemia e os respetivos confinamentos. Poderíamos eventualmente imaginar que no recente período marcado pelo aumento da inflação, essas estratégias não só foram continuadas, como, muito provavelmente, co-nheceram um reforço do comedimento.

A adaptação pode significar um processo permanente, sem interrupções, e marcado por uma austeridade que vem de cima, mas que, em muitos casos, também é autoinduzida. Vimos como parte dos testemunhos se refere aos impactos que a grande crise financeira teve nas suas vidas e que perante o desemprego ou a quebra nos salários tive de acionar uma série de estratégias de adaptação à nova realidade. A adaptação permanente significa uma expansão do tempo presente em que se tem constantemente de prestar prova que se está à altura das exigências e, simultaneamente, ser posto à prova pelas inúmeras demandas e contrariedades que irrompem pela vida adentro (Rosanvallon, 2021). A situação de pluriatividade representa uma enorme prova, no sentido em que as jornadas de trabalho

tendem a alargar-se imenso, fazendo com que o tempo de não trabalho se encolha até quase à inexistência. A experiência do desemprego implica, por sua vez, uma enorme prova na qual o tempo custa a passar, tornando a vivência do quotidiano ainda mais pesada, à qual dificilmente se consegue adaptar na plenitude (Carmo e d’Avelar, 2020).

A outra dimensão estrutural associada à precariedade laboral é a perceção e a vivência da incerteza que está presente em todos os poros do quotidiano: quase nada está assegurado e vive-se um dia de cada vez. Esta é uma das expressões mais recorrentes nos discursos dos entrevistados. O tempo passa como fluxo numa direção e sentido que não é possível perscrutar plenamente. Este é intrinsecamente imprevisível, pois dificilmente se antecipa o que acontecerá a seguir, ao fim do contrato de trabalho ou a seguir a se cair na situação de desemprego. Tal como dificilmente se antecipa o que poderá ocorrer no período pós-pandémico, depois de se ter perdido o emprego que estava, mais ou menos, assegurado antes de ter sido decretado o primeiro confinamento. A incerteza e a insegurança estão incrustadas no modo de vida do trabalhador precário. Por isso, parte significativa do seu tempo é gasto no esforço de gerir e amenizar (em permanente adaptação) os efeitos da imprevisibilidade.

Finalmente, depreende-se uma certa atitude de resignação nos testemunhos, uma vez que o esforço individual é fortemente canalizado para se ir tentando sobreviver. Esforço esse que, apesar do desgaste e da agrura, dificilmente conseguirá provocar, por si, mudanças efetivas. Parte-se, assim, do pressuposto que as coisas correrão num sentido que não se antecipa completamente, mas que, independentemente do que possa acontecer, dificilmente se produzirão alterações significativas na melhoria das condições de vida. Como, por exemplo, na situação de se ter melhorado um bocadinho nas condições do contrato conseguido, apesar de o nível salarial não ter sofrido grandes oscilações em relação às ocupações anteriores. Noutro dos casos, uma denúncia que se faça ao sindicato sobre um determinado abuso

laboral poderá surtir algum efeito, mas não alterará substancialmente as práticas de muitos empregadores do setor em que se trabalha. Ou seja, ainda que as pessoas travem as suas lutas quotidianas e enfrentem as maiores adversidades, todavia passa a sensação de que tudo vai ficar, mais ou menos, na mesma, num regime de precariedade continuada, não havendo, por isso, margem para transformações profundas. Trata-se de um sentimento difuso de resignação que é cada vez mais constitutivo da classe trabalhadora. Como refere Vivek Chibber (2021: 19), “os trabalhadores submetem-se ao capitalismo não porque o vejam como legítimo ou justo, mas porque não veem nenhuma possibilidade real de o mudar. A sua única opção razoável é, portanto, reconciliarem-se com ele.” Tendo em conta os retratos sociológicos trabalhados neste livro, temos dúvidas de que se efetive uma reconciliação absoluta — em muito casos, trata-se de uma reconciliação envergonhada e forçada — com a economia capitalista, contudo, não restam grandes dúvidas de que, para a maior parte, a única opção será adaptarem-se e ajustarem-se aos “desígnios dos mercados” e às formas de exploração vigentes em muitos locais de trabalho. Em suma, adaptação, incerteza e resignação surgem como dimensões estruturais que alicerçam e sedimentam a imensa diversidade que pontua os percursos biográficos retratados. São dimensões que requerem respostas políticas relevantes capazes de, por um lado, quebrar os enguiços institucionais e políticos que fazem perpetuar a precariedade laboral e os baixos salários e de, por outro, reforçar as modalidades de ação coletiva alicerçadas no reforço dos movimentos e das estruturas sindicais democráticas e representativas.

Anexo A

Sínteses dos retratos de Júlio, Rita, Catarina e Igor

Os quatro retratos que a seguir se sintetizam foram anteriormente publicados em formato desenvolvido (Cf. Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021: 127-185).

Caracterização genérica

Retrato	Nome fictício	Idade	Escolaridade	Nacionalidade	Localidade	Situação laboral antes da pandemia	Situação laboral durante a pandemia
1	Júlio	47	9.º ano	Portuguesa	Lisboa	Motorista TVDE*	Desempregado
2	Rita	47	Licenciada	Brasileira	Lisboa	Trabalhadora das limpezas	Desempregada
3	Catarina	47	8.º ano	Portuguesa	Lisboa	Motorista de tuk-tuk	Desempregada
4	Igor	36	Frequenta o ensino superior	Portuguesa	Porto	Operário fabril (estofos)	Em regime de <i>lay-off</i>

* Sigla que identifica os automóveis ao serviço do transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataformas eletrónicas, tais como aquelas com as quais estamos mais familiarizados: Uber ou Bolt, por exemplo.

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Júlio, 47 anos | Motorista TVDE

Júlio começou a trabalhar aos 16 anos de idade. Com 47, já leva uma longa “carreira” no mundo do trabalho. Vive o momento presente, que não lhe sorri, atravessado por sensações de incerteza, ansiedade e até de uma certa frustração nostálgica em relação a um passado que já foi melhor (quando tinha um emprego estável e duradouro, ainda que mal remunerado). Perante o momento crítico que o país atravessa, tem dificuldade em projetar o seu futuro e em procurar novos sentidos para a sua vida profissional. Assume-se como trabalhador precário e pobre, condição da qual é difícil sair. Não esconde as dificuldades pelas quais está a passar, nem aquelas por que já passou. Reflete sem complexos sobre as mesmas, apontando a precariedade laboral como o seu maior problema. A atual crise pandémica, tal como a crise financeira anterior, gerou nele um enorme mal-estar nas várias dimensões da sua vida. O pai faleceu há pouco tempo e a mãe, com quem reside, tornou-se o seu grande apoio. É muito reconhecido e popular no seu bairro, onde tem muitos amigos, mas aos quais, todavia, não recorre nos momentos financeiramente mais difíceis. Arrepende-se de não ter estudado mais, mas “não foi feito para isso”. Gosta de ser motorista; o que não gosta e critica é a uberização do trabalho, é a precariedade, são as condições contratuais. O seu equilíbrio financeiro, já em si precário, foi uma vez mais abalado pelo imprevisto de uma crise. Ficou de novo sem rendimento do trabalho. Durante a crise anterior, como rendimento de substituição do salário perdido, beneficiou do subsídio de desemprego no valor de 370 euros (posteriormente 420 euros). Por fim, enquanto aguardava pela retoma da atividade, estava a receber 360 euros por mês no âmbito do apoio excecional aos trabalhadores independentes em tempos de pandemia.

Rita, 47 anos | Empregada de limpeza

Motivada pela crença de que na Europa encontraria um contexto para viver com “mais qualidade de vida e segurança”, Rita, de 47 anos, deixou o Brasil para reconstruir a sua vida em Portugal. Chegou a Lisboa em 2018 e, desde então, trabalhou no setor das limpezas. Desempenha as suas atividades à medida que consegue serviços, em regime de (falsa) trabalhadora independente. A trajetória de Rita permite perceber as transformações por que pode passar um indivíduo cujo percurso é marcado por oscilações profundas. Se na sua origem, no Brasil, gozava de uma situação socioeconómica estável, que lhe permitiu adquirir uma formação de nível superior, atualmente está a viver sob o imperativo da precariedade laboral e da instabilidade económica. Rita vê-se a si própria como trabalhadora precária e não esconde as dificuldades que estão a impactar a sua vida. Pelo contrário, descreve-as e reflete sobre possíveis soluções para minimizá-las. Para ela, ser precário em Portugal é estar vulnerável diante das mudanças que ocorrem na sociedade. É ser afetada nas suas atividades e rendimentos, sentindo-se desprotegida e entregue à sua sorte perante os contextos críticos, como o da crise pandémica. As angústias em relação ao futuro, marcadas especialmente pela ausência de um projeto concretizável, expressam o mal-estar causado pela instabilidade perene, tanto laboral quanto financeira. Todavia, apesar da situação em que se encontra, Rita olha para Portugal com otimismo e acredita que o país será “o primeiro da Europa a recuperar da crise”, pois “tem lidado muito bem com a pandemia”, comparando com o Brasil. Pensa que é possível a recuperação da “confiança no turismo”, o que a faz crer na retoma do contrato através do qual assegurava antes o seu sustento. Enquanto isso, aguarda o deferimento do Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores que requereu. Diante do cenário incerto em que se encontra, resta apenas uma atitude: “Reinventar-se, tentar fazer outra coisa, descobrir outras habilidades, procurar outras áreas,

é o que eu estou tentando fazer”. A reinvenção de si e a disposição para se transformar com as alterações do presente é a alternativa perante as múltiplas vulnerabilidades que configuram a sua existência social.

Catarina, 47 anos | Motorista de *tuk-tuks*

Catarina nasceu em Angola, há 47 anos, mas, ainda em bebé, veio para Portugal viver com uma tia em Lisboa. Reside sozinha na Margem Sul do Tejo, num apartamento arrendado. A sua infância foi repartida entre a mãe e a avó, entre Lisboa e Angola. Toda esta situação refletiu-se no abandono escolar, durante o 8.º ano de escolaridade. Os seus pais, ambos com 66 anos, reformados, nunca viveram juntos. O pai, oriundo da Margem Sul do Tejo, foi técnico oficial de contas, e a mãe, nascida em África, foi governanta na Bélgica. Reformada por invalidez, reside em França. Até janeiro de 2020, Catarina exercia a profissão de motorista de *tuk-tuk* em Lisboa. Desde a primeira entrevista, realizada em 3 de fevereiro de 2020, foi sendo acompanhada (*follow-up*) através de vários contactos, estabelecidos por telefone e também através de plataformas de comunicação *online*, até 22 de agosto de 2020. Nessa altura emigrou para França, juntando-se à mãe que aí reside. Ao longo do seu percurso profissional, Catarina revelou uma enorme capacidade de reinvenção e superação das constantes dificuldades, sendo “obrigada” a viver o tempo presente, precário e incerto. O desconfinamento gradual permitiu o regresso a uma nova normalidade, ainda que o setor do turismo não conheça uma retoma significativa da atividade. Em meados de junho de 2020, Catarina referiu que pretendia continuar a aguardar a retoma do setor dos *tuk-tuks*. Até lá, vive com o apoio financeiro de familiares. Entretanto, com a ajuda de amigos, criou um negócio virtual na área esotérica, situação que não lhe permite obter um grau de independência razoável em termos financeiros. Ainda que não fosse esse o seu plano, no dia 22 de

agosto [de 2020] viu-se “obrigada” a mudar de vida e a viajar para o sul de França, a fim de viver com a sua mãe. Uma vez mais, Catarina colocou em prática a sua capacidade de adaptação aos constrangimentos socioeconómicos de uma sociedade afetada por uma crise pandémica e laboral.

Igor, 36 anos | Operário fabril

Igor tem 36 anos e vive sozinho numa moradia própria no Porto. Trabalha em horário noturno como operário fabril numa fábrica de estofos para automóveis. O pai, recentemente falecido, era funcionário público e a mãe, com 64 anos de idade, atualmente é reformada por invalidez, mas exercia a profissão de tradutora e professora. Em 2004, iniciou a sua vida profissional em Coimbra, tendo frequentado em simultâneo uma licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que, no entanto, não chegou a concluir. A primeira experiência profissional foi curta: durou apenas três meses. Foi num café da cidade, onde trabalhou a tempo parcial como empregado de mesa, sem qualquer contrato. Seguiu-se a aplicação de inquéritos de satisfação a clientes via telefone, igualmente a tempo parcial, sem qualquer contrato. Tornou-se, posteriormente, operário fabril na cidade onde nasceu. A partir do dia 26 de maio de 2020, e após o período de confinamento, a fábrica na qual trabalhava retomou a produção integral. Todavia, a produção centrou-se na fabricação de luvas e máscaras, visto que as encomendas do setor automóvel diminuíram substancialmente. Ao longo da sua vida, Igor tem procurado lutar pelos seus sonhos, mantendo sempre a figura da sua mãe como âncora emocional e financeira. Trabalha no turno da noite, mais exigente, mas isso parece permitir-lhe maior possibilidade de vir a concluir os estudos e assim obter melhores condições de vida. Apesar de ainda não ter concluído o curso, a simples frequência já lhe permitiu conseguir alguns biscates, sobretudo na área da tradução, a fim de

conseguir equilibrar o orçamento. A situação de incerteza e a precariedade laboral em que vive influencia não apenas o seu bem-estar psicológico, mas, sobretudo, o seu ponto de vista relativamente ao mercado de trabalho e à sociedade em geral. Por ter experienciado vários vínculos laborais precários e informais, Igor considera que as ofertas de trabalho, na sua vasta maioria, são precárias e alienam o indivíduo.

Anexo B

Guiões

Guião da entrevista inicial

Apresentação – Bom dia/boa tarde. O meu nome é [identificação do/a entrevistador/a] e faço parte da equipa de investigadores/as do Projeto *EmployALL* que se debruça sobre a sustentabilidade e a adequação da segurança social e as formas de proteção no emprego, tendo em vista contribuir para a formulação de políticas públicas orientadas para a melhoria da qualidade de vida de grupos sociais vulneráveis, designadamente os reformados que recebem pensões baixas, e as pessoas em idade avançada que se encontram a trabalhar em empregos precários ou que estão em situação de desemprego prolongado. Resumidamente, o projeto pretende estudar as crises do emprego e da proteção social em Portugal, contemplando a elaboração de políticas públicas que visem os objetivos desta área de atuação a nível nacional.

Sentido e objetivo da entrevista – Através da presente entrevista pretende-se a recolha e valorização da perspetiva/experiência pessoal do trabalhador que passa/passou por dificuldades e/ou problemas sociais e económicos durante e após o período da *troika*, como será o seu caso. Nesse sentido, gostaria de falar consigo acerca da sua situação profissional atual e da forma como esta tem afetado a sua vida.

Autorização para gravar a entrevista e garantia de anonimato – Para facilitar a análise das informações que nos fornecer, vou pedir-lhe autorização para gravar esta entrevista. AUTORIZA? Toda a informação que nos transmitir será completamente anónima e confidencial. Em caso algum será identificado/a e os seus dados jamais serão associados às informações que nos fornecer.

1. Elementos de caracterização sociográfica

	Próprio	Cônjuge/Companheiro/a
Sexo/Género		
Data de nascimento		
Naturalidade (concelho)		
Residência (concelho)		
Estado civil		
(Etnia)		
Agregado familiar (n.º pessoas e quem são)		
Tipo de habitação (moradia, apartamento vendido/arrendado, quarto arrendado)		
Profissão		
Situação na profissão		
Possui viatura própria (automóvel, mota)		
Transporte utilizado para deslocação para local de trabalho		
Profissão dos pais		
Idade dos pais		
Naturalidade dos pais		
Naturalidade dos avós		
Grau de ensino dos pais		

2. Trajetória de vida: percurso escolar

Falemos agora um pouco da sua trajetória de vida, começando pelo seu percurso escolar, por favor.

- 2.1. Gostaria que descrevesse, de uma forma sucinta, por favor, o seu percurso escolar – frequência do ensino básico, secundário, profissional, superior

Ensino Secundário/Profissional	Ensino Superior	Atividades profissionais paralelas aos estudos

- 2.2. O que o/a levou a (não) prosseguir os estudos?
- 2.3. Caso não tenha frequentado o ensino superior, participou em programas de educação/formação profissional, formação ao longo da vida? Em caso positivo, qual o motivo?
- 2.4. Que tipo de formações adquiriu e qual a duração? Caso não tenha adquirido, alguma vez considerou fazê-lo no futuro? Porquê?
- 2.5. Após a saída da escola/faculdade, entrou de imediato no mercado de trabalho? Enquanto estudava tinha alguma atividade profissional ou realizou algum tipo de trabalho informal, como biscates? Em caso positivo, seria possível descrever o tipo de atividade e vínculos laborais que teve, assim como a respetiva duração?

3. Trajetória de vida: percurso profissional

Passemos agora ao seu percurso profissional.

- 3.1. Consegue descrever, de forma sucinta, toda a sua trajetória profissional, por favor? Gostaria que falasse um pouco acerca dessa trajetória, ou seja, que falasse de todas as etapas desde que entrou no mercado de trabalho até à atualidade, incluindo todas as atividades laborais que foi tendo ao longo do tempo quer em território nacional, quer inter-nacional, momentos de desemprego/inatividade, trabalho informal.

Posto de trabalho	Setor atividade/ empresa	Duração (data de início e data de fim)	Tarefas	Local	Horário de trabalho	Tipo de contrato	Salário e/ou valor hora	Forma de pagamento	Motivo da cessação da atividade

- 3.2. Durante o seu percurso profissional, fez descontos/contri-buições para a Segurança Social?

1. Sempre
2. Maioria
3. Apenas algumas
4. Nunca

- 3.3. Que motivos conduziram a essa situação? Considera, ou não, relevantes essas contribuições por parte do trabalhador?

- Para o próprio e para o geral dos trabalhadores e empregadores

- 3.4. E quanto às entidades empregadoras para as quais trabalhou, sempre procederam ao pagamento das contribuições para a Segurança Social? Se não, quais os motivos?
- 3.5. Do seu ponto de vista, faz sentido descontar/contribuir para a reforma? Futuramente pensa vir a usufruir dela?
- 3.6. Em caso positivo, faz ideia de quanto será o respetivo montante (aproximadamente, que seja)?
- 3.7. Já se encontrou desempregado? Recorreu a apoios estatais? Qual a duração dessa(s) situação(ões)?
- 3.8. Como conseguiu reentrar no mercado de emprego? Pela via institucional (centro de emprego) ou através de familiares, amigos, vizinhos, conhecidos?
- 3.9. Na sua opinião, quais os fatores que atualmente considera mais relevantes para o mercado de trabalho na sua área de atividade? E em geral?
 - Idade
 - Habilitações literárias
 - Experiência profissional

4. Identidade e trabalho

Abordemos agora a sua relação com o trabalho.

- 4.1. Que valor tem o trabalho para si? O trabalho é central na sua vida? Porquê?
- 4.2. Tendo em conta a sua atividade atual, e o tipo/modalidade de contrato que tem, e que abordámos há pouco, como classifica a sua condição laboral?

- 4.3. Concebe a sua atividade laboral atual como precária?
- 4.4. A sua situação profissional possui algum impacto na forma como se concebe a si mesmo e como os outros o concebem a si?
- 4.5. Considera-se alienado/a pelas tarefas laborais que diariamente executa?
- 4.6. O que pensa acerca do mercado de trabalho português?

5. Quotidiano

Em termos de matéria relacional, bem-estar, saúde.

5.1. Como costuma ser o seu dia-a-dia?

Modo como o horário de trabalho afeta a vida do/a entrevistado/a

- Hora de acordar
- Tipo de transporte
- Levar os filhos à escola
- Alimentação no local de trabalho
- Buscar os filhos à escola
- Regresso do trabalho
- Tarefas domésticas
- Lazer/tempos livres
- Hora de deitar

5.2. Em geral, considera que a sua vida piorou? Desde quando?

5.3. Sofre de ansiedade? Alguma vez se sentiu deprimido? Em caso afirmativo, em que situações? Está relacionado com a situação profissional?

- 5.4. Toma alguma medicação de forma continuada?
- Dependência de medicação como ansiolíticos

6. Redes de apoio/autonomia

Pedia-lhe que falássemos agora um pouco sobre a sua relação com os serviços públicos.

- 6.1. Ao longo do seu percurso de vida ou profissional, usufruiu de algum tipo de subsídio/prestação social? Considera que o subsídio/prestação social recebido foi o mais adequado para a sua situação? Quanto tempo teve de aguardar desde o momento em que efetuou o pedido?
- 6.2. Já foi beneficiário do Rendimento Social de Inserção? Conhece alguém que seja beneficiário? Como avalia esta política?
- 6.3. Além dos serviços da Segurança Social, costuma recorrer a outros serviços públicos? (ou prefere recorrer a privados?)
- Serviço Nacional de Saúde
- Educação
- Habitação
- 6.4. Relativamente aos serviços públicos, qual a sua opinião acerca do seu funcionamento?
- 6.5. Costuma receber apoio de algum familiar ou de algum amigo? De quem? De que tipo? E para quê?
- 6.6. Costuma receber algum outro tipo de apoio?
- IPSS, Misericórdia
- ONG
- Banco alimentar

- Organizações ligadas a alguma igreja
- Outras organizações

7. Participação cívica

Falemos também da dimensão cívica e da sua participação na sociedade.

- 7.1. Considera que as mudanças do mercado de trabalho estão associadas com as mudanças governamentais? Qual o seu ponto de vista para a melhoria desta situação?
- 7.2. No que respeita à participação cívica, costuma exercer o seu direito de voto?
- 7.3. É uma pessoa ativa a nível político e social?
- 7.4. É filiado/a em algum sindicato/movimento cívico? Qual o seu ponto de vista acerca dos mesmos?
- 7.5. Costuma participar em manifestações/greves? Ou seja, é reivindicativo/a no que concerne à defesa dos seus direitos laborais?

8. Perspetivas temporais

Como olha para o tempo presente e futuro:

- 8.1. Como concebe a sua situação profissional num futuro próximo? E num futuro mais distante?
(ex.: daqui a 10 anos)

- 8.2. Essa projeção futura encontra-se próxima da situação de trabalho ideal para si?
- Será que limita a sua projeção de vida?
- 8.3. Atualmente, quais são as suas prioridades e preocupações relativamente ao seu projeto de vida?
- 8.4. Costuma pensar no futuro da sua família, caso se verifique o mesmo?
- 8.5. Qual o seu ponto de vista acerca das condições socioeconómicas de Portugal? E ao nível do mercado de trabalho? Estaria disposto/a a emigrar?

9. Rendimento e despesa

Pedia agora que passássemos para o seu dia-a-dia, rendimentos e despesas quotidianas.

- 9.1. Além do salário mensal, tem mais algum rendimento? Qual?
- Total do rendimento = salário + eventual rendimento adicional
- 9.2. Esse rendimento é suficiente para prover as suas necessidades básicas de subsistência, como alimentação, eletricidade, gás, água, pacotes de televisão, telemóvel, *internet*?
- 9.3. E sobra alguma coisa? Se sim, mais ou menos quanto? E o que faz com esse valor sobranante?
- Permite usufruir do período de férias? Em Portugal ou no estrangeiro?
- Costuma sair com a família?

- 9.4. Alguma vez se encontrou numa situação de endividamento? Em caso positivo, recorreu a algum empréstimo?
- Bancário
 - Empresa financeira
 - Familiares
 - Amigos
- 9.5. Numa escala de 1 a 5, como classificaria a sua situação financeira atual?
- 9.5.1. Muito má
 - 9.5.2. Má
 - 9.5.3. Boa
 - 9.5.4. Razoável
 - 9.5.5. Não sabe/Não responde
- 9.6. Qual o motivo para essa classificação?

10. (Auto)-Perceções: “desempregado”, “precário”, “trabalhador pobre”

Falemos agora um pouco acerca das perceções que possui relativamente aos conceitos “desempregado”, “precário”, “trabalhador pobre”.

- 10.1. Quando pensa nas palavras/categorias “desempregado”, “precário”, “trabalhador pobre” associa-as a que condições/situações de vida? Vê nelas alguma conotação negativa?
- 10.2. E no seu caso particular, considera-se precário/a? Porquê?
- 10.3. E considera-se pobre? Porquê?

11. Perspetivas do “outro”

Caminhamos para o fim, mas gostaria ainda de obter a sua opinião relativamente a algumas questões/afirmações.

11.1. Trabalha ou trabalhou com imigrantes e refugiados? Qual o seu ponto de vista relativamente a eles?

11.2. E relativamente aos beneficiários do rendimento social de inserção?

11.3. No local onde reside, tem vizinhos estrangeiros ou imigrantes?

11.4. Convive bem com a sua vizinhança? De que forma?

Final

Abertura e disponibilidade:

Quer acrescentar mais alguma coisa que considere importante e que não foi ainda abordado?

Gostaríamos de perguntar se conhece mais alguém que possa igualmente participar neste projeto. (Caso necessário/não exista previamente, obter contacto telefónico e/ou de *email*).

Muito obrigado pela disponibilidade e colaboração dispensadas!

A) Impactos da pandemia

Teve uma quebra no seu rendimento líquido mensal?

Qual era o seu rendimento líquido mensal antes?

Quanto auferiu atualmente?

E quanto ao conjunto do seu agregado?

Total do rendimento atual.

Quantificação da quebra/ordem de grandeza.

B) Estratégias pessoais de enfrentamento

Restrições e privações

Como tem feito para viver?

O que deixou de comprar?

O que deixou de fazer?

Biscates

Sem alternativas, tem feito (mais) alguns biscates?

Em quê (na área de atividade ou outra) e onde

(na zona de residência ou outra)?

Como conseguiu arranjar?

Vantagens e desvantagens?

Produção doméstica?

Recurso a poupanças? Venda de património próprio?

C) Alterações na comunidade de residência

As dinâmicas da comunidade foram alteradas?

Em quê, em concreto? Pode dar exemplos, por favor?

Criaram-se redes de solidariedade? Se sim, quais? Participa nelas?

Protocolo do *follow-up*

Observação e acompanhamento

A) Fundamentação e objetivos

Num momento em que os efeitos da grande recessão ainda se fazem sentir, e por isso mesmo são estudados, eis que um fenómeno de natureza diferente, a pandemia da covid-19, se atravessa nas nossas vidas, cujo impacto se antevê devastador.

A distribuição dos impactos não deixará de ser desigual. À semelhança do que aconteceu com os efeitos da Grande Recessão, também agora os trabalhadores precários constituirão um dos grupos particularmente afetado, num ciclo de incerteza e de vulnerabilização que mais parece não ter fim.

Voltar ao terreno para observar e acompanhar, de forma sistemática, os efeitos impactantes da covid-19 junto de alguns dos entrevistados constitui uma “trágica” oportunidade para 1) compreender o modo como este momento se tornará mais um episódio cumulativo de desvantagens; 2) perceber, em discurso direto, como é que este revés entra e é acomodado nas suas vidas, com que impactos no quotidiano de trabalho, nos rendimentos, nas relações pessoais, familiares e sociais; 3) identificar respostas públicas mobilizadas e estratégias individuais adotadas, assim como os seus resultados.

B) Sentido da nova abordagem

Na sequência da entrevista oportunamente concedida, pretende-se agora, perante o dado novo que constitui a pandemia, perceber os impactos concretos que está a ter na sua vida, particularmente na sua atividade laboral e no modo como tem sido afetado/a (ainda mais): nos rendimentos, no agravamento de

dificuldades, nas relações pessoais, familiares e sociais, etc.

Nesse sentido, gostaríamos de falar consigo acerca deste novo dado, não contemplado na entrevista inicial, e da forma como ele tem afetado a sua vida.

Autorização para gravar e garantia de anonimato. Para facilitar a análise das novas informações que fornecer, pedimos, tal como na entrevista inicial, autorização para gravar. Toda a informação que nos transmitir, repito, será completamente anónima e confidencial. Em caso algum será identificado/a e os seus dados serão exclusivamente usados para fins científicos no âmbito do projeto de investigação *EmployALL*. AUTORIZA?

C) Acompanhamento

Os casos a acompanhar, cuja escolha assentará muito na confiança, deverão, tanto quanto possível, espelhar a amostra inicial, ou seja, cobrir a diversidade de casos, tendo em conta variáveis como setor de atividade, género, idade, nacionalidade, território, etc.

Referências bibliográficas

- Amândio, S. (2012), “Do homem plural ao mundo plural, entrevista com Bernard Lahire”, *Análise Social*, 202 (XLVII), pp. 195-208.
- Archer, M. (2010), “Routine, reflexivity, and realism”, *Sociological Theory*, 28 (3), pp. 273-303.
- Assis, R. V. (2020), *Para Uma Sociologia das Visões de Mundo, Cultura, Pensamento e Práticas Sociais*, Curitiba, Appris Editora.
- Assis, R. V. (2021), “Disposições, hábitos e provas, as sociologias do indivíduo de Bernard Lahire, Jean-Claude Kaufmann e Danilo Martuccelli”, *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 21 (1), pp. 59-70.
- Barthe, Y., D. de Blic, J. Heurtin, É. Lagneau, C. Lemieux, D. Linhardt, D. Trom (2013), “Sociologie pragmatique, mode d’emploi”, *Politix*, 103, pp. 175-204.
- Benavente, A., J. Campiche, T. Seabra, J. Sebastião (1994), *Renunciar à Escola, o Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Fim-de-Século.
- Bertaux, D. (2020), *As Narrativas de Vida*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Berger, P. T. Luckmann (1966), *The Social Construction of Reality, a Treatise in the Sociology of Knowledge*, Nova Iorque, Doubleday & Company.
- Bourdieu, P. (1979), *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (1990), *The Logic of Practice*, Stanford, Stanford University Press.
- Bourdieu, P. (1996), *Razões Práticas, sobre a Teoria da Ação*, Campinas, SP, Papyrus.
- Bourdieu, P. (2008), *A Distinção, Crítica Social do Julgamento*, São Paulo, Edusp.
- Bourdieu, P. (2009), *O Senso Prático*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Caldas, J.M.C., A.A. Silva, F. Cantante (2020), “As consequências socioeconômicas da covid-19 e a sua desigual distribuição”, *CoLABOR*,

- disponível em
<https://colabor.pt/publicacoes/consequencias-socioeconomicas-covid19-d-esigual-distribuicao/>.
- Caleiras, J., R. M. Carmo, I. Roque, R. V. Assis (2022), “Nas margens do emprego, no centro da pandemia, experiências de desproteção e vulnerabilidade social no Grande Confinamento”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 128, pp. 159-182.
- Caleiras, J., R. M. Carmo (2022), *A Articulação das Políticas de Emprego e de Proteção em Portugal, Cinco Décadas de Movimentos nem Sempre Virtuosos*, Lisboa, Ebooks CoLABOR, disponível em <https://www.colabor.pt/ebooks/a-articulacao-das-politicas-de-emprego-e-de-protecao-em-portugal>.
- Caleiras, J. (2015), *Para lá dos Números. As Consequências Pessoais do Desemprego*, Coimbra, Almedina.
- Cantante, F., P. Estêvão (2022), “Os salários em Portugal, padrões de evolução, inflação e desigualdades”, *Estudos CoLABOR*, 5, disponível em <https://www.colabor.pt/estudos/salarios-em-portugal>.
- Carmo, R. M., A. R. Matias (2019), *Retratos da Precariedade, Quotidianos e Aspirações dos Trabalhadores Jovens*, Lisboa, Tinta-da-china.
- Carmo, R. M., M. M. d’Avelar (2020), *A Miséria do Tempo, Vidas Suspensas pelo Desemprego*, Lisboa, Tinta-da-china.
- Carmo, R. M., J. Caleiras, I. Roque, R. V. Assis (2021), *O Trabalho Aqui e Agora, Crises, Percursos e Vulnerabilidades*, Lisboa, Tinta-da-china.
- Castel, R. (2000), “The roads to disaffiliation, insecure work and vulnerable relationships”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 24 (3), pp. 519-535, DOI : 10.1111/1468-2427.00262.
- Cingolani, P. (2005), *La Précarité, Paris, Presses Universitaires de France*, DOI: 10.3917/puf.cingo.2017.01.
- Chibber, V. (2021), *The Class Matrix, Social Theory after the Cultural Turn*, Harvard University Press.
- Corrêa, D. S., R. Cantu (orgs.) (2021), “Sociologia pragmática e pragmatismo”, Dossiê Temático, *Sociedade & Estado*, 36 (2), pp. 399-406.
- Dubar, C. (1997), *A Socialização, Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, Porto, Porto Editora.
- Ferrão, J., H. Pinto, J.M.C. Caldas, R.M. Carmo (2023), “Vulnerabilidades territoriais, pandemia e emprego, uma análise exploratória sobre perfis socioeconómicos municipais e impactos da covid-19 em Portugal”, *RPER*, (63), pp. 161-182, <https://doi.org/10.59072/rper.vi63.72>
- Gialis, S., L. Leontidou (2016), “Antinomies of Flexibilization and Atypical Employment in Mediterranean Europe, Greek, Italian and Spanish Regions during the Crisis”, *European Urban and Regional Studies*, 23 (4), pp. 716-733.

- Giddens, A. (2000), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, A. (2004), *The Constitution of Society, Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- Graeber, D. (2022), *Trabalhos de Merda, Uma Teoria*, Coimbra, Edições 70, Almedina.
- Guerreiro, M.D., P. Abrantes (2007), *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Hespanha, P., J. Caleiras (2017), “O labirinto das políticas de emprego”, *Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas*, 10, pp. 1-62.
- Hewison, K. (2016), “Precarious work”, em Stephen Edgell, Heidi Gottfried, Edward Granter (orgs.), *The Sage Handbook of Sociology of Work and Employment*, Londres, Sage, pp. 428-443.
- ILO — International Labour Office (2015), *Global Employment Trends for Youth 2015: Scaling Up Investments in Decent Jobs for Youth*, Genebra, ILO, disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_412015.pdf, consultado a 04.01.2022.
- ILO — International Labour Office (2021a), *ILO Monitor: COVID-19 and the World of Work, Seventh Edition, Updated Estimates and Analysis*, 25 de janeiro, ILO, disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf, consultado a 05.01.2022.
- ILO — International Labour Office (2021b), *World Employment and Social Outlook: Trends 2021*, 2 de junho de 2021, ILO, disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_795453.pdf, consultado a 05.01.2022.
- Joaquim, C. (2015), “Proteção social, terceiro setor e equipamentos sociais. Que modelo para Portugal?”, *Cadernos do Observatório*, 3, Lisboa, CES.
- Kretsos, L. (2010), “The persistent pandemic of precariousness, young people at work”, em Joerg Tremmel (org.), *A Young Generation Under Pressure? The Financial Situation and the “Rush Hour” of the Cohorts 1970-1985 in a Generational Comparison*, Heidelberg, Springer, pp. 3-22.
- Lahire, B. (2005), “Patrimónios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, p. 11-42.
- Lahire, B. (2002a), *Portraits Sociologiques, Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.
- Lahire, B. (2002b), *O Homem Plural, os Determinantes da Ação*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- Lahire, B. (2015), “A fabricação social dos indivíduos, quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização”, *Educação e Pesquisa*, 41, pp. 1393-1404.

- Lefresne, F. (2005), “Les politiques d’emploi et la transformation des normes, une comparaison européenne”, *Sociologie du Travail*, 47 (3), pp. 405-420, DOI: 10.4000/sdt.26811.
- Kracauer, S. (2015 [1930]), *Os Empregados*, Lisboa, Antígona.
- Mamede, R.P., M.T. Pereira, A. Simões (2020), *Portugal, Uma Análise Rápida do Impacto da Covid-19 na Economia e no Mercado de Trabalho*, Lisboa, OIT.
- Marques, P., e R. Guimarães (2021), “Emprego”, em Ricardo Paes Mamede e Pedro Adão e Silva (orgs.), *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2021, Governar em Estado de Emergência*, Lisboa, ISCTE.
- Mauss, M. (2003 [1923-1924]), “Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, em M. Mauss, *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, Cosac Naify, pp. 183-314.
- Martuccelli, D. (2007), *Cambio de Rumbo. La Sociedad a Escala del Individuo*, Santiago de Chile, LOM Ediciones.
- Marx, K. (2008 [1859]), *Contribuição à Crítica da Economia Política*, São Paulo, Expressão Popular.
- OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2016), *Society at a Glance 2016*, OECD Social Indicators, Paris, OECD Publications.
- Pais, J. M. (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates, Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar.
- Pais, J.M. (org.) (1999), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Ambar.
- Pais, J. M. (1998), “Da escola ao trabalho, o que mudou nos últimos 10 anos?”, em Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, pp. 189-214.
- Paugam, S. (2013), *La Disqualification Sociale, Essai sur la Nouvelle Pauvreté*, Paris, Presses Universitaires de France, DOI: 10.3917/puf.paug.2009.01.
- Pierson, P. (2001), “Coping with permanent austerity welfare state restructuring in affluent democracies”, em P. Pierson (ed.), *The New Politics of the Welfare State*, Oxford, Oxford University Press, pp. 410-456.
- Reis, J. (2018), *A Economia Portuguesa, Formas de Economia Política numa Periferia Persistente (1960-2017)*, Coimbra, Almedina.
- Rodrigues, C.F., R. Figueiras, V. Junqueira (2016), *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal*, Lisboa, FFMS.
- Roque, I., R.M. Carmo, R. de Assis, e J. Caleiras (2022), “Precarious work and intermittent life trajectories in a Portuguese gig economy”, *Journal of Labor and Society*, pp. 1-26.
- Roque, I. (2010), *As Linhas de Montagem Teleoperacionais no Mundo dos Call Centers*, Coimbra, Faculdade de Economia a Universidade de Coimbra, dissertação de mestrado.

- Rosanvallon, P. (2021), *Les Épreuves de la Vie, Comprendre la Autrement les Français*, Éditions du Seuil.
- Santos, B.S. (2020), *A Cruel Pedagogia do Virus*, Coimbra, Almedina.
- Sennett, R. (1998), *The Corrosion of Character, the Personal Consequences of Work in the New Capitalism*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company.
- Soeiro, J. (2015), *A Formação do Precariado, Transformações no Trabalho e Mobilizações de Precários em Portugal*, tese de doutoramento em sociologia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Standing, G. (2011), *The Precariat, The New Dangerous Class*, Londres, Bloomsbury Academic.
- Tavares, I., A.F. Cândido, J. Caleiras, R.M. Carmo (2022), “Mapeamentos das dinâmicas do desemprego, impactos da pandemia da covid-19 em Portugal continental”, *Finisterra*, 57 (120 AOP), disponível em <https://doi.org/10.18055/Finis25185>.
- Wright, E.O. (1997), *Class Structure and Income Distribution*, Nova Iorque, Academic Press.

O Mundo do Trabalho a Partir de Baixo

Este livro apresenta e discute, do ponto de vista teórico-metodológico, a composição de oito retratos sociológicos desenvolvidos no âmbito de um projeto de investigação em Portugal. Trata-se de vidas de trabalhadores/as em situação laboral marcada por formas recorrentes de desproteção social, instabilidade contratual e incertezas perante a vivência do quotidiano e imprevisibilidade do futuro. Os retratos revelam que à escala individual se constrói uma diversidade de posicionamentos subjetivos e um manancial de disposições sociais inscritas nos percursos biográficos. Emerge uma pluralidade de interpretações sobre os sentidos e os conteúdos das experiências vividas em contextos de crises sociais e económicas. Contudo, a pluralidade plasmada nos vários testemunhos ancora-se num conjunto de dimensões sociais e existenciais relativamente transversais à condição da classe trabalhadora.

Renato Miguel do Carmo
é professor associado (com agregação) do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, investigador do CIES-Iscte e do CoLABOR, e diretor do Observatório das Desigualdades.

Jorge Caleiras
é investigador do CoLABOR e do CIES-Iscte. Doutorado em Sociologia pela FEUC.

Isabel Roque
é investigadora em Sociologia do Trabalho no CES-UC, OCVT-Universidade NOVA de Lisboa e grupo de pesquisa "Trabalho e Teoria Social", Universidade de Brasília.

Rodrigo Vieira de Assis
é professor auxiliar convidado no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, e investigador no CIES-Iscte.

fct
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

ces
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

editora
**MUNDOS
SOCIAIS**

cies _iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

iscte
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

COLEÇÃO QUESTÕES DE PARTIDA

